

Pedro Mülbersted Pereira

**O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA FORTALEZA DE
SANTA CRUZ DE ANHATOMIRIM: DISCURSOS, RESTAURO,
USOS (1970 – 1992)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Sociologia e História da Educação.
Orientador: Prof. Dr. Elison Antonio Paim

Florianópolis

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pereira, Pedro Mülbersted

O processo de patrimonialização da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim: discursos, restauro, usos (1970 - 1992) / Pedro Mülbersted Pereira ; orientador, Elison Antonio Paim - Florianópolis, SC, 2016.
225 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Educação. 3. Fortaleza de Anhatomirim. 4. Memória. 5. Patrimônio. I. Paim, Elison Antonio. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Educação. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE Mestrado em Educação

"O processo de patrimonialização de fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim: Discursos, Restauro, Usos (1970 - 1992)"

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 12/08/2016

Dr. Elison Antonio Paim (PPGE/UFSC-Orientador)
Dra. Helena Maria de Araujo (UERJ-Examinadora)
Dra. Janine Gomes da Silva (UFSC-Examinadora)
Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UIDESC-Examinadora)
Dra. Claricia Otto (UFSC-suplente)

PEDRO MÜLBERSTED PEREIRA
FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/AGOSTO/2016

Elison Antonio Paim
Coordenador do Programa de pós-Graduação em educação
PPGE/CED/UFSC

AGRADECIMENTOS

Gratidão é o reconhecimento da importância, da influência e da benesse de alguém ao longo da trajetória. Neste sentido, minha gratidão a:

Meus pais, Catarina Verônica Mülbersted e Mairnet Pereira, por me apoiarem na ousada decisão de cursar o que tenho afinidade, em vez de “fazer o que dá dinheiro”.

A Ana Carolina Schaffer, minha companheira, aquela com quem vou construir um futuro, pela compreensão, apoio e incentivo.

Ao professor Elison Antonio Paim, pela orientação, incentivo e parceria ao longo desta pesquisa e também em outras iniciativas.

Aos companheiros de mestrado Tânia Luz, Schirlei Russi von Dentz, Atílio Vicente, e demais colegas da turma de 2014; Valdemar de Assis, Tatiana Mendes, Guilherme Zettermann, Giovanna Santana, Ana Paula Freire e os demais orientandos do professor Elison.

Aos amigos Jefte Brandão Januário, Mayra Hartmann Cunha e demais colegas dos tempos do Fortalezas Multimídia; a Roberto Toner, pela oportunidade que me permitiu chegar até aqui.

Aos irmãos na fé da Comunidade Evangélica Luterana Concórdia e Missão Palhoça, em especial Adriane Schroeder Lins Leiroza, Vitor van Basten Brelaz Gouveia Martins, pastores Daltro Gilson Tomm e Jacson Junior Ollmann.

Ao Único que é digno de receber a honra e a glória, o Bom Pastor; o Alfa e o Ômega, o Princípio e o Fim, o que É, Era, e o que há de Vir.

Jesus lhe disse: “Vês estas grandes construções?
Não ficará pedra sobre pedra, que não seja
derribada”.
(Marcos 13.2, ARA-SBB)

RESUMO

O processo de patrimonialização da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim se dá em três movimentos: o discurso sobre o patrimônio, o restauro e os usos. A fortaleza foi tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) em 1938, passando a integrar o rol de bens representativos da memória da nação, construída a partir da História do Brasil, a partir de uma dada concepção historiográfica; o valor histórico construído a partir deste discurso historiográfico é mobilizado pelos agentes envolvidos neste processo para justificar a preservação e o restauro desta fortaleza, nas décadas de 1970 e 1980. O restauro da fortaleza se consolida a partir da parceria firmada entre a Marinha do Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre outras instituições públicas e privadas catarinenses e brasileiras. Os critérios adotados na restauração deste bem cultural conferem materialidade aos valores históricos conferidos a este monumento, sendo significativo na construção da Fortaleza de Anhatomirim como patrimônio histórico brasileiro. Após concluída a primeira fase de sua restauração, a fortaleza foi aberta à visitação pública em 1984, e é, hoje, um dos atrativos turísticos da Grande Florianópolis. O turismo figura como um dos usos propostos para este monumento, ao lado da utilização deste espaço para fins didáticos, e a sua transformação em centro de pesquisa de biologia marinha pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição que detém a guarda e tutela deste monumento. Analiso o processo de patrimonialização da Fortaleza de

Santa Cruz de Anhatomirim a partir do referencial teórico de Walter Benjamin, com os conceitos de memória e experiência, e a relação entre cultura e barbárie; Edward Palmer Thompson, e conceito de experiência, e de “universidade aberta” na sua relação entre experiência e educação; Maria Cecília Londres Fonseca, com as configurações do campo do patrimônio no Brasil; Márcia Chuva, em sua análise sobre as práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil; Mário Chagas, com suas relações sobre memória e poder; Francisco Régis Lopes Ramos, explorando a relação entre patrimônio e sociedade do consumo; Slavoj Žižek, com o conceito de novo cercamento de áreas comuns; e outros autores das áreas da História, do Patrimônio e da Educação. Utilizo como fonte documentos oficiais presentes no acervo do Iphan de Florianópolis, jornais catarinenses de 1981, 1989 a 1991, e os depoimentos presentes no CD-Rom Fortalezas Multimídia.

Palavras-Chave: Educação, Memória, Patrimônio, Fortaleza de Anhatomirim.

ABSCTRACT

The Fortress *Santa Cruz de Anhatomirim* patrimonialization process occurs in three movements: the discourse, the restoration and uses. The fortress was declared by the *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (Sphan) in 1938, and became part of the list of the monuments representative of the national memory, built from a certain historiographical conception; the historical value product from this historiographical discourse is used by the agents involved in this process to justify the preservation and restoration of this fortress, in the 1970s and 1980. The restoration of the fortress is consolidated from the partnership between the Navy of Brazil, the *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN) and Federal University of Santa Catarina (UFSC), and other public and private institutions in Santa Catarina and Brazil. The criteria adopted for the restoration of this cultural has materialized the historical values vested to this monument, a significant move in the making of Fortress *Santa Cruz de Anhatomirim* as a Brazilian heritage. After the conclusion of the first phase of its restoration, the fortress was opened to the public in 1984 and is now one of the tourist attractions of Florianópolis. Tourism figures as one of the proposed uses for this monument, alongside the use of this space for historical teaching purposes, and its transformation into marine biology research center by the Federal University of Santa Catarina (UFSC), the institution that has the custody and guardianship this monument. I analyze the patrimonialization process the Fortress *Santa Cruz de Anhatomirim* from the theoretical framework of Walter Benjamin, with

the concepts of memory and experience, and the relationship between culture and barbarism; Edward Palmer Thompson, and the concept of experience, and “Open University” – the relationship between experience and education; Maria Cecilia Londres Fonseca, with the making process of the heritage in Brazil; Marcia Chuva, in his analysis of the conservation practices of cultural heritage in Brazil; Mario Chagas, with his theoretical contributions of the relationship between memoir and power; Francisco Regis Lopes Ramos, exploring the relationship between cultural heritage and consumer society; Slavoj Žižek, with the concept of new fencing of common areas; and other authors in the areas of History, Heritage and Education. I use, as a source, official documents present in Iphan files collection in Florianópolis, Santa Catarina, newspapers from 1981, 1989 – 1991, and the narratives present in the *Fortalezas Multimidia* CD-Rom.

Keywords: Education; Memoir; Heritage, Fortress Santa Cruz de Anhatomirim.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Carta de Armando Gonzaga a Luis Saia em 18 de outubro de 1974.

Figura 2: Carta de Irineu da Silva, operário empregado na restauração da Fortaleza de Anhatomirim, a Luis Saia, em 13 de janeiro de 1975.

Figura 3: Vista do cais e entrada da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, antes de sua restauração.

Figura 4: Vista aérea da Ilha de Anhatomirim e da Fortaleza de Santa Cruz.

Figura 5: Vista do Quartel da Tropa da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, antes da sua restauração.

Figura 6: Vista do Quartel da Tropa da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, durante a sua restauração, onde é possível ver o andamento dos trabalhos no telhado.

Figura 7: Vista da Portada de entrada da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, após restauração.

Figura 8: Ruínas da Casa do Comandante.

Figura 9: Ruínas da Casa do Comandante, antes da sua restauração nos anos 1970.

Figura 10: Obras de restauração da Casa do Comandante.

Figura 11: O progresso das obras de restauração da Casa do Comandante.

Figura 12: Vista do Antigo Paiol da Pólvora da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim antes das obras de sua restauração.

Figura 13: Vista do Antigo Paiol da Pólvora da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.

Figura 14: “A união faz o forte”. (Matéria jornalística do *O Estado*)

Figura 15: “Promoção busca divulgar o patrimônio cultural restaurado há pouco para incrementar o processo educacional”. (Matéria jornalística do jornal *A Notícia*)

Figura 16: Uma boa opção é ir a Anhatomirim (Matéria jornalística do *Diário Catarinense*).

Figura 17: O verão chega a Anhatomirim (Matéria jornalística do *Diário Catarinense*).

Figura 18: A recuperação de fortalezas é o maior projeto cultural do Estado (Matéria jornalística do *Diário Catarinense*).

Figura 19: Fotografia de Marco César da Fortaleza de Anhatomirim. (fotografia publicada em matéria jornalística do *O Estado*).

Figura 20: Fotografia de Marco César da Fortaleza de Ratonés (fotografia publicada em matéria jornalística do *O Estado*).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
ARESTA – Arquitetura e Restauro
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina
CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais
CODESC – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
DEATUR – Departamento Autônomo de Turismo do Estado de Santa Catarina
DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ESPLAN – Escritório Catarinense de Planejamento Integrado
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FNpM – Fundação Nacional pró-Memória
IBPC – Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSC – Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PACCH – Plano de Aceleração do Crescimento de Cidades Históricas
PCH – Programa de Cidades Históricas
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
SETUR – Secretaria Municipal de Turismo de Florianópolis
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Sudesul – Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul

TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a
Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Epígrafe	6
Resumo	7
Abstract	9
Lista de ilustrações	11
Lista de abreviaturas e siglas	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – O PROCESSO	35
Quem restaurou Anhatomirim?	38
Discurso sobre a ruína	75
CAPÍTULO II – RESTAURAÇÃO	96
Operação Anhatomirim: os primeiros passos da restauração	96
Restauração	100
CAPÍTULO III – USOS	128
A Fortaleza de Anhatomirim e a UFSC	131
A Fortaleza de Anhatomirim nos jornais catarinenses	151
Anhatomirim e a temporada de verão	172
Entre o uso e o consumo do patrimônio	193

CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
Derribação	202
Tempos obscuros, tempos de luta	213
REFERÊNCIAS	217

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é produto de uma pesquisa histórica sobre o patrimônio, voltada para a Educação. A pesquisa histórica é um exercício de *derribação*, de derribar pedra sobre pedra das grandes construções. A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim é uma destas grandes construções.

A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim foi construída entre 1739 e 1742, projetada pelo engenheiro militar José da Silva Paes; é tombada como patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)¹ desde 1938. Após um longo período de “abandono e ruína”, a fortaleza foi restaurada, entre os anos 1970 e 1990, e, desde 1979, é mantida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A Fortaleza de Anhatomirim é também um ponto turístico, desde a sua abertura à visitação pública em 1984; hoje é um dos grandes atrativos do verão catarinense, temporada em que recebe o maior número de visitantes, pelos serviços de passeio de barco oferecidos em Florianópolis. Eu mesmo fui um desses visitantes, na infância.

¹ O órgão teve diferentes nomes ao longo da sua história: fundado como Sphan, passa a ser chamado Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) de 1946-1970; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de 1970-1979, quando é dividido em SPHAN (Secretaria), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo. Em 1990, ambos são extintos e dão lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que, em 1994, assume definitivamente a alcunha de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ao longo deste trabalho, padronizei o nome desta instituição, genericamente, como Iphan – exceto em citações diretas de documentos oficiais.

Eu cresci em Florianópolis e visitei esta fortaleza em, pelo menos, dois momentos de minha infância, com o passeio de barco realizado pela companhia Scuna Sul. Este passeio voltou à minha memória quando já era estudante de graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mais especificamente no ano de 2010 quando assistia uma fala do arquiteto Roberto Toner, na disciplina História da América Portuguesa. Foi assim que conheci o Projeto Fortalezas Multimídia, projeto de pesquisa e extensão da UFSC coordenado pelo Toner; passei a integrar o projeto Fortalezas naquele mesmo ano, como estagiário voluntário, até a conclusão do curso, em 2013.²

Estes três anos de experiência me animaram para adotar as fortalezas catarinenses³ como tema de estudo, tanto pelo sentimento de

² Menção honrosa aqui ao colega e grande amigo Jefte Brandão Januário. Sem o Jefte, não teria conhecido o Toner nem o Projeto Fortalezas Multimídia, e, consequentemente, não teria conhecido outros sujeitos que fazem parte desta trajetória: Mayra Hartmann Cunha, Jaime José da Silva, Elis Marina Freitas, André Gerent, Doris Mbayi, e outros “tonerets” e “toner boys”. Os dias no DPAE estarão sempre na minha memória.

³ Conforme Toner (2005), o Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina foi um dos “mais expressivos sistemas defensivos já construídos no Brasil”, contando com “mais de duas dezenas de fortificações”, desde o início da sua formação em meados do século XVIII até o século XX: Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, Fortaleza de Santo Antônio de Ratonas, Fortaleza de São José da Ponta Grossa, Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul ou de Araçatuba, Forte Santana do Estreito, Forte São João do Estreito, Forte de Santa Bárbara da Praia da Vila, Forte de São Francisco Xavier da Praia de Fora, Forte de São Luís da Praia de Fora, Forte da Lagoa da Conceição, Forte da Ponta das Almas, Forte do Cacupé, Forte do Ribeirão da Ilha, Forte Marechal Moura de Naufragados, Quartel do Campo do Manejo, além de várias baterias e trincheiras. Existem também outras fortificações além das imediações da Ilha de Santa Catarina, como o Forte Marechal Luz em São Francisco do Sul, construído em 1915. Hoje permanecem as fortalezas de Anhatomirim, Ratonas e Ponta Grossa, o forte Santana e o Santa Bárbara, e o Forte Marechal Luz (em São

empatia por esse patrimônio, quanto pelas possibilidades de trabalho que vislumbrava à medida que avançava os estudos na História, em interface com outras áreas, para além do que já havia sido produzido a respeito destas fortificações.

Em meu trabalho de conclusão de curso (TCC) procurei analisar a história destas fortalezas no século XIX, buscando identificar as raízes do processo de “abandono e ruína” destas construções, em um exercício de estudar temas pouco explorados pela historiografia. Em 2012 o Projeto Fortalezas Multimídia desenvolveu uma ação nos arquivos de Florianópolis, identificando e digitalizando documentos pertinentes às fortalezas catarinenses – como o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), o Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis, o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), e o acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Esta pesquisa parte de inquietações sobre a relação entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e as fortalezas catarinenses. Qual o papel desempenhado por esta universidade no processo de patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim, durante os anos 1970 e 1990? O que levou a universidade a assumir a guarda e tutela deste bem cultural? Antes ainda: o que motivou a restauração da Fortaleza de Anhatomirim? Estas são algumas questões basilares da problemática desta pesquisa.

Francisco do Sul) e, em ruínas, a fortaleza de Araçatuba e o forte Marechal Moura.

Ao longo deste trabalho, a expressão “fortalezas catarinenses”, generalizada, se refere às fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa.

A presente dissertação é sobre o processo de patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim, entre as décadas de 1970 e 1990. Identifico os agentes envolvidos neste processo, ligados às instituições parceiras no restauro da Fortaleza de Anhatomirim: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (Iphan), a Marinha do Brasil e outras entidades públicas e privadas catarinenses e brasileiras. Analiso como os agentes articulam o valor histórico da fortaleza para legitimarem a sua ação, contrapondo-se ao estado de ruínas em que a mesma se encontrava na década de 1970; analiso como este discurso é permeado por disputas de poder, que se configuram como memórias em disputa em torno deste processo. Analiso o restauro da fortaleza, entre 1970 e 1984, procurando identificar os critérios adotados nas obras de restauração, partindo do princípio que estes critérios são também um discurso sobre o patrimônio, a partir da arquitetura. A questão do uso é uma parte significativa desta pesquisa; problematizo os usos estipulados e os usos dados à fortaleza – *o que e como* tem sido feito – contrapondo o uso ao consumo do patrimônio, na articulação entre *bem cultural* e *bem de consumo*. Em outras palavras: *por quê, por quem, para quem e como* a fortaleza de Anhatomirim foi restaurada.

O processo de patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim possibilita-nos discutir questões referentes ao campo do patrimônio, relacionado à historiografia, arquitetura, turismo e educação – o que procurei fazer nesta pesquisa, a partir de um dado referencial teórico. Este referencial me orientou quanto à delimitação do tema, a elaboração dos objetivos propostos, a seleção e a abordagem das fontes.

O conceito de patrimônio vem sendo discutido por diversos autores, e tem se ampliado ao longo do tempo. No Brasil, o campo do patrimônio começa a se desenvolver de forma efetiva a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937; a partir daí a trajetória deste órgão tem sido marcada por várias mudanças em suas práticas discursivas, assumindo diferentes perspectivas ao longo da sua existência, caracterizando-se como “espaço de disputas e conflitos, que não são apenas simbólicos, mas também políticos” (DELGADO, 2008, p. 113).

Delgado (2008) e Fonseca (2009) listam quatro fases ou configurações do patrimônio no Brasil: a primeira fase, a partir da fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) em 1937, até 1968 – a chamada “fase heroica”⁴; a segunda configuração, de 1969 – 1979, onde destaca-se uma mudança nas práticas discursivas do órgão, sobretudo quanto às ações de preservação dos monumentos; a partir de 1979, vemos a ampliação do conceito de patrimônio cultural para outros bens outrora não consagrados, valorizando a diversidade cultural do país, a partir da experiência de outros órgãos que passam a integrar o cenário: o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) e a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM). E desde 2003 vigora uma nova configuração que contempla o patrimônio imaterial ou intangível, avançando para novas concepções, categorias, etc.

Estas diferentes fases ou configurações coexistem, hoje, no

⁴ Estas questões sobre as configurações do campo do patrimônio no Brasil e as fases do Iphan serão discutidas mais aprofundadamente nos dois primeiros capítulos deste trabalho, especialmente no Capítulo 1.

campo do patrimônio; uma não anula a outra, antes, amplia-se o leque de bens culturais e de abordagens para com estes bens. Destacamos, com isso, o conceito de *patrimônio* como uma construção, produto e produtor de múltiplos significados, a partir de um arcabouço de ideias que lhe investem de valores simbólicos.

Estas configurações são também produto de uma discussão internacional acerca do patrimônio, na qual a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem sido principal fomentador e aglutinador de ideias acerca do patrimônio, em suas múltiplas facetas. Tanto a nível nacional como internacional, o patrimônio é transpassado por elementos referentes à cultura, política, economia, com diferentes sujeitos sendo valorizados como atores sociais atuantes e/ou responsáveis, de acordo com a configuração ou momento histórico que se tem em vista. Se a noção de o patrimônio é uma construção história, produto de um tempo e uma sociedade, então logo é, também, passível de investigação.

Estas considerações nos ajudam a perceber o patrimônio como um campo de mudanças e permanências, marcado por disputas; são tensões quanto aos valores (artísticos e históricos), políticos (atores; de quem e para quem fala o patrimônio) e econômicos (uso) – campo no qual todos os anteriores se configuram como conflito. Deste modo, *patrimônio* não deve ser entendido com valor absoluto, que carregue valor em si mesmo, mas como um termo que evoca diferentes sentidos em suas múltiplas configurações – o que Poulot (2009, p. 238) chama de “metamorfoses patrimoniais”. Para ele, “o interesse de uma história das metamorfoses patrimoniais consiste em chamar nossa atenção para o

aspecto evolutivo da significação dos objetos”, isto é, examinar “como nossos antepassados conferiram um sentido à sua herança”, ou, “que figuras da memória cultural haviam sido privilegiadas por eles em relação àquelas que, atualmente, são adotadas por nós”.

Temos este aspecto em mente quando analisamos a trajetória da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim enquanto bem cultural, cuja trajetória enquanto patrimônio perpassa todas estas configurações apontadas por Delgado (2008) e Fonseca (2009); nesta pesquisa nos detemos especialmente na primeira e na segunda fase (ou configuração),⁵ tendo como proposta “questionar a produção e o consumo da própria evidência patrimonial, ao mesmo tempo imaginária e instituição” (POULOT, 2009, p. 205).

Maria Cecília Londres Fonseca (2009, p. 96) afirma que “a partir do Estado Novo, com a instalação, mais que de um novo governo, de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado”; é neste contexto que temos a fundação do Iphan, vinculado ao Ministério da Educação (MES) no tempo da administração de Gustavo Capanema. Neste período, “o Sphan funcionou efetivamente como um espaço privilegiado, dentro do Estado, para a concretização de um projeto modernista”, de modo que, inicialmente, “a área do patrimônio ficou à margem do propósito de exortação cívica que caracterizava a atuação do ministério na área educacional. A cultura

⁵ Optei por utilizar o termo *configuração* em detrimento de *fase* por esta expressão denotar a ideia de um processo linear, sucessivo, enquanto aquela expressa a concepção de patrimônio como um campo em constante construção, com mudanças e permanências, cujas *práticas discursivas* diversas não se anulam nem se sucedem, mas se entrecruzam e se sobrepõe.

produzida pelo Sphan sequer era articulada com os conteúdos dos projetos educacionais ou com os instrumentos de persuasão ideológica do Estado Novo” (FONSECA, 2009, p. 98).

Fonseca caracteriza a situação do Iphan dentro da esfera do governo do Estado Novo como uma “autonomia fraca”, a medida que “tinha como contrapartida implícita o não envolvimento daqueles intelectuais em outras esferas do governo, inclusive aquelas – como a censura e a propaganda – que, em princípio, afetavam profundamente a vida cultural” (FONSECA, 2009, p. 121). A autoria interpreta essa autonomia como “sinal de pouco interesse político que o serviço tinha para o governo federal, na medida em que constituía um recurso bastante limitado – dadas as características da sociedade brasileira na época – para a mobilização popular”, mas, por outro lado, possibilitava a cooptação de intelectuais de prestígio – “cujas manifestações tinham repercussões junto à opinião pública – que, naquele período, era restrita, nesse caso, às classes mais altas e intelectualizadas” (FONSECA, 2009, p. 122). Essa situação é o que garantiu, de acordo com essa autora, certa independência do órgão, quanto à sua forma de ação, permanecendo praticamente inalterada durante 30 anos, apesar das reviravoltas políticas neste contexto.

Sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁶, o Iphan reuniu um grupo de intelectuais que, apesar das diferentes matrizes

⁶ Rodrigo Melo Franco de Andrade (17 de agosto 1898 – 11 de maio de 1969) foi o primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1937 a 1967. Foi indicado para o cargo por Mario de Andrade, cujo anteprojeto que viria a se transformar no SPHAN fora aprovado por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945. (BRASIL, 2014, *online*).

ideológicas, tinham como objetivo comum a busca da identidade nacional – esforço este identificado com o projeto modernista. Este ideal ganhou concretude no Iphan com a seleção de bens que expressassem essa identidade, isto é, o tombamento de bens isolados como “testemunhas da história”, história cuja “matriz discursiva foi produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)” (DELGADO, 2008, p. 113). Os bens em questão são os chamados “monumentos de pedra e cal”, por se tratarem, em geral, de construções luso-brasileiras do século XVIII e XIX: igrejas, casarões, prédios, fortificações – por exemplo a Fortaleza de Anhatomirim.

Há uma relação entre patrimônio e história, a medida que os bens considerados dignos de serem tombados e preservados como “registro da nação” são selecionados a partir de uma dada concepção de História; mas esta “História da nação” também é uma seleção, parcial, longe de ser uma História “total”, ou a “verdade absoluta” como pretende uma dada historiografia. Como já mencionado, identificamos esse movimento com a matriz discursiva produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – no caso desta pesquisa, encontramos paralelo com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). Trata-se de um paradigma historiográfico “referenciada nos fatos políticos, cujos personagens são os chamados 'grandes homens’” (CAROLA, WOLFF, SILVA, 2011, p. 304); é uma História vista de cima, factualista, escrita a partir dos documentos oficiais, centrada nos “grandes homens” e nos grandes acontecimentos políticos e militares do período colonial, imperial e republicano.

Os autores identificados por Carola, Wolff, e Silva (2011) como

tributários desta perspectiva são justamente aqueles que mais contribuíram para a escrita da história das fortalezas catarinenses – pela sua vinculação aos feitos políticos e militares “catarinenses” ou “brasileiros”: Oswaldo Rodrigues Cabral (1968), Walter Piazza (1983a; 1983b; 1988; 1992), Carlos Humberto Corrêa (2004), Evaldo Pauli (1987), Lucas Boiteux (1912; 1921; 1937; 1957; 1958; 1961). Estes autores estão presentes na bibliografia de grande parte dos trabalhos sobre estas fortalezas, não apenas quanto à informações, dados, fatos históricos, mas também quanto à sua concepção de história: Sara Regina Silveira de Souza (1981; 1990; 1991), Eliane Veras da Veiga (1988; 1993), Rosangela Maria de Melo Machado (1992), Maria Bernadete Ramos Flores (2004), João Carlos Mosimann (2003), Roberto Tonera (2005; 2007; 2009; 2011), são alguns dos nomes desta outra geração que tenho em mente quando me refiro a essa influência. O “valor histórico” das fortalezas catarinenses é construído a partir das contribuições destes autores – valor este presente no discurso dos atores envolvidos no processo de patrimonialização destes bens.

A partir do final dos anos 1960 mudanças ocorreram nas práticas discursivas do Iphan, como observam Fonseca (2009) e Delgado (2008). A principal alteração no campo do patrimônio neste período foi quanto à preservação, não mais restrita ao estamento jurídico do tombamento, mas abrangendo também a restauração dos bens tombados. Em harmonia com a política econômica da época, a instituição procurou “sensibilizar e persuadir os interlocutores, e conciliar interesses”, isto é, “demonstrar que os interesses da preservação e os do desenvolvimento não são conflitantes, mas, pelo

contrário, são compatíveis” (FONSECA, 2009, p. 142). A conciliação do valor cultural ao valor econômico se deu de duas maneiras: “seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado” (FONSECA, 2009, p. 142). É precisamente neste contexto que há a mobilização pelo restauro da fortaleza de Anhatomirim.

Neste contexto, surgiram também dois outros órgãos paralelos e alternativos ao Iphan: o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM), em busca de outra perspectiva, novas abordagens para novos objetos para além da “pedra e cal”, novas formas de preservação aliadas ao novo referencial adotado. Fonseca (2009, p. 162) enfatiza que Aloísio Magalhães⁷, figura a frente do CNRC, bem como o grupo de intelectuais ali reunido, “formularam uma proposta de política cultural que tinha como ambição fornecer subsídios para a solução dos problemas do desenvolvimento no Brasil”.

Embora Fonseca fale em conciliação, sabemos que a relação entre valor cultural e o valor econômico não se dá harmonicamente; há tensões entre estes valores, e mesmo disputas sobre cada um deles: quais valores culturais? Quais valores econômicos? Como o valor histórico, tão caro ao patrimônio desde a primeira configuração do campo, é mobilizado nesta relação? Tendo em mente este aspecto, recorreremos às

⁷ Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães (5 de novembro de 1927 — 13 de junho de 1982) esteve à frente do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) desde 1975. Em 1979, houve a fusão do Iphan e do CNRC, tendo Aloísio Magalhães assumido a diretoria do Iphan, até o seu falecimento em 1982 (FONSECA, 2009).

considerações de Walter Benjamin sobre História e cultura para pensar as políticas voltadas para o patrimônio.

Para Benjamin (2012, p. 245) “nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie”, à medida que os bens culturais valorizados como tais são os bens dos “vencedores”, são os “despojos” carregados no “cortejo triunfal” dos dominadores, na perspectiva da “história dos vencedores”. Identificamos a esta concepção de História contestada por Benjamin a matriz discursiva produzida pelo IHGB e IHGSC, no Brasil, que, de certa maneira, transformam os monumentos selecionados para serem “guardiões da História” somente aqueles identificados com a memória dos grupos dominantes, ou, atribuem aos monumentos somente os valores destas elites, isto é, são investidos de significados “de cima para baixo”, sem considerar a diversidade de sentidos presentes nos testemunhos edificadas.

Ainda na perspectiva do “cortejo triunfal” de Benjamin (2012, p. 245), no caso das fortalezas catarinenses, os que estão “prostrados no chão” são as populações que vivem no entorno destes bens culturais, que lhe atribuem valores, significados e sentidos a partir das memórias, construídas nos liames das suas experiências. Estas memórias e experiências não participam do “cortejo”; aos olhos das elites cultas e letradas, tais elaborações são estórias, lendas, que não merecem a honra de serem valorizadas tais quais os seus saberes.⁸

⁸ Ao longo desta dissertação, procurei demonstrar como as memórias desta população não tem sido valorizada da mesma maneira que os saberes produzidos no IHGB ou IHGSC, na UFSC ou outros espaços formativos estabelecidos. Por conta da nossa limitação temporal, não foi possível me aprofundar neste aspecto da pesquisa, o que, espero, retomarei em outros

O conceito de experiência, em Benjamin, é articulado a partir da sua dupla dimensão: *Erfahrung* (experiência coletiva) e *Erleben* (experiência vivida). A experiência, conforme Benjamin, está atrelada à narração: a transmissão da experiência se dá em um contexto comum ao narrador e ao ouvinte, comunidade destruída pela modernidade capitalista. Ao analisar a pobreza de experiência do seu presente tempo, Benjamin relaciona o fracasso da *Erfahrung* (experiência coletiva) ao fim da arte de contar; a partir daí, surgem duas novas formas de narração: o noticiário e o romance. Portanto, importante destacar que a teoria benjaminiana sobre experiência não pode ser reduzida à sua dimensão romântica e nostálgica.

Para Benjamin, a “reconstrução da *Erfahrung* deveria ser acompanhada de uma nova forma de narratividade”; crítico tanto da historiografia progressista (aonde está presente a “ideia de um progresso inevitável e cientificamente previsível”) quanto do historicismo (com a pretensão de “reviver o passado através de uma espécie de identificação afetiva do historiador com seu objeto”), pois ambas “se apoiam na mesma concepção de um tempo 'homogêneo e vazio', um tempo cronológico e linear”, para Benjamin “o historiador deve construir uma 'experiência' (*Erfahrung*) com o passado” (BENJAMIN, 2012, p. 8-10).

Conforme analisa Jeanne Marie Gagnebin (2014, p. 213), Benjamin se contrapunha a uma concepção histórica de cultura que “a entende como um conjunto de bens armazenados nos aposentos da memória humana universal”, uma concepção que “em nada difere daquela do proprietário que contabiliza os bens culturais de que dispõe”.

Para esta autora Walter Benjamin não compartilhava da história burguesa, que chamava este conjunto de tradição (*Tradition*), mas também não concordava com uma dada concepção de história que o denomina este mesmo conjunto de herança (*Erbe*), pois, “ainda que sua posse sirva para fins diferentes, tais objetos são concebidos sempre como coisas acabadas a serviço do proprietário. Os usos podem ser diferentes, mas a estrutura de uso e de propriedade é a mesma” (GAGNEBIN, 2014, p. 213).

Trazemos para nossa pesquisa a noção elaborada pelo filósofo berlinense de transmissão (*Überlieferung*): “processo histórico concreto, material, de desistências, de perseverança, de lutas e de violência que transporta ou não, leva ou não, transmite ou não um acontecimento ou uma obra do passado até nosso presente”, conforme a leitura dos escritos de Benjamin realizada por Gagnebin (2014, p. 213). Queremos com isso adotar a tarefa de “escovar a História a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 226), isto é, levar em consideração as disputas *de e entre* valores, as lutas em torno da preservação e das desistências implícitas à patrimonialização de Anhatomirim.

Estas disputas se dão também quanto ao uso desta fortaleza enquanto patrimônio preservado; chama a nossa atenção a sua transformação em ponto turístico, a partir dos anos 1980. Sobre a questão do turismo, lembramos de Giorgio Agamben, que, em entrevista de 2012, tratando da relação entre identidade e preservação patrimonial na Itália, criticou que “ao destruírem, com o cimento, com as autopistas e a Alta Velocidade, a paisagem italiana, os especuladores não nos privam apenas de um bem, mas destroem a nossa própria identidade”;

reforçou ainda que “a própria expressão 'bens culturais' é enganadora, pois sugere que se trata de bens entre outros bens, que podem ser desfrutados economicamente e talvez vendidos, como se fosse possível liquidar e pôr à venda a própria identidade” (SALVÁ, 2012, s.p.).

Trata-se do fenômeno que Slavoj Žižek (2011, p. 83) chama de “novo cercamento das áreas comuns”: para além da apropriação dos espaços públicos para fins privados, a apropriação de bens públicos de ordem cultural – identidade, memória, tradição – ressignificados de acordo com os interesses de mercado, dentro da ordem capitalista global. A estas considerações somamos a de Francisco Regis Lopes Ramos (2008), que critica a transformação de *bens culturais* em *bens de consumo*. Neste sentido, critica também as políticas públicas de preservação aonde “o que geralmente se vê nessa engrenagem é um esvaziamento do político em nome de estereótipos, daquilo que é postiço, artificial e oficial, e sobretudo daquilo que é passível de se transformar em 'material de consumo'” (RAMOS, 2008, p. 184).

Com isso, ressalto, mais uma vez, o caráter conflituoso entre os valores, sentidos e significados em torno do patrimônio – seja a concepção, seja um bem cultural patrimonializado, como é o caso da Fortaleza de Anhatomirim. Este é o referencial teórico que mobilizo para analisar este processo, a partir das fontes selecionadas: documentos que integram o acervo do Iphan em Florianópolis. São ofícios trocados entre o Iphan e a Universidade, Marinha e firmas contratadas para as obras na fortaleza, durante o período de 1970 a 1990; projetos de restauração, laudos técnicos, memoriais descritivos das obras realizadas, relatórios, convênios, e documentos de natureza semelhante. Utilizo

também recortes de jornais encontrados no acervo, que tratam sobre o monumento em questão em suas notícias. Tive acesso a esses documentos indiretamente, através do colega e amigo Jefte Brandão Januário, que digitalizou estes documentos durante o período de estágio no Projeto Fortalezas Multimídia. Utilizo também as narrativas de alguns dos agentes envolvidos neste processo, presentes no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Compreendo o processo de patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim em três movimentos: o discurso, o restauro e os usos.

No primeiro capítulo, analiso o processo de “adoção” da Fortaleza de Anhatomirim pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a parceria estabelecida entre o Iphan, a universidade e a Marinha, identificando os agentes envolvidos neste processo. Analiso a narrativa destes agentes acerca do processo de recuperação da Fortaleza de Anhatomirim, identificando a luta de memórias e a memória do poder instaladas na tensão entre as suas narrativas – reunidos no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001) – a partir dos seus lugares de fala: as instituições a que estavam vinculados – especialmente a UFSC e o Iphan. Analiso também o *discurso sobre a ruína* mobilizado por esses agentes para justificar a recuperação da Fortaleza de Anhatomirim, pelo seu *valor histórico* – valor este construído a partir da historiografia catarinense.

O segundo capítulo aborda as obras de restauro da fortaleza de Anhatomirim. Mais que uma linha cronológica das obras nos edifícios da fortaleza, apresento uma narrativa problematizada sobre o restauro, a partir da documentação produzida no (para o e pelo) Iphan, bem como

na narrativa de agentes à frente do restauro, identificando nestas fontes os critérios adotados neste processo e analisando a influência destes na construção da Fortaleza de Anhatomirim como *monumento*, como *patrimônio histórico*.

O terceiro capítulo é dedicado ao uso da Fortaleza de Anhatomirim. Problematizo a relação entre *uso do patrimônio* e *consumo do patrimônio*, na articulação entre *bem cultural* e *bem de consumo* para analisar a maneira como a Fortaleza de Anhatomirim teria sido apropriada e ressignificada, a partir dos usos propostos pela Universidade Federal de Santa Catarina. Analiso as propostas de uso para este bem cultural presentes no Convênio de 1979⁹, nos projetos que encontramos no acervo do Iphan de Florianópolis, nas narrativas dos agentes, reunidos no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001), e nos Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Santa Catarina. Os jornais catarinenses também foram fontes bastante significativas para problematizar a transformação da fortaleza de Anhatomirim em local de visitação turística, como opção de lazer da temporada de verão catarinense.

A crítica aos usos da fortaleza, como bem cultural, partindo do seu *valor histórico*, não se motiva por uma concepção do passado como “nostalgia”; tal como Walter Benjamin (2012), vejo o passado como ferramenta para construção de um novo porvir. Em outras palavras,

⁹ CONVÊNIO que fazem entre si o Ministério da Marinha, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPAHN para utilização da Ilha de Anhatomirim, pertencente à Marinha do Brasil e localizada no município de Florianópolis, neste Estado. Florianópolis, novembro de 1979. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 83.

pensar patrimônio e memória *politicamente*, isto é, como um compromisso político.

Esta dissertação, na condição de pesquisa histórica, dialoga com conceitos da museologia, voltada para a Educação. A medida que esta fortaleza é um bem cultural mantido e preservado, atualmente, por uma *universidade* – uma instituição voltada para a pesquisa, ensino e extensão – acredito que temos aí um vínculo explícito com a Educação; porém, é mais do que isso. Espero ter contribuído, ao menos, para evidenciar a relevância do tema das fortalezas catarinenses e, de alguma maneira, provocar alguma discussão com os tópicos que abordei nesta dissertação.

CAPÍTULO I – O PROCESSO

O caso das fortalezas catarinenses é apropriado para discutir questões do campo do patrimônio, no Brasil. As fortalezas de Anhatomirim, Ratoões e Ponta Grossa, mais o forte Santana, foram tombados como patrimônio histórico em 1938, logo após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), passando assim a integrar o rol de monumentos representantes da memória e identidade nacional. A partir do final da década de 1960 começa a haver uma campanha pela restauração destas fortalezas, primeiro o forte Santana, e, em seguida a fortaleza de Anhatomirim, e, posteriormente as demais fortificações.

Fonseca (2009) aponta que, neste período, começa a dar sinais o “progressivo desgaste do modelo implantado nas primeiras décadas do Sphan”; considera que “o Sphan dos anos 60 era uma ilha à parte das grandes questões culturais e políticas. Pode-se dizer que a maior força da instituição nos anos 60 residia no caráter mítico do trabalho que realizara e na figura do seu diretor” (FONSECA, 2009, p. 139). Com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Renato Soeiro¹⁰ assumiu a diretoria do órgão; a nova gestão já apresentava algumas mudanças na relação com o patrimônio, sobretudo as práticas da instituição para com os bens tombados.

A partir de 1968, a postura do Iphan foi passando de “protagonista de batalhas memoráveis em defesa do interesse público

¹⁰ Renato Soeiro foi diretor do Iphan entre 1967 – 1979. De acordo com Fonseca (2009), sua gestão não apresentou grandes mudanças com relação à de Rodrigo Melo de Andrade, caracterizando-a como uma continuidade da gestão anterior.

relativamente ao patrimônio, contra proprietários e setores insensíveis da Igreja e do poder público” à de “negociador, que procura sensibilizar e persuadir os interlocutores, e conciliar interesses”, que procura demonstrar a compatibilidade entre “os interesses da preservação e os do desenvolvimento” (FONSECA, 2009, p. 142). Essa mudança de postura atendia tanto às diretrizes da Unesco quanto correspondia à política econômica adotada pelo governo brasileiro, naquele contexto. Em termos práticos, o trabalho do Iphan passou por duas reorientações: ampliou-se o leque de bens a serem preservados, com a preservação de conjuntos, e não mais apenas bens isolados; ademais, a preservação deixou de ser restrita ao tombamento dos bens, e passou a englobar também ações de proteção e revitalização do patrimônio.

A vinculação entre conjunto urbano e patrimônio dentro das práticas do Iphan foi uma transformação significativa não apenas quanto aos objetivos e atividades desenvolvidas, mas também no campo discursivo com relação à *imagem* de Brasil que o órgão pretendia construir, a partir da *exemplaridade* dos bens selecionados e patrimonializados. Conforme Delgado (2008, p. 105):

Se até então a ação do Sphan concentrava-se em zelar pela aplicação da legislação que garantisse a preservação dos bens isolados tombados, interferindo pouco na dinâmica urbana, a partir de outros conceitos, o Iphan intervém para manter, restaurar, revitalizar e gestar a área urbana protegida. Essas práticas demonstram que, mais do que a produção de um determinado passado para as cidades consideradas “históricas”, o novo arcabouço discursivo do campo do patrimônio volta-se para a invenção de um futuro.

Este futuro a ser inventado era construído a partir da conciliação entre os interesses culturais e econômicos – o que é expresso no documento publicado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória em 1980 “com o objetivo de fornecer uma visão panorâmica – atual e retrospectiva – da questão do patrimônio cultural no país”:

O rápido desenvolvimento urbanístico e viário do país, sua crescente industrialização e sobretudo a valorização imobiliária daí decorrente impuseram a implantação de medidas mais enérgicas e abrangentes. Procurou-se, a partir de então, conciliar a preservação dos valores tradicionais com o desenvolvimento econômico das regiões. (MEC/SPHAN-FNPM, 1980, p. 19)

Entretanto, a instituição reconhecia que “se por um lado, aumento demográfico, industrialização e turismo podem ser fatores positivos de enriquecimento municipal, por outro podem representar graves riscos para o patrimônio se não forem devidamente dirigidos e adequados” (MEC/SPHAN-FNPM, 1980, p. 20). É no sentido de evitar estes “graves riscos” que são adotadas as “medidas mais enérgicas e abrangentes” que procuravam conciliar a “preservação dos valores tradicionais” e o “rápido desenvolvimento” econômico. Fonseca (2009, p. 170) afirma que, neste contexto, a via da cultura constitui-se como “um caminho privilegiado para a elaboração de novas identidades coletivas e um instrumento fundamental para os grupos sociais que as constroem, e que, muito frequentemente, contestam a legitimidade dos

patrimônios históricos e artísticos nacionais”.

O projeto de modernização posto em curso no Brasil no período em questão, no qual se insere a conciliação entre valores tradicionais e o desenvolvimento econômico, também pode ser identificado em Florianópolis, nas esferas políticas, culturais e econômicas desde meados dos anos 1960 (LOHN, BRANCHER, 2014). É neste contexto que a prática do turismo se intensifica e ganha espaço na esfera socioeconômica e cultural, a medida que figura como atividade econômica prevista na política econômica adotada no período (DELGADO, 2008, p. 110).

É neste contexto que temos a restauração das fortalezas catarinenses – a sua “redescoberta” pelo Iphan, nas palavras de Toneria (2005, p. 5). Em que medida podemos identificar estas mudanças ocorridas no campo do patrimônio dentro do processo de patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim? Qual a relação entre a restauração dessa fortificação, nos anos 1970 e a nova postura do Iphan para com o patrimônio, dentro da perspectiva de conciliação de valores? Como o restauro da fortaleza de Anhatomirim se integra ao projeto de modernização de Florianópolis?

Quem restaurou Anhatomirim?

Em 1979, a Marinha do Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Universidade Federal de Santa Catarina assinaram entre si um Convênio para utilização da Ilha de Anhatomirim. O Convênio traz a consideração que o Comando do 5º

Distrito Naval, ao qual estava subordinada a Fortaleza de Santa Cruz, tinha o “interesse em que o Patrimônio da União fosse preservado”, porém, não haviam recursos alocados ao Comando para “explorar o valor histórico da Fortaleza, no sentido de proporcionar benefícios ao público em geral”; considera também que, “até a presente data, o uso da Ilha tem se limitado à instalação e manutenção de um farol”. Assim, a UFSC, na pessoa do reitor Caspar Erich Stemmer, “propõe utilizar a ilha de Anhatomirim, como seu acervo histórico, para fins didáticos e de turismo educativo”.¹¹

O documento traz também os objetivos para os quais fora firmado este convênio:

O presente Convênio tem por objetivo permitir que na Ilha de Anhatomirim, onde estão abrigados o Farol e a Fortaleza de Anhatomirim, a UFSC instale bases de pesquisa oceanográfica, de ecologia marinha, bem como promova pesquisas vinculadas aos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e História e ao Museu Universitário ou outros que venham a ser aprovados.¹²

¹¹ CONVÊNIO que fazem entre si o ministério da Marinha, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPAHN para utilização da Ilha de Anhatomirim, pertencente à Marinha do Brasil e localizada no município de Florianópolis, neste Estado. Florianópolis, novembro de 1979. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 83.

¹² CONVÊNIO que fazem entre si o ministério da Marinha, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPAHN para utilização da Ilha de Anhatomirim, pertencente à Marinha do Brasil e localizada no município de Florianópolis, neste Estado. Florianópolis, novembro de 1979. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 83.

Com relação às atribuições de cada uma das partes, o Convênio estipula que é obrigação da Marinha “não exigir qualquer ônus da UFSC ou do IPHAN pela utilização da ilha, nos termos conferidos no Convênio”; por sua vez, é obrigação da UFSC e do IPHAN:

Garantir o livre acesso ao farol de navegação existente na ilha, bem como a segurança de suas instalações;
Preservar uma área a ser indicada pelo Comando do 5º Distrito Naval para pouso e decolagem de helicópteros;
Preservar os monumentos históricos existentes na ilha, recuperando-os e mantendo-os com recursos do IPHAN; e
Permitir o desembarque de turistas na ilha, observando as normas da UFSC e disciplinando a visitação.¹³

O Convênio não estipula um prazo para sua vigência; entretanto, ao longo dos anos fora acrescido com uma série de termos aditivos, embora não alterem a natureza do convênio.

A assinatura deste Convênio é um marco no processo de patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim, pois é a partir da assinatura deste documento que a Universidade Federal de Santa Catarina passou a ser a entidade tutora deste bem cultural. A imagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) fora tão fortemente vinculada à Fortaleza de Anhatomirim que se tem a impressão de que a

¹³ CONVÊNIO que fazem entre si o ministério da Marinha, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPAHN para utilização da Ilha de Anhatomirim, pertencente à Marinha do Brasil e localizada no município de Florianópolis, neste Estado. Florianópolis, novembro de 1979. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 83.

universidade fora a responsável pela restauração da fortaleza. Entretanto, como aponta Tonera (2005), coube ao Iphan dar “o primeiro passo para a redescoberta das fortificações catarinenses”, com a restauração do Forte Santana e de Anhatomirim.

É o que leva a Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) a se pronunciar, em 1983. O Jornal do Brasil publicou matéria jornalística em dois cadernos da sua edição de 23 de fevereiro daquele ano, sobre as obras de restauração na Fortaleza de Anhatomirim; em ambas o jornal expressa que as referidas obras foram realizadas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Por isso o órgão vai a público, “para o devido restabelecimento da verdade”:

Não obstante o zelo com que aquela Universidade vem se havendo nos trabalhos de limpeza, manutenção e instalação de equipamentos de pesquisa, o correto é que à Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN, com seus parques mas exclusivos recursos, quer humanos, quer materiais, devem ser creditados os benefícios até agora trazidos pela restauração daquele extraordinário bem cultural.¹⁴

A Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) marca que “desde os primeiros levantamentos cadastrais iniciados em 1970, com a colaboração do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, até a recente conclusão do Armazém da Pólvora, vários trabalhos foram lá realizados pela SPHAN”.¹⁵ Segue a essa apreciação

¹⁴ Fundação Nacional Pró-Memória, ANHATOMIRIM. Acervo do Iphan SC (Florianópolis), Pasta 73

¹⁵ Fundação Nacional Pró-Memória, ANHATOMIRIM. Acervo do Iphan SC

uma lista de obras feitas pelo Iphan em Anhatomirim – o que, mais do que uma linha cronológica da restauração, nos oferece um panorama dos trabalhos lá realizados pela instituição:

Em 1974 foi feita a limpeza e obras de restauro no pórtico monumental que dá acesso à cidadela;
em 1975 foi recuperada a casa de força para a instalação no local da primeira zeladoria da Ilha;
em 1976/77 foi restaurada toda cobertura bem como executado total barroteamento do entrepiso na soberba construção que outrora serviu como quartel da tropa;
em 1978/80 foi realizada a restauração integral da antiga Casa do Comandante;
em 1981/82, como atrás se disse, foi completamente restaurado o antigo armazém da pólvora;
em 1983, encontra-se em andamento a vedação, através de esquadrias, do antigo quartel da tropa e, foi já programado, para o 2º semestre do ano corrente, o assoalhamento total do referido quartel.¹⁶

O documento termina lembrando o Convênio assinado com a UFSC, visando a “reinscrição daquele monumento na dinâmica cultural catarinense – quer tornando-o apoio de pesquisa marítima, quer recompondo-o como documento vivo da história da nossa arquitetura militar”.¹⁷

Quando a Fundação Nacional Pró-Memória reivindica os devidos créditos pelas restaurações na fortaleza de Anhatomirim,

(Florianópolis), Pasta 73

¹⁶ Fundação Nacional Pró-Memória, ANHATOMIRIM. Acervo do Iphan SC (Florianópolis), Pasta 73

¹⁷ Fundação Nacional Pró-Memória, ANHATOMIRIM. Acervo do Iphan SC (Florianópolis), Pasta 73

identificamos um esforço maior que o “restabelecimento da verdade”: há uma disputa simbólica de poder entre o Iphan e a UFSC em torno da patrimonialização do bem cultural em questão. Nesta disputa, o Iphan reivindica para si a visibilidade que apenas a universidade vinha ganhando, neste processo. A menção ao Convênio firmado entre estas instituições e a Marinha do Brasil, em 1979, mais que uma lembrança dos objetivos nele estipulados, é também uma lembrança do papel de cada uma das instituições neste processo.

Cabe-nos perguntar: quem restaurou Anhatomirim? Esta problemática, longe de procurar estabelecer uma narrativa histórica a partir de um inventário de datas, ofícios, obras, etc., procuro identificar os agentes envolvidos no processo de recuperação da fortaleza de Anhatomirim em suas diversas ações ao longo dos anos 1970 e 1980. Este objetivo me leva a identificar a disputa de poder entre as instituições a partir das narrativas de alguns destes agentes: Armando Gonzaga, Cyro Lyra, Caspar Erich Stemmer, Dalmo Vieira Filho, Ernani Bayer. Cada um destes agentes rememora a restauração de Anhatomirim conforme o papel que desempenhou, a partir do seu lugar de fala – portanto, enfatizando a atuação da instituição à qual estava vinculado. A partir de suas narrativas, é possível também destrinchar a rede de sociabilidade formada por estes agentes através da adesão à “causa” do patrimônio (CHUVA, 2009).

Cyro Lyra afirma que visitou a Ilha de Anhatomirim no contexto da Operação Anhatomirim (será analisada no capítulo 2) acompanhado do arquiteto Luiz Saia, Diretor do 4º Distrito do SPHAN, e de Armando Luiz Gonzaga – que os levou à ilha em sua própria

lança. Diante do estado de abandono e ruínas daquele monumento, Cyro Lyra teria recebido a seguinte proposta de Saia:

Luiz Saia, sabendo que eu era professor da Universidade Federal do Paraná e que em Florianópolis não havia Escola de Arquitetura, me propôs o seguinte: Cyro, você poderia vir com seus alunos e fazer um levantamento dessa Fortaleza. Eu achei a idéia muito boa, muito interessante e topei. [...] Em 1970, o IPHAN, através do 4º Distrito, me convidou para começar os trabalhos na Fortaleza. Minha empresa foi contratada para a primeira obra, o Quartel. E realmente, o Quartel da Tropa foi a primeira obra de restauração feita em Anhatomirim, ao menos nessa segunda metade do Século XX.¹⁸

Dalmo Vieira Filho afirma em sua narrativa que “não tínhamos em todo o sul do Brasil firmas especializadas que pudessem trabalhar aqui. Então por convite do Diretor do IPHAN, o arquiteto Cyro Correa Lyra, Professor da Universidade do Paraná, criou a firma ARESTA - Arquitetura e Restauo, para trabalhar na restauração de Anhatomirim”.¹⁹ Dalmo Vieira Filho na ARESTA durante a restauração desta fortaleza, e, posteriormente, esteve à frente do Iphan em Santa Catarina. Corroborá, portanto, com a fala de Cyro Lyra – que, embora exponha de maneira naturalizada a sequência de acontecimentos, não nos dá a conhecer claramente como a sua empresa veio a ser contratada

¹⁸ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

¹⁹ FILHO, Dalmo Vieira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

pelo Iphan.²⁰

O depoimento de Cyro Lyra evidencia a relação pessoal entre ele, Luis Saia e Armando Gonzaga, proximidade que foi importante para a contratação da ARESTA para estes serviços. Embora não justifique, é um exemplo de como o *capital social* fora mobilizado. Isso nos aproxima novamente de Fonseca (2009), quando fala sobre a autoridade intelectual e moral dos agentes do Iphan quanto aos critérios de seleção dos bens a serem preservados pela instituição, nos seus primeiros anos de funcionamento. Embora estejamos analisando os anos 1970, Luis Saia é um dos sujeitos que colaborou junto ao Iphan desde o seu início, tanto com o tombamento quanto com a restauração de diversos bens culturais do Estado de São Paulo e de outras regiões brasileiras.

Armando Gonzaga também menciona Luis Saia em sua narrativa. Armando Gonzaga, na qualidade de Diretor Geral do Departamento Autônomo de Turismo do Estado de Santa Catarina (DEATUR), em 1968, fez contato com Luis Saia, à época diretor da 4ª Diretoria Regional do Sphan, para tratarem juntos do patrimônio histórico catarinense. Armando Gonzaga naturaliza a parceria estabelecida entre os dois ao afirmar que, a partir deste contato, “o professor Luiz Saya passou a dar a Santa Catarina prioridade nas ações do IPHAN”, por ter encontrado neste Estado “um apoio mais sólido e

²⁰ Não foi possível identificar nenhum trâmite legal para a contratação da ARESTA pelo Iphan, através do 4º Distrito, na documentação levantada nesta pesquisa. Temos consciência que isso não nos permite tirar conclusões, levando em conta as limitações desta pesquisa, que, até o presente momento, consultou apenas a documentação pertencente ao acervo do Iphan em Florianópolis; é possível que o processo de contratação esteja em outros arquivos desta instituição, que não foram consultados por nós, até então.

efetivo para os projetos do IPHAN”.²¹ Entre estas ações, contabiliza a “restauração do Forte de Santana, no tombamento de São Miguel, da Igreja, do Casarão e do espaço geográfico até o Aqueduto”, e a “modernização do Museu Anita Garibaldi, em Laguna”, e, também, os primeiros estudos para “um trabalho de restauração de Anhatomirim e do Forte São José da Ponta Grossa”.²²

Dalmo Vieira Filho também enfatiza, em sua narrativa, a influência de Armando Gonzaga e de Saia no processo de restauração de Anhatomirim. O mesmo considera que Armando Gonzaga estabeleceu contato com o Iphan, através da pessoa de Luis Saia, quando percebeu o valor turístico que a Fortaleza de Anhatomirim tinha, na qualidade de “primeiro diretor de turismo do Estado” – mas também como “sujeito de marinha, acostumado com o mar, tinha embarcação”, “admirado com aquele monumento, que conhecia desde criança”.

O Saia, numa época difícil para o Patrimônio, fez várias viagens a Santa Catarina, muitas delas custeadas pela Diretoria de Turismo, do qual o Armando então era chefe. O Saia tinha aqui um carro à disposição colocado pelo Armando, normalmente seu carro particular, e o patrimônio começou a poder se fazer presente em Santa Catarina, não só em Florianópolis, mas em Laguna, São Francisco do Sul, em Joinville e em outras cidades do Estado. O resultado disso foi um convênio firmado com a Universidade do Paraná,

²¹ GONZAGA, Armando Luiz. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

²² GONZAGA, Armando Luiz. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Apesar de ter se afastado do DEATUR, em 1970, Armando Gonzaga não se afastou do trabalho de recuperação das fortalezas catarinenses, nem da influência de Luis Saia. Pouco antes do seu falecimento, no início dos anos 1970, Saia teria dado a conhecer à Armando Gonzaga o seu Projeto Anhatomirim, “no qual onze fortalezas ao longo de todo o litoral brasileiro deveriam se transformar em centros de estudos do mar, da ecologia marinha, dos recursos do mar, do litoral, etc, sendo Santa Cruz a principal delas”.

Cyro Lyra também aborda em sua narrativa o que seria o projeto Anhatomirim, referindo-se a Luis Saia e a sua ideia de ocupação das fortalezas como centros de pesquisa de biologia marinha, sendo a fortaleza de Anhatomirim a principal destas:

O Saia achava que as universidades, à medida em que passassem a desenvolver estudos e pesquisas sobre biologia marinha, poderiam sediar postos de pesquisa nos antigos fortes litorâneos. Os fortes, como bens públicos, poderiam ser ocupados por universidades públicas e o interessante é que ele preparou um texto sobre isso, (fico lhe devendo), e nesse texto ele considera que Anhatomirim deveria ser a capitânia, a sede dessa rede de postos de biologia. Eu não sei se por causa de sua posição geográfica ou por ser realmente das maiores fortalezas litorâneas e das que oferecem mais espaço utilizável. Quando ele expunha sua tese, em 70, ela estava arruinada, mas era óbvio seu potencial de espaço utilizável, excepcional mesmo. Então, o Saia acreditava nessa tese; sobre isso ele conversou muito com o Armando

²³ FILHO, Dalmo Vieira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Gonzaga e comigo, aqui em Santa Catarina, em Florianópolis. Acredito que foi por causa do seu entusiasmo por essa tese, de aliar a recuperação de monumentos arquitetônicos militares com a necessidade de criação de postos de biologia marinha, que ele, das quatro fortalezas catarinenses, escolheu Anhatomirim para ser a primeira a ser trabalhada.²⁴

Cyro Lyra naturaliza a escolha da fortaleza de Anhatomirim para ser restaurada a partir da ideia do arquiteto Saia, assim como o envolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina neste processo. Neste sentido, Armando Gonzaga afirma que teria sido orientado por Luis Saia “a buscar quem ocupasse as fortalezas, preferentemente uma universidade, pois sem ocupante e mantenedor, não haveria prioridade nas obras”. Armando Gonzaga rememora que primeiramente buscou a Fundação do Meio Ambiente (FATMA), “recém criada, sem êxito. Procurei, então, a Universidade Federal de Santa Catarina”.²⁵ A personalidade do vocábulo *procurei* ganha sentido reforçado quando Armando Gonzaga explicita, na sequência de sua narrativa, o contato entre ele e Caspar Erich Stemmer, então reitor desta universidade.

Em maio de 1974, levei em minha lancha o professor Caspar Erich Stemmer, então Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, acompanhado de sua família, a Anhatomirim, que estava em início de restauração. Uma restauração

²⁴ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

²⁵ GONZAGA, Armando Luiz. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

lenta, porque o IPHAN, na época, destinava recursos escassos, justamente pela falta de destinação, falta do ocupante do monumento quando restaurado. Tentei convencer o professor Stemmer a assumir, ou seja, a UFSC a assumir o monumento.

Entusiasmado, o professor Stemmer iniciou dentro da Universidade um processo de convencimento do Conselho Universitário para assumir tão grande projeto. Evidentemente, na época, a Universidade lutava com falta de recursos e foi considerado até uma temeridade assumir àquela ilha, aquele monumento, quando havia a dificuldade para sua própria manutenção. Mas o professor Stemmer se engajou no processo com toda coragem. Passamos a levar os membros do Conselho, os Pró-Reitores, a visitar Anhatomirim, sempre com minha lancha, evidentemente, pois a Universidade não tinha nenhum meio marítimo. Visitar Anhatomirim e ficar entusiasmado é um corolário sem exceção.²⁶

Rodolfo Pinto da Luz confirma o testemunho de Armando Gonzaga ao afirmar que os diálogos com a Universidade Federal de Santa Catarina foram iniciados a partir do contato deste com o então reitor Caspar Erich Stemmer:

Em 1975, Armando Gonzaga levou o então Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Caspar Erich Stemmer, para visitar a Ilha de Anhatomirim, quando verificaram o estado de semi-abandono, apesar do início da restauração. Caspar Erich Stemmer, sensibilizado, assumiu a proposta e iniciou, dentro da Universidade, o convencimento para que o projeto fosse adotado, apesar das dificuldades orçamentárias da

²⁶ GONZAGA, Armando Luiz. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

instituição. Convencida a Universidade, iniciaram-se as tratativas para a ocupação legal.²⁷

Entretanto, consta no acervo do Iphan em Florianópolis uma carta de Walter Piazza²⁸ para Luiz Saia, datada de 13 de junho de 1962. O conteúdo da carta dá a entender que Piazza e Saia se encontraram, quando da estadia deste em Santa Catarina, junto com outros sujeitos da cena pública catarinense: João David Ferreira Lima, reitor da UFSC, Celso Ramos, governador do Estado, e Aderbal Ramos da Silva, Diretor Presidente da Cia. Imobiliária Jurerê. Em determinado trecho, faz menção à Anhatomirim:

Ao Reitor da Universidade de Santa Catarina, dr. João David Ferreira Lima, foi proposto o aproveitamento da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, no que, ouvindo o encarregado da instalação do Instituto de Biologia Marinha, ficou assentada a aceitação da idéia. Assim, a DPHAN faria as obras de restauração e a Universidade tomaria as medidas cabíveis para um convênio de aproveitamento, desde logo, daquela dependência.²⁹

Já em 1962 havia a proposta de a UFSC assumir Anhatomirim

²⁷ LUZ, Rodolfo Joaquim Pinto da. Agosto de 2000. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

²⁸ Walter Fernando Piazza foi um professor e historiador catarinense. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, foi membro dos Institutos Históricos e Geográficos de Santa Catarina, Espírito Santo, Bahia e São Paulo, da Academia Catarinense de Letras, da Associação dos Professores Universitários de História de São Paulo, da Comissão Nacional de História e do Instituto Histórico da Ilha Terceira, nos Açores (Portugal).

²⁹ Carta de Walter Piazza a Luis Saia, Florianópolis, 13 de junho de 196. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 83.

para ali sediar um centro de estudos de biologia marinha, seguido de obras de restauração na fortificação por parte do Iphan. Embora não tenha sido concretizada a proposta naquele período, trata-se de uma ideia anterior ao contato entre Armando Gonzaga e Caspar Erich Stemmer.

Tampouco a escolha de Armando Gonzaga pela Universidade Federal de Santa Catarina deve ser naturalizada, como o mesmo possibilita antever em sua narrativa. O mesmo Armando Gonzaga, em uma carta enviada Luis Saia em 18 de outubro de 1974, expõe suas intenções de uso para Anhatomirim ao tratar sobre a restauração do monumento: “Anhatomirim, aos meus olhos leigos, está ficando espetacular. Fiquei muito satisfeito em saber que será um Instituto de Pesquisas da Pesca, ou coisa semelhante. Se ninguém quiser, eu quero para uma pousada de luxo, sem depredações”.³⁰

A carta foi enviada por Gonzaga com papel timbrado da sua empresa A. Gonzaga S.A. — Engenharia e Incorporações imobiliárias. O assunto da carta gira em torno do turismo, objeto de discussão da reportagem de Saia, o que Gonzaga relacionou com a restauração de Anhatomirim. Cabe-nos lembrar que, neste contexto, já se ensaiava buscar uma entidade que assumisse a guarda e uso da fortaleza.

Diante destas evidências, cabe-nos questionar como Armando Gonzaga naturaliza a escolha da UFSC como entidade a assumir a fortaleza de Anhatomirim, bem como as finalidades com que a universidade assumiria o monumento.

³⁰ Carta de Armando Luiz Gonzaga a Luis Saia. Florianópolis, 18 de outubro de 1974. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 83.



A. GONZAGA S.A.
ENGENHARIA E INCORPORACOES IMOBILIARIAS
SOCIEDADE ANONIMA DE CAPITAL ABERTO

Florianópolis, 18 de outubro de 1974 .

Ilmo. Sr.

Luis Saia

Rua Baronesa de Itu, 639

Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional

São Paulo - SP

Meu caro Saia,

"Não tem barriga me dói", vi sua cara feia na revista BANAS de 7 do corrente e tratei de escrever-lhe. Gostei das declarações, embora eu o conheça mais virulento do que saiu refletido na publicação. Bem, o assunto era turismo, tinha que ser suave.

Mas, se era turismo por que não nos deu uma colher de chá, falando das restaurações em Santa Catarina? Anatomirir, aos meus olhos leigos, está ficando espetacular. Fiquei muito satisfeito em saber que será um Instituto de Pesquisas da Pesca, ou coisa semelhante. Se ninguém quizer, eu quero pra uma pousada de luxo, sem depredações.

Quando vier a Florianópolis, não deixe de procurar-nos. É um prazer rever o amigo e nós temos algum material de demolição, que queremos colocar à disposição do IPHAN.

Um grande abraço,

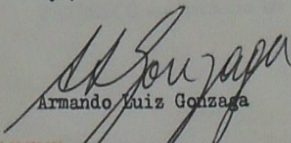

Armando Luiz Gonzaga

Figura 1: Carta de Armando Gonzaga a Luis Saia em 18 de outubro de 1974. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 83.

Problematizamos a narrativa de Armando Gonzaga, dentro do contexto em que a entrevista foi realizada. O presente depoimento – assim como os demais citados aqui – foram reunidos no CD-Rom Fortalezas Multimídia, uma produção do projeto Fortalezas Multimídia, projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina. Armando Gonzaga fora entrevistado em 1990, no âmbito de execução do projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 Anos de História Brasileira* (1990-1992), no qual a imagem da UFSC foi fortemente vinculada às fortalezas catarinenses, devido ao maciço investimento nas fortalezas, tanto financeiramente como em termos de divulgação. Com o projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina* consolidou-se a presença da UFSC no processo de patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim; neste sentido, a narrativa de Armando Gonzaga vem a corroborar esta consolidação.

Outro elemento a ser levado em consideração ao problematizar esta narrativa é a adesão à causa do patrimônio, conforme análise de Márcia Chuva (2009). Esta autora enuncia que uma das características das práticas de preservação do patrimônio, no Brasil, desde a criação do Iphan, foi a “articulação de intelectuais em torno da 'causa' da defesa de um patrimônio ameaçado de perda” (CHUVA, 2009, p. 33):

As autorrepresentações dos agentes institucionalizados acerca da sua “dedicação à causa” foram engendradas com base nas fortes relações pessoais estabelecidas e permanentemente em jogo, nos laços de amizade e nos compromissos de fidelidade daí advindos. Importantes redes de relações foram tecidas a partir do “sentimento de pertencimento à causa”,

que se constituiu em capital simbólico acumulado, muitas vezes mais eficiente como recurso de convencimento, controle e fiscalização do que as normas legalmente estabelecidas. (CHUVA, 2009, p. 176)

Chuva ainda postula que estes agentes assumiam um “papel magnânimo, cujo suporte era justamente a crença na 'causa' da preservação da memória nacional” (CHUVA, 2009, p. 210-211), aonde assumiam a tarefa de dar voz a esta memória, como se houvesse uma identidade nacional a ser desvendada; identificavam-se, portanto, mais como reveladores que como construtores, como se esta memória e identidade nacionais estivessem dadas, e não “construídas pelos agentes em relação no mundo social e constituintes do processo histórico de formação do Estado e construção da nação brasileira”. Embora Chuva se detenha a analisar os primeiros 10 anos de existência do Iphan, é possível identificar esta postura e estas concepções nestes agentes como permanências.

A ideia de pertencimento à causa e de engajamento é fundamental para compreendermos a forma como Armando Gonzaga rememora o seu envolvimento pessoal neste processo – no sentido de como este sujeito entendia o seu papel na História – e a articulação com outros sujeitos, como Luis Saia, Cyro Lyra, Stemmer. É possível identificar aqui a construção de uma rede de sociabilidades em torno da fortaleza de Anhatomirim, a constituição de um grupo que atribuía a si mesmo a “missão” de restaurar Anhatomirim; sendo estes sujeitos portadores de um capital cultural que os permitia ver os valores históricos e culturais daquele monumento, viam-se como que “em

dívida” com a História e com a Nação ao *resgatarem* este monumento histórico.

Entretanto, isso não significa que outros valores não fossem levados em consideração, ou não pudessem ser mobilizados ao aderirem a tal empreitada histórica. No período em que ocorreu a restauração da fortaleza de Anhatomirim, as práticas de preservação passaram por uma mudança, conforme a análise de Fonseca (2009), dentro das transformações na configuração do campo do patrimônio no Brasil, aonde é possível haver conciliação entre os “interesses da preservação e os do desenvolvimento”, ou, em outras palavras, entre os valores históricos e culturais e os valores econômicos. Além de somente preservar o bem cultural em bom estado de conservação, é preciso dar-lhe um uso, uma destinação, uma ocupação; neste sentido, o “projeto Anhatomirim” de Luis Saia conciliava a preservação e ocupação do monumento histórico com pesquisa científica. Mas, também era possível, para Armando Gonzaga, falar em preservação do patrimônio histórico “sem depredações” enquanto propunha que este patrimônio fosse convertido em pousada de luxo.

Esta leitura a contrapelo intenta desnaturalizar a escolha pela UFSC, como intentam as narrativas construídas em um contexto em que esta universidade já havia assumido e consolidado a tutela da fortaleza de Anhatomirim. Entretanto, evidenciam que a busca por alguém – instituição, ou pessoa física – para assumir o monumento era emergencial, pois, “sem ocupante e mantenedor, não haveria prioridade nas obras”.³¹ Porém, tendo em vista a magnitude da empreitada, o fato

³¹ GONZAGA, Armando Luiz. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA,

de a UFSC assumir a guarda da fortaleza não resolvia a situação, em si; seria preciso buscar também instituições parceiras que abraçassem juntas a “causa do patrimônio”, tanto em termos de esforço quanto em termos de investimento financeiro.

Cyro Lyra rememora que a falta de recursos era um dos fatores que dificultavam o andamento das obras de restauração, de modo que as obras ficavam paralisadas por longos períodos. Havia outros fatores que faziam da restauração da fortaleza de Anhatomirim “um trabalho extremamente penoso”:

A Ilha não dispunha de água, não dispunha de eletricidade e nós tínhamos um contrato a cumprir – um contrato de risco, diria. No começo, nem gerador nós tínhamos, vivíamos condições operativas não muito diferentes dos homens que construíram a Fortaleza, duzentos anos antes.³²

As condições operativas eram semelhantes às do século XVIII também com relação aos trabalhadores. Em 13 de janeiro de 1975, os operários contratados para o serviço em Anhatomirim enviaram uma carta a Luis Saia reclamando da falta de pagamento.

Dr. Luiz os operários desta construção estão reclamando que do jeito que vai indo não dá para continuar trabalhando.
Dois meses sem nenhum pagamento, incluindo o décimo terceiro salário, que até hoje não foi pago.
Já falei diversas vezes com o japonês Kei Imaguar

2001).

³² LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Junior e ele não resolveu nada.
Vamos aguardar mais uma semana, se não resolverem nosso problema, pararemos o serviço e iremos procurar nossos direitos.³³

A carta vai assinada por Irineu da Silva, de quem não temos maiores informações a respeito; o que podemos dizer é que morava em Biguaçu, pelo endereço remetente no envelope da carta, e que era um dos operários contratados para trabalhar nas obras em Anhatomirim. Chama-nos a atenção a reivindicação dos operários nessa correspondência pelo fato de que dirigiram-se ao contratante da empresa que os havia contratado para o serviço, o 4º Distrito do Iphan, já que a empresa não havia resolvido a questão, pela pessoa de Key Imaguire Júnior³⁴, arquiteto que assumiu o comando da Aresta enquanto Cyro Lyra estava afastado.³⁵

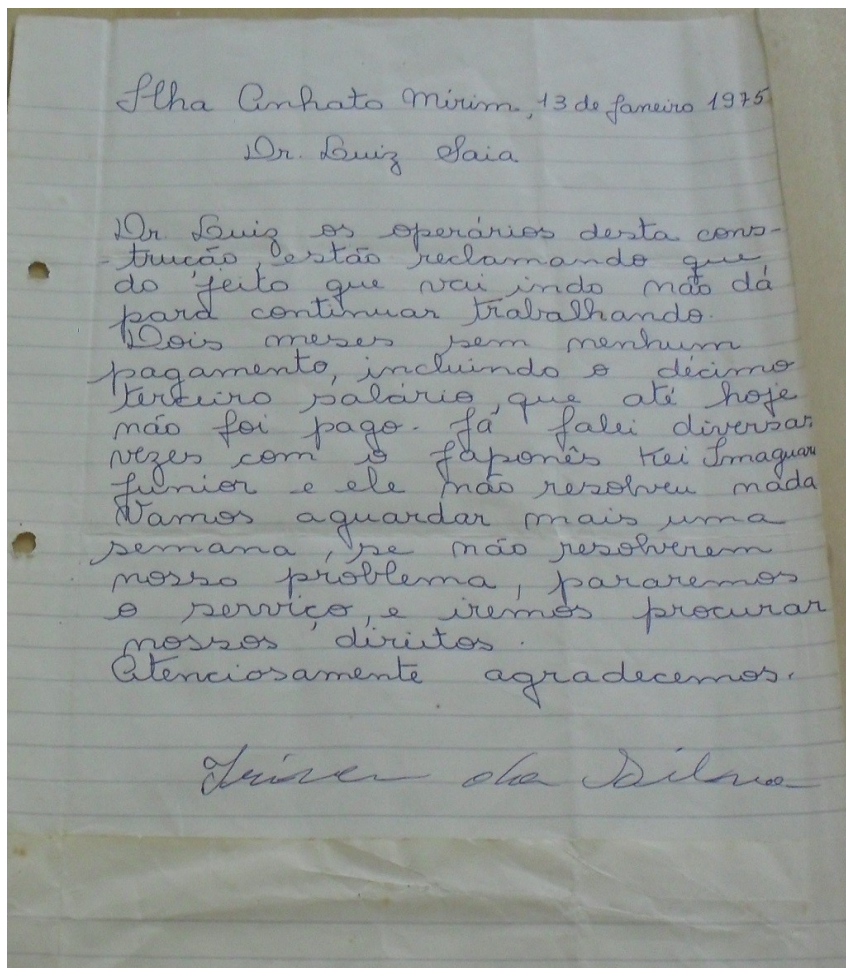
Apesar do conturbado contexto político e econômico brasileiro, os operários ameaçaram parar os serviços caso a situação não fosse resolvida. Ao que tudo indica, os trabalhadores de fato procuraram os seus direitos. Anésio Botelho, advogado do Escritório Modelo de Advocacia da Universidade Federal de Santa Catarina entrou em contato com Diretor da Divisão do Patrimônio Histórico da União, em correspondência de 10 de junho de 1975. Nesta, solicita a informação se a Aresta possuía vínculo contratual com a União para a restauração da

³³ Carta de Irineu da Silva a Luis Saia, de 13 de janeiro de 1975. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 75.

³⁴ Esta é a grafia correta do nome do arquiteto: Key Imaguire Júnior. Entretanto, preservamos a maneira como foi escrito por Irineu da Silva na carta citada acima, em respeito ao autor da carta.

³⁵ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

fortaleza, apresentando como causa da solicitação o “não pagamento de operários desde novembro de 1974”.³⁶



Ilha Anhatomirim, 13 de janeiro 1975
Dr. Luiz Saia

Dr Luiz os operários desta construção estão reclamando que do jeito que vai indo não dá para continuar trabalhando. Dois meses sem nenhum pagamento, incluindo o décimo terceiro salário, que até hoje não foi pago. Já falei diversas vezes com o japonês Tei Imaguara Júnior e ele não resolveu nada. Vamos aguardar mais uma semana, se não resolverem nosso problema, pararemos o serviço, e iremos procurar nossos direitos.
Atenciosamente agradecemos.

Irineu da Silva

Figura 2: Carta de Irineu da Silva, operário empregado na restauração da Fortaleza de Anhatomirim, a Luis Saia, em 13 de janeiro de 1975. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 75.

³⁶ Ofício de Anésio S. Botelho ao Diretor da Divisão do Patrimônio Histórico da União, 10 de junho de 1975. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 75.

Cyro Lyra, no entanto, não contempla estes acontecimentos, pois, em sua narrativa. Com relação a esta fase dos trabalhos de restauração, limita-se a dizer:

De 1971 para 72, eu sai da firma, passei dois anos trabalhando para o Governo do Estado do Paraná na direção do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico daquele Estado. Assumi a Aresta o arquiteto Key Imaguire Júnior, que, com os míseros recursos de que a SPHAN dispunha, continuou as obras, trabalhando então na recuperação de uma edificação pequena, à direita de quem entra na Fortaleza, que servira em outras épocas para abrigar um gerador de eletricidade movido a óleo. Era por isto conhecida tradicionalmente como a Casa do Gerador.³⁷

Os “míseros recursos” do Iphan não prejudicavam apenas a restauração dos edifícios, em termos de material; prejudicava também a vida dos trabalhadores que executavam as obras de reparo nesta fortaleza, recursos humanos sem os quais não seria possível concluir o restauro. Cyro Lyra valoriza, em sua narrativa, o trabalho de Imaguire à frente da Aresta durante seu afastamento, as dificuldades enfrentadas em nível administrativo, sem, contudo, fazer menção às vicissitudes enfrentadas pelos sujeitos empenhados na recuperação deste patrimônio.

O fato de a Ilha de Anhatomirim, naquele período, não dispor de água ou eletricidade lhe preocupava mais quanto ao cumprimento do contrato do que com aqueles que, de fato, executariam o trabalho contratado.

³⁷ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Armando Gonzaga rememora esta fase da patrimonialização de Anhatomirim colocando-se como o responsável pelo diálogo institucional entre a universidade, o Iphan e a Marinha – uma “ligação não oficial”, em suas palavras:

Convencida a Universidade, restava promover um convênio entre o IPHAN e o Ministério da Marinha, porque a Ilha é Patrimônio da União, sob jurisdição do Ministério da Marinha, que ali tem um farolete automático. [...] A minha parte não processo, neste caso, se devia à inexistência de uma delegacia do IPHAN em Santa Catarina. O Diretor para Santa Catarina e Rio Grande do Sul era o professor João Nicolau Barros de Curtys, com sede em Porto Alegre. Inexistindo representação do atual IPHAN em Santa Catarina, eu fazia “um meio de campo”, uma ligação não oficial, mas que funcionava, entre a Marinha, a Universidade e o IPHAN; graças ao apoio do Arquiteto Cyro Corrêa Lyra.³⁸

Embora não se refira a datas em seu relato, é possível que Armando Gonzaga esteja se reportando ao ano de 1979, quando foi assinado o Convênio entre a UFSC, o Iphan e a Marinha. Assinado o Convênio, a Universidade passou a enfrentar os desafios de colocar em prática o que havia estipulado; levando em consideração as dificuldades – orçamentárias, inclusive – na tarefa de assumir o patrimônio, Rodolfo Pinto da Luz considera, em seu depoimento, que tal compromisso fora um risco para a UFSC, naquele contexto:

³⁸ GONZAGA, Armando Luiz. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Muitas foram as dificuldades, pois a Universidade, como sempre, lutava com a falta de recursos, e considerava-se uma temeridade assumir a Ilha de Anhatomirim quando já era difícil manter o Campus. Vale ressaltar a coragem e o empenho do Prof. Caspar Erich Stemmer, bem como o decidido apoio do seu sucessor na Reitoria, Prof. Ernani Bayer, que deu continuidade aos esforços de ocupar e preservar a Fortaleza de Santa Cruz, tornando possível, em 1984, sua abertura à visitação pública.³⁹

Diante da falta de recursos, era premente a busca por instituições que apoiassem a “causa” das fortalezas, para este empreendimento; os recursos para as obras de restauração eram insuficientes, e, além disso, não havia na Ilha de Anhatomirim infraestrutura adequada para dar condições para este tipo de empreitada. A partir desta necessidade, Armando Gonzaga rememora que a sua parceria com o reitor Stemmer se desdobrou em ações para efetivar a revitalização da Fortaleza de Anhatomirim – ações como a operação Chapéu da Mão.

Nas palavras de Armando Gonzaga, a Operação Chapéu da Mão “consistia basicamente em levar a Anhatomirim”, na sua própria lancha, “as autoridades estaduais e federais, vinculadas a diversos organismos, que pudessem, de uma forma ou de outra, colaborar com a implantação desta infraestrutura”. Em seu relato:

A operação “Chapéu na Mão” se desenvolvia da seguinte forma: o Reitor convidava uma

³⁹ LUZ, Rodolfo Joaquim Pinto da. Agosto de 2000. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

autoridade, por exemplo: o representante da Sudesul, o Presidente da Telesc, o Diretor da Celesc, da Caça e Pesca, da Setur, organismos de turismo, pagava o combustível para a minha lancha e um pequeno lanche, e nós levávamos as referidas autoridades até a Ilha. Lá a professora Blanca expunha o Projeto Anhatomirim, o que seria feito, a implantação da Estação de Biologia Marinha, os planos da Universidade, o Convênio com a Marinha e o IPHAN e ao final dessa explanação se pedia ao visitante a colaboração do órgão. Foi dessa forma que se conseguiu a implantação do telefone, da linha de energia elétrica e do Aquário. Foi assim que a Casan implantou uma rede de captação na carioca, distribuindo água por toda a Ilha. Assim, pequenas ajudas tornaram a Ilha habitável.⁴⁰

Nesta fase da revitalização da fortaleza, a universidade passou a procurar meios para efetivar o uso proposto inicialmente, ou seja, a implantação de um centro de pesquisa de Biologia Marinha na Ilha de Anhatomirim. A bióloga Blanca Sierra de Ledo, e seu marido, Ramon Gualberto Ledo Gomez⁴¹, haviam sido contratados pela UFSC para se estabelecerem na Ilha de Anhatomirim, a fim de serem responsáveis pela administração (zeladoria) e da destinação acadêmica – “ela cuidaria da parte científica e ele da administração da Ilha”, rememora Cyro Lyra.⁴²

⁴⁰ GONZAGA, Armando Luiz. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

⁴¹ Blanca Sierra de Ledo, bióloga uruguaia contratada pela Universidade Federal de Santa Catarina, quando esta assumiu a guarda de Anhatomirim, como pesquisadora do Projeto Anhatomirim, para atuar no Centro de Estudos de Biologia Marinha que funcionaria naquele espaço, e, junto com seu marido, Ramon Gualberto Ledo Gomez, como zeladores da ilha de Anhatomirim.

⁴² LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia

Cyro Lyra infere que, com a presença da bióloga Blanca Sieera de Ledo “a Universidade passou a assumir mesmo” a fortaleza de Anhatomirim, isto é, consolidou-se a presença da universidade no processo de recuperação da fortaleza. O mesmo rememora ainda que, a partir da assinatura do Convênio, “já final da época de 70, os recursos e as condições de trabalho tinham melhorado muito”: “a Universidade instalara um gerador e construía um plano inclinado com trilho, melhoramentos que facilitavam muito o transporte do material lá para cima. Foi colocado o assoalho, instaladas as esquadrias no Quartel, enfim foi dado um maior acabamento a ele”.⁴³

Ernani Bayer sucedeu Caspar Erich Stemmer na reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, assumindo-a em 1980, logo após a universidade ter assumido o compromisso de tutelar a fortaleza de Anhatomirim. O mesmo afirma que “neste período, iniciou-se então uma campanha com o objetivo de fazer com que os trabalhos tivessem continuidade com a obtenção de recursos para execução dos trabalhos de restauração”; existe uma discrepância entre o depoimento de Bayer e o de Cyro Lyra que precisamos analisar. Para Bayer, as obras de restauração tiveram início somente depois que a UFSC assumiu a tutela da fortaleza:

Os trabalhos de restauração praticamente inexistiam nessa época, porque não havia recursos para que a Fundação Pró-Memória realizasse qualquer projeto de restauração; isso exigia algum

(TONERA, 2001).

⁴³ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

dinheiro, que não era pouco e, evidentemente, já naquela época, na década de 80, no início dos anos 80, foi exatamente o período em que se iniciaram as restrições no orçamento federal aos investimentos; e, assim, atingia também a área da cultura, especialmente as fundações ligadas à preservação e restauração do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Por isso, não existiam recursos para os trabalhos de restauração.⁴⁴

Cyro Lyra dá a entender, em sua narrativa, que as obras de restauração empreendidas por sua firma Aresta iniciaram-se após ter visitado a fortaleza de Anhatomirim na lancha de Armando Gonzaga, na companhia de Luis Saia; não nos é possível determinar o espaço de tempo com precisão, pois o arquiteto não cita datas em sua narrativa, porém, dá a entender que é um curto espaço de tempo. A documentação do Iphan, entretanto, acusa que as obras tiveram início em 1974, apenas – como veremos com maiores detalhes no segundo capítulo.

É necessário problematizar esta imprecisão. Estamos lidando com duas fontes de natureza distinta: a evidência documental e a narrativa oral, cada qual com suas peculiaridades – o que não nos permite estabelecer juízo de valor sobre elas. Não compartilho com a concepção de que a fonte oral possui menos credibilidade diante da fonte documental, mas sim que o testemunho de ambas revela elementos de ordem distinta.

No caso dos depoimentos arrolados, esta discrepância nos permite identificar a disputa de memórias que é, por sua vez, disputa de poder simbólica em torno do processo de restauração da fortaleza de

⁴⁴ BAYER, Ernani. Agosto de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Anhatomirim. Cada um destes agentes fala a partir do papel que desempenhou neste processo, valorizando o seu lugar de fala e a rede de sociabilidade mobilizada da qual se sente parte.

Neste sentido, Ernani Bayer cita uma série de outros agentes participantes deste processo, dentre os quais o Almirante Freitas do 5º Distrito Naval da Marinha do Brasil, a qual estava subordinada a fortaleza de Anhatomirim; a participação do almirante teria sido fundamental para que houvessem recursos, por parte do Governo Federal, através do Ministério da Educação, para que fosse possível a restauração da dita fortaleza. A narrativa de Bayer revela outras articulações pessoais e institucionais presentes no jogo do poder deste processo:

Como se sabe, nessa época, toda a área de cultura era subordinada ao Ministério da Educação. Portanto, a fundação, que era dirigida pelo Aloísio Magalhães, estava subordinada ao Ministério dirigido pelo Ministro Eduardo Portela e, logo após, pelo Ministro Rubem Ludvig. Então, o Almirante Freitas, de posse de alguns dados que eu forneci, na época como Reitor, fez um expediente encaminhado ao Ministério da Educação, relatando quais as providências que tinham sido tomadas para que o convênio fosse executado. O convênio era tripartite: era o Ministério através da Fundação Pró Memória, o Ministério da Marinha e a UFSC. Então, o Almirante Freitas relatava neste expediente – isso foi muito importante –, o que é que o Ministério da Marinha tinha feito, em função do convênio, o que a UFSC já tinha feito – com dados que eu havia fornecido e, o que o Ministério da Educação tinha feito – que não era nada. Para mostrar, exatamente, que uma das partes do convênio não

tinha cumprido com suas obrigações. Isso, evidentemente, fez com que o Ministério se posicionasse, tendo em vista que uma autoridade militar da área chamara a atenção sobre a importância do compromisso assumido.⁴⁵

Outro agente citado por Bayer em sua narrativa é Aloísio Magalhães, diretor do Iphan no início dos anos 1980 e proeminente figura destacado no campo do patrimônio, no Brasil, naquele período. O envolvimento de Aloísio Magalhães no processo de patrimonialização de Anhatomirim vai além da questão do apoio do Iphan; ao citá-lo, Bayer procura maximizar o prestígio do monumento e do próprio processo em si, sobretudo no que diz respeito às impressões de Aloísio Magalhães com a fortaleza:

Eu também já insistira com a visita do Professor Aloísio Magalhães a Santa Catarina e à Ilha de Anhatomirim. Ele veio e ficou realmente impressionado com as edificações, chegando a dizer que realmente – expressões dele - “como conjunto arquitetônico era o mais expressivo do Brasil” e precisava realmente fazer com que aquilo fosse restaurado.⁴⁶

Ernani Bayer destaca que Aloísio Magalhães “realmente se entusiasmou pelo trabalho”, e como a sua influência contribuiu para este diálogo com o Ministério da Educação, para que os recursos fossem alocados para a restauração de Anhatomirim:

⁴⁵ BAYER, Ernani. Agosto de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

⁴⁶ BAYER, Ernani. Agosto de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Nessa época o Aloísio Magalhães – ele realmente se entusiasmou pelo trabalho – junto, com o Secretário Geral, que era na época o Cel. Pasquali, em audiência pedida por mim ao Secretário Pasquali, conversamos sobre a Ilha de Anhatomirim, sobre o problema dos recursos para a Ilha de Anhatomirim e pedimos que ele levasse o problema ao Ministro Ludvig. Em face de todas estas gestões e várias outras que também foram feitas junto ao Ministério da Educação, esses recursos realmente foram alocados e o processo de restauração então foi acelerado. Isto ocorreu mais ou menos entre os anos de 1981 para 82 quando as coisas realmente começaram a ter um ritmo mais rápido.⁴⁷

Ernani Bayer cita também outros nomes e instituições no âmbito estadual: o governador Esperidião Amin, que “acionou a sua Secretaria de Transportes e contratou uma firma – a Cassol” para que fosse feito o novo cais – um “ancoradouro de madeira, dentro das exigências do Patrimônio Histórico”; a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e seu presidente, Marcos Buechler, que “colaboraram com alguns recursos para a pesquisa, e para o levantamento de alguns objetos que estavam em volta da Ilha, no mar”; e também “o apoio de muita gente”, de “pessoas que tinham embarcações” – mas que pessoas? Empresários que “emprestavam seus barcos” e assim “permitiram que a gente fosse à Ilha”, porque “foi necessário levar à Ilha muitas pessoas que tinham condições de ajudar junto ao governo, para que esses recursos fossem liberados”.⁴⁸ Estaria

⁴⁷ BAYER, Ernani. Agosto de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

⁴⁸ BAYER, Ernani. Agosto de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Bayer se referindo, indiretamente, à Armando Gonzaga?

Ernani Bayer conclui que “houve uma participação comunitária bastante grande, porque a gente viu o entusiasmo com que as pessoas participavam, colaboravam com esse trabalho na Ilha”.⁴⁹ Caspar Erich Stemmer já havia afirmado algo semelhante, no seu discurso de abertura do seminário “O Mar e Seus Recursos”:

Somente depois de sentir, através da operação “Chapéu na Mão”, o carinho e o interesse que todo o povo florianopolitano dedica a Anhatomirim, é que compreendi que a Universidade não poderia deixar de dedicar-se de corpo e alma à tarefa de manutenção desta ilha, com sua história e suas belezas.⁵⁰

Quem é o “povo florianopolitano”, de qual “carinho” e quais “interesses” o professor Stemmer se refere? Com isso, queremos problematizar também *para quem e por que* a fortaleza de Anhatomirim foi restaurada; isto é, qual o sentido da patrimonialização deste bem cultural?

Armando Gonzaga, Caspar Erich Stemmer e Ernani Bayer privilegiam personalidades proeminentes do cenário político brasileiro e catarinense, bem como entidades que garantiram apoio (político e financeiro) para continuar o restauro do monumento. Stemmer destaca que “no dia 11 de maio de 1976, um dia depois de minha posse na

⁴⁹ BAYER, Ernani. Agosto de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

⁵⁰ STEMMER, Caspar Erich. Discurso de abertura do seminário O Mar e Seus Recursos. Fortaleza de Anhatomirim (SC), 17 de março de 1980. O discurso na íntegra encontra-se transcrito no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Reitoria, vim ver, de helicóptero, com o então Governador Antônio Carlos Konder Reis e o Dr. Renato Soeiro, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o estado geral das obras”.⁵¹ Os governadores do Estado e os diretores do Iphan são valorizados nas narrativas, ao lado de diretores e presidentes de instituições como a CODESC, a Sudesul, TELESC, CELESC, SETUR, CASAN.

É presente nos depoimentos a exaltação à participação pessoal e influência neste processo, aos moldes da concepção historiográfica dos “grandes homens” e dos “grandes feitos”. Armando Gonzaga é destacado – tanto em sua fala, quanto na narrativa de Rodolfo Pinto da Luz e de Dalmo Vieira Filho – pelo seu engajamento, sua contribuição para o processo de revitalização desta fortaleza: o contato com o reitor da UFSC, a “ligação não oficial” entre esta, o Iphan e a Marinha, o diálogo com as demais repartições públicas, entre outras formas de colaboração, como a cessão do seu barco pessoal para as visitas à Anhatomirim. Com isso, é possível identificar como estes agentes trazem em suas falas o capital social, e como este era mobilizado, neste processo: sujeitos que circulam nos altos escalões, que tem contatos, que sabem *onde e para quem* pedir.

Mas, ainda assim, temos a consciência que não se trata de *todos* os envolvidos; a própria seleção das fontes é limitada à seleção previamente operada na construção da fonte⁵². Rodolfo Pinto da Luz

⁵¹ STEMMER, Caspar Erich. Discurso de abertura do seminário O Mar e Seus Recursos. Fortaleza de Anhatomirim (SC), 17 de março de 1980. O discurso na íntegra encontra-se transcrito no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

⁵² Jacques Le Goff (2003), tratando sobre a crítica do documento, afirma que todo documento é um monumento, é o “resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o

traz em sua fala que o reitor Stemmer, depois de ter sido sensibilizado e convencido por Armando Gonzaga da importância de a UFSC assumir Anhatomirim, “iniciou, dentro da universidade, o convencimento para que o projeto fosse adotado”; mas, convencimento *de quem?* Os técnicos e demais funcionários da universidade não são contemplados, nem na narrativa de Pinto da Luz, nem nos demais consultados – são como figurantes que participam da cena apenas para dar mais destaque à ação dos atores principais.

Há uma seleção de quais memórias são consideradas relevantes para integrar a História deste monumento, a medida que são valorizadas as memórias dos que estiveram à frente neste processo, sem trazer para o diálogo outros sujeitos que participaram da restauração da fortaleza – técnicos, professores e estudantes da universidade, técnicos e funcionários do Iphan, e demais instituições e órgãos citados, operários que trabalharam nas obras. Há também uma seleção no sentido de quem tem algo a dizer sobre este bem; quais relatos, quais sentidos e quais significados atribuídos à fortaleza de Anhatomirim são considerados relevantes, para os agentes envolvidos neste processo.

Esta seleção reflete *para quem* e *por que* a fortaleza foi restaurada, e quais os interesses em fazê-lo. A *memória histórica* sobre a patrimonialização das fortalezas catarinenses que se intenta construir reflete a concepção histórica dos sujeitos influentes, ilustres: são estes

produziram”, para “impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. A noção de *documento-monumento* deste autor compreende o documento como “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”; isso implica em reconhecer o documento como vestígio, testemunho, fragmento do passado que contém em si um discurso de verdade que, no entanto, não é o passado “tal como ele de fato foi”.

sujeitos que *conhecem* a História, que possuíam capital cultural que os permitiam ter acesso aos saberes privilegiados como saber histórico daquele monumento. Em outras palavras: sujeitos que sabiam *dar a importância devida* à fortaleza de Anhatomirim pelo seu *testemunho histórico*, isto é, conseguiam ler nela a História da qual seria testemunha – e, eles mesmos, participando da sua restauração, tomariam parte na sua História.

Os sentidos que estes sujeitos dão para a fortaleza de Anhatomirim são por eles tomados como verdadeiros a medida que encontram paralelo com a narrativa histórica oficial; e são estes sentidos que são valorizados no processo de patrimonialização deste bem cultural. São valorizados neste processo os *valores históricos* construídos a partir de uma História que é a *História da Nação* – isto é, do Estado brasileiro, ou seja, a história *do poder*. O compromisso assumido pelos agentes envolvidos neste processo é com o *poder*: com a exaltação da *memória do poder*, conforme categoria de Mario Chagas (2002), dos “grandes homens” do passado e com os “grandes homens” do seu presente, entrelaçados pela adesão à “*causa*” do *patrimônio* (CHUVA, 2009).

É neste sentido também que apontamos a disputa de poder simbólica entre as instituições e agentes envolvidos neste processo. O desgaste que Fonseca (2009) aponta para o Iphan, a partir do final dos anos 1960, abarca tanto as práticas discursivas quanto a legitimidade e prestígio que tinha o mesmo detinha entre os intelectuais. A busca por uma instituição parceira – neste caso, a UFSC – é sintomático de como que o Iphan não mais detém o monopólio do patrimônio, no Brasil, a

partir do final da década de 1960. Em outras palavras, o Iphan não conseguia mais articular-se política e economicamente nem no campo institucional, nem no campo intelectual, por si só.

A Universidade Federal de Santa Catarina intenta torna-se o lugar de fala privilegiado para a legitimidade social do processo de patrimonialização; há, neste sentido, um esforço de suceder o prestígio que o Iphan tinha, no passado, na sua primeira fase. Este movimento se expressa na produção das narrativas aqui tomadas como fontes: entrevistas realizadas no ano de 1990 (exceto o discurso de Caspar Erich Stemmer, em 1980, e a entrevista de Rodolfo Pinto da Luz, em 2000), reunidas no CD-Rom Fortalezas Multimídia, produção do projeto de extensão homônimo da Universidade Federal de Santa Catarina. A fala destes agentes se dá em um contexto no qual Fortaleza de Anhatomirim já estava restaurada e aberta à visitação turística, ao passo que as fortalezas de Ratonés e Ponta Grossa estavam sendo restauradas; a Universidade Federal de Santa Catarina já havia consolidado a sua presença junto à fortaleza e ao processo de patrimonialização, tanto pelo seu envolvimento institucional como pelo envolvimento de professores, técnicos e demais sujeitos, bem como pela veiculação na mídia catarinense. Desta maneira, as escolhas e seleções feitas ao longo do processo são naturalizadas, ofuscando as idas e vindas em disputa.

Problematizemos outra seleção, uma escolha básica deste processo: a escolha pela própria Fortaleza de Anhatomirim. Por que a Fortaleza de Anhatomirim é selecionada como um patrimônio a ser preservado? Esta escolha está ligada a um outro tipo de disputa, tanto política quanto econômica: quais bens devem ser preservados, como

patrimônio?

Kammers (2012), em sua dissertação, nos evidencia que há uma tensão entre o patrimônio e a urbanização em Florianópolis, na segunda metade do século XX. Ambos se encontram, nos anos 1970, e se intensificam quando a questão do turismo passa a figurar no planejamento urbano – de forma conflitante ou harmoniosa. Quando o patrimônio é um entrave para a urbanização, gera uma relação conflituosa entre ambos; quando não se mostra como obstáculo, esta relação se dá de forma harmoniosa. A partir de Kammers (2012), identificamos uma tensão entre preservação e demolição, construção e destruição, novo e velho, moderno e antigo, permanências e transformações na Florianópolis dos anos 1960-1980.

Kammers (2012, p. 144) cita uma chamada de publicidade da CEISA Construções e Empreendimentos Imobiliários, publicada no jornal *O Estado*, de Florianópolis, em 15 de agosto de 1973, que diz: “É uma pena, mas uma capital não tem o direito de ser somente patrimônio histórico”. O que teria direito de ser patrimônio histórico nesta capital? Quais bens culturais podem ser preservados, e quais devem ser demolidos “em nome do progresso”? Esta pesquisadora expõe as disputas entre as construtoras e aqueles que eram favoráveis ao tombamento de diversas construções antigas da cidade. Kammers faz um levantamento de uma série de construções que foram demolidas para dar espaço a construções que atendessem às demandas de modernidade e urbanização de Florianópolis; casarões, clubes, marinas, trapiches, etc., dão lugar a aterros, prédios, estabelecimentos comerciais, terminais de ônibus, entre outros.

Por que a opção por preservar e restaurar a fortaleza de Anhatomirim, neste contexto? Neste caso, a relação entre patrimonialização e modernização se mostrou harmoniosa, pela sua proposta de preservação do patrimônio, vinculado ao turismo, associado com o lazer marítimo e de praia – o que começa a tomar forma como prática cultural e econômica neste mesmo período, na ilha-capital, conforme também analisou Reis (2012). Ademais, por se tratar de um bem isolado, localizado em uma ilhota na baía norte, e não no centro da cidade, esta fortaleza não se mostrava um empecilho à urbanização, como outras construções desta cidade – como por exemplo, o Forte Santa Bárbara.⁵³ A sua preservação não atrapalhava a “marcha inexorável do progresso”, conforme expressão de Walter Benjamin (2014).

Se a construção da fortaleza de Santa Cruz, no século XVIII se deveu à posição estratégica da ilha de Anhatomirim, própria para a defesa da Ilha de Santa Catarina e da vila de Nossa Senhora do Desterro, a sua preservação e restauração, nos anos 1970 do século XX também leva em consideração a sua posição estratégica: geograficamente, pelo lazer marítimo e de praia, e economicamente, pela possibilidade de exploração via turismo.

A perspectiva de a fortaleza de Anhatomirim ser utilizada como local turístico, com “fins didáticos”, o chamado “turismo educativo” –

⁵³ O Forte Santa Bárbara se localizava em uma ilhota de frente ao centro de Florianópolis; com os sucessivos aterros, na segunda metade do século XX, a ilhota se integrou à ilha, de modo que o forte passou a fazer parte do conjunto urbano. Após várias intervenções arquitetônicas, descaracterizando-o do seu aspecto original, do século XVIII, cogitou-se a sua demolição, neste mesmo período, o que só não ocorreu graças à mobilização pelo seu tombamento, efetivado em 1984.

estava presente desde os primeiros contatos entre a Universidade Federal de Santa Catarina e o Iphan, constando como um dos objetivos no Convênio de 1979; um dos objetivos da UFSC neste convênio era de garantir o uso “apropriado” desta fortificação, isto é, ser a responsável pela mediação entre turismo e preservação do patrimônio. Investiremos nestas questões com maior profundidade no terceiro capítulo, ao problematizarmos os usos propostos para a fortaleza.

Discurso sobre a ruína

Por que preservar e restaurar a Fortaleza de Anhatomirim? Retomemos esta problemática neste tópico, por um outro viés: como os agentes envolvidos neste processo justificavam a intervenção e os investimentos neste monumento.

O seminário “O mar e seus recursos” ocorreu entre os dias 17 e 21 de março de 1980, na Fortaleza de Anhatomirim. A Universidade Federal de Santa Catarina havia assumido recentemente o compromisso de tutelar esta fortaleza. Caspar Erich Stemmer, então reitor desta universidade, proferiu o discurso de abertura deste seminário. Em seu discurso, dizia que “a Universidade não poderia fugir da missão de administrar, manter e utilizar estas construções históricas, no cenário desta ilha de deslumbrante beleza natural”; justifica:

Anhatomirim é um pedaço da história de Florianópolis. Da história mais longínqua, com piratas, com a linha das Tordesilhas, com invasores ingleses, franceses e espanhóis. Da história mais recente, com o Coronel Moreira

César, em 1894, ocupando Nossa Senhora do Desterro e prendendo, na sala aqui ao lado, quase trezentos homens, as figuras mais representativas da cidade, inclusive o Marechal Gama D'Eça, Barão do Batovi e herói de Guerra do Paraguai, juntamente com o filho, para em seguida, com requintes de perversidade, fuzilá-los todos, no “paredon”, em grupos diários de dez.

Este trágico acontecimento traumatizou profundamente a cidade de Nossa Senhora do Desterro. Não bastasse isso, foi mudado o nome da cidade para Florianópolis, para que seus habitantes não mais esquecessem que estavam numa república e sob o governo do Marechal Floriano Peixoto.

Ainda hoje, na história de muitas famílias está viva a lembrança de antepassados mortos em Anhatomirim.⁵⁴

Caspar Erich Stemmer justifica a tutela da fortaleza de Anhatomirim pela Universidade Federal de Santa Catarina pelo seu *valor histórico*: é “um pedaço da história de Florianópolis”, tanto da mais longínqua quanto da mais recente. O processo de patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim é naturalizado, portanto, na fala do reitor Stemmer pelo significado simbólico deste bem cultural. Esta consideração reflete o conceito de patrimônio presente nas configurações do campo do patrimônio no Brasil no contexto da restauração desta fortaleza.

Caspar Erich Stemmer afirma ainda em seu discurso que esta fortaleza, embora “bem conservada no início deste século”, esta “construção depois de abandonada se deteriorou rapidamente com ação

⁵⁴ STEMMER, Caspar Erich. Discurso de abertura do seminário O Mar e Seus Recursos. Fortaleza de Anhatomirim (SC), 17 de março de 1980. O discurso na íntegra encontra-se transcrito no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

de vândalos e o roubo das telhas e das esquadrias”.⁵⁵ Eis outro elemento que perpassa a fala dos agentes envolvidos neste processo: o *discurso sobre a ruína*, o qual afirma que a fortaleza de Anhatomirim estava abandonada e arruinada, em meados do século XX. Neste discurso, contrapõe-se o estado de ruína da fortaleza com o seu valor histórico: como “um pedaço da história de Florianópolis” poderia estar em tão lastimável estado de conservação?

Andreas Huyssen (2000) elucubra que há uma relação entre ruína e monumentalidade, uma interdependência entre estes dois significados, na esfera dos sentidos – ou, poderíamos dizer, nas práticas discursivas. É possível identificar esta relação, no processo de patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim, a partir dos agentes envolvidos neste processo. Como este discurso sobre a ruína se constrói na fala destes agentes, e de que maneira se relaciona com a experiência destes sujeitos neste processo? Problematizo as ruínas a partir da fala de alguns dos agentes responsáveis pela restauração da fortaleza; para além da arquitetura, problematizo o que estas ruínas representavam para estes agentes, em termos simbólicos. Para isso, tomo como evidências as narrativas de alguns destes agentes presentes no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001), bem como bibliografia sobre as fortalezas produzidas na Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵⁵ STEMMER, Caspar Erich. Discurso de abertura do seminário O Mar e Seus Recursos. Fortaleza de Anhatomirim (SC), 17 de março de 1980. O discurso na íntegra encontra-se transcrito no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).



Figura 3: Vista do cais e entrada da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, antes de sua restauração. (Acervo da AGEKOM/ Universidade Federal de Santa Catarina. Pasta 405/1. Sub-pasta: 08, antes da década de 1970, negativo: 2)

Roberto Toner (2005, p. 1, 4) descreve que “no final da década de 1960, as fortalezas de Anhatomirim, Ponta Grossa, Ratoes e Araçatuba, além dos Fortes de Santana, Naufragados e Bateria de São Caetano encontravam-se em ruínas, entregues à ação da natureza e à deprecação humana”; o autor atribui essa “situação de abandono e ruína” a uma “somatória de causas interligadas”:

O descrédito na eficácia do sistema defensivo; a desativação do porto de Florianópolis; o surgimento de novas tecnologias bélicas que tornaram as fortificações coloniais obsoletas; a

triste memória da utilização de Anhatomirim como local de execuções sumárias, no final da Revolução Federalista; a associação destas fortificações a locais para isolamento de doenças contagiosas; a sua distante localização em ilhas isoladas de acesso restrito; o não reconhecimento pela sociedade de seu valor histórico e cultural (apesar de serem monumentos tombados nacionalmente); a contínua falta de recursos para sua restauração; e a falta de uma instituição mantenedora que garantisse uma destinação contemporânea adequada para aquelas construções.

Também Elaine Veras da Veiga (1988, p. 48) justifica o arruinamento destas fortificações ao afirmar que “uma vez 'derrotado' o sistema defensivo (1777), ele caiu em descrédito e entrou em decadência, passando a ser utilizado para outras funções diferentes daquela para a qual foi projetado, tendo padecido saques e depredações, que alguns fortes ainda sofrem”.

Rodolfo Pinto da Luz, que também fora reitor desta universidade, adota uma perspectiva semelhante em sua fala, ao fazer um balanço histórico sobre o arruinamento desta fortaleza:

As Fortalezas da Ilha de Santa Catarina constituem um dos mais importantes conjuntos da arquitetura militar do Sul do Brasil e permaneceram abandonadas por muitos anos. O descaso de Portugal com a defesa da sua Colônia, o aparecimento de novas tecnologias bélicas, a indiferença pelos valores históricos e a ausência de uma política de preservação de bens culturais levou as Fortalezas às ruínas. Mesmo o ato de tombamento de parte deste conjunto como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1938 – um ano depois da criação do Serviço do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – não garantiu a sua preservação, e as Fortalezas chegaram aos anos 70 arruinadas, depredadas e invadidas pela vegetação e por intrusos.⁵⁶

Rosângela Maria de Melo Machado (1992) analisa que “desde a época de sua formulação, o sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina jamais recebeu atenção suficiente”:

As fortificações foram armadas com canhões, não apenas em número reduzido, mas também obsoletos para a época. Em meio século de existência, paredes e muralhas já apresentavam rachaduras. Com o passar do tempo, a degradação crescia. As reformas eram tímidas, quando ocorriam.

Sub-aproveitadas e mal armadas, a partir de meados do século XIX, uma a uma as fortificações foram abandonadas. Se as desprezavam enquanto em atividade, após a desativação restaram-lhes os saques, a invasão por vegetação e o subsequente arruinamento de suas construções. As remanescentes, após décadas de lutas contra a meteorologia e a depredação humana, houveram ainda de brigar contra a ausência de qualquer política cultural (MACHADO, 1992, p. 121).

Para esta autora, “a trajetória das Fortalezas Catarinenses é marcada pelo abandono. Desde sua construção, nunca receberam investimentos capazes de lhes proporcionar poderio bélico. (...) Mal conservados, cedo seus edifícios deram mostras de arruinamento”.

Assim sendo, “a tomada da Ilha pelos espanhóis serviu de pressuposto

⁵⁶ LUZ, Rodolfo Joaquim Pinto da. Agosto de 2000. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

para que as fortalezas fossem praticamente abandonadas. Diversos viajantes estrangeiros que nelas estiveram, nos séculos XVIII e XIX, denunciaram o precário estado em que se encontravam”. Analisa que a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim “foi a que mais vezes recebeu reparos, incapazes, entretanto, de evitar seu prematuro desmoronamento”; afirma que “das outras fortalezas, muito pouco se sabe”, apenas que “pouco ou quase nada foi realizado para impedir suas ruínas”. Conclui que as causas para este estado de coisas são “a indiferença pelos valores históricos, a ausência de uma política de preservação de bens culturais e a indisponibilidade de tecnologias e recursos humanos para intervenção em monumentos antigos levaram-na às ruínas” (MACHADO, 1992, p. 27-28).

Entretanto, este estado de coisas começa a mudar quando “uns poucos homens as olhavam com a esperança de reerguê-las”...

Sozinhos, porém, a realização do sonho tornava-se difícil. Era necessária a participação de instituições que os auxiliassem.

E assim se procedeu. A reunião de instituições, privadas ou estatais, com interesse os mais diversos, foi a mola-mestra para o início da revitalização das fortificações catarinenses. Partiu-se, assim, para a árdua tarefa de reedificar construções e conferir-lhes utilização permanente. (MACHADO, 1992, p. 121)

Para Machado (1992), portanto, a “revitalização das fortificações catarinenses” deveu-se à “árdua tarefa” empreendida pela reunião de instituições públicas e privadas, a partir do olhar esperançoso de “uns poucos homens”. Seriam estes poucos homens aqueles que,

munidos de respeito pelos “valores históricos”, mobilizariam “tecnologias e recursos humanos” necessários para efetivar uma “política de preservação de bens culturais” para sua “utilização permanente” que romperia com a *vocação para a ruína* destas fortalezas?

É preciso aqui evidenciar o lugar de fala desta autora, professora ligada à Universidade Federal de Santa Catarina – instituição que, nas palavras de Toner (2005, p. 5) “numa iniciativa pioneira e singular no Brasil” adotou a tutela das fortalezas de Anhatomirim, Rationes e Ponta Grossa, após a recuperação destas. O tom “heroico” adotado pela autora transmite o entusiasmo de uma universidade que passa a ter destaque e vinculação com o patrimônio histórico em Santa Catarina, especialmente naquele momento, com o Projeto “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 Anos de História Brasileira”.⁵⁷

O tom de denúncia que Machado (1992) adota quando fala na “ausência de qualquer política cultural” é relacionado também com o seu lugar de fala. O mesmo pode-se dizer de Rodolfo Pinto da Luz quando este fala em “ausência de uma política de preservação de bens culturais”, e de Roberto Toner (2005) quando aponta para a “falta de uma instituição mantenedora que garantisse uma destinação

⁵⁷ O “Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 Anos de História Brasileira” (1990-1992) foi uma iniciativa entre a Universidade Federal de Santa Catarina, o Instituto do Patrimônio Histórico de Santa Catarina e outras instituições parceiras, com financiamento da Fundação Banco do Brasil, visando a recuperação das fortalezas de Santo Antônio de Rationes e São José da Ponta Grossa. O projeto também financiou uma série de publicações da editora da UFSC sobre as fortalezas, assim como projetos de pesquisa e extensão. Hoje o “Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina” é o setor da UFSC que administra a manutenção das fortalezas tuteladas pela universidade.

contemporânea adequada para aquelas construções” como fator do arruinamento da fortaleza de Anhatomirim. Além de Pinto da Luz ter sido reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, a qual também estão vinculados Tonera e Machado, como técnico e professora (respectivamente), a fala dos três se dá no contexto em que a fortaleza de Anhatomirim já havia sido restaurada e a sua conservação garantida pela tutela da dita universidade.

Neste sentido, enquanto denunciam o não reconhecimento ou a indiferença da sociedade pelo valor histórico e cultural das fortalezas catarinenses, estabelecem uma relação com a sua própria experiência de terem tomado parte na “árdua tarefa de reedificar construções e conferir-lhes utilização permanente” e, assim, efetivar uma “política de preservação de bens culturais”, conforme expressão de Machado (1992, p. 121), dando o devido valor a este monumento.

Cyro Lyra, em sua narrativa, rememora o estado de arruinamento que encontrou na fortaleza: “Anhatomirim estava abandonada, em ruínas, coberta com muito mato, com uma vegetação muito alta, muito intrincada, dificultando o acesso às construções remanescentes. Certos edifícios estavam totalmente ocultos pela mata que tudo invade”. É relevante citarmos sua descrição do Quartel da Tropa, antes do início das obras:

O Quartel só tinha as paredes; melhor dizendo, todos os edifícios da Ilha de Anhatomirim só possuíam íntegras, razoavelmente íntegras, as alvenarias. Não havia mais nenhuma porta, nenhuma janela, nenhuma tábuas de assoalho, nenhuma madeira de forro. Na realidade, o que

houve foi uma grande rapina, ocorrido lá pelos anos 50, quando a Marinha abandonou a Ilha. E no vandalismo que se sucedeu à retirada da Marinha, levou-se tudo que era possível carregar. O pouco que sobrou foi, por exemplo, algumas madeiras da cobertura do Quartel e algumas peças de madeira da Casa do Comandante, por serem difíceis de alcançar.⁵⁸



Figura 4: Vista aérea da Ilha de Anhatomirim e da Fortaleza de Santa Cruz. (Acervo IPHAN/SC. - 1970.)

⁵⁸ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Em entrevista citada no artigo “Porque e como Anhatomirim, ou a 'toca pequena do diabo', foi restaurada”, de autoria de Raquel Moisés, publicado na revista A CONSTRUÇÃO Região Sul, em 1983, Cyro Lyra também fala sobre “rapina”:

Santa Cruz foi tombada pela diretoria do Sphan na década de 1940, passando então para o rol de monumentos de importância nacional. Alguns anos depois, quando já não representava nenhum interesse militar teve retirada a sua guarnição (da Marinha) e foi deixada aos cuidados de um encarregado. Em 1955 já estava inteiramente deserta e apresentada um rápido processo de arruinamento. “Enquanto isso, conta o arq. Cyro Lyra, os moradores do continente, como novos corsários, tomavam de assalto a fortaleza para saquear seus edifícios, deles arrancando portas e janelas, forros e soalhos, telas e peças sanitárias, deixando apenas as paredes, as cantarias e as pesadas vigas”.⁵⁹

Dalmo Vieira Filho faz considerações bastante semelhantes, em sua narrativa:

O que mais chamava a atenção era Anhatomirim pela sua impotência. Depois do tombamento, essa fortaleza foi desativada após a 2ª Guerra Mundial. Foi mantido ainda um vigia; quando ele se aposentou, ela foi abandonada e depredada pela população, que levou telhas, madeira, assoalho, tijolo, o que podia carregar da fortaleza abandonada.

Conheço várias pessoas que ainda viram Anhatomirim com coberturas, mais ou menos

⁵⁹ A Construção. Região Sul, nº 17 julho de 1983. Porque e como Anhatomirim, ou a “toca pequena do diabo”, foi restaurada. Autoria: Raquel Moisés. DOC_IPHAN, pasta 75, SAM_3227-3230.

entre a década de 50/60, quando ela ficou entregue à pilhagem.⁶⁰

Rapina, conforme definição do Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: “roubo violento; extorsão, traficância, vigilância”.⁶¹ Depredação: “roubo; saque; grande estrago; malversação; devastar; espoliar; assolar, talar”.⁶² Saque: “ato ou efeito de sacar ou saquear”,⁶³ isto é, “despojar com violência; roubar; devastar”.⁶⁴ Vandalismo: “destruição ou mutilação do que é notável pelo seu valor artístico ou tradicional”.⁶⁵ É disso que acusam a população vizinha à fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, a população do continente – “novos corsários”, expressão forte de Cyro Lyra – os agentes responsáveis pela revitalização da fortaleza. Mais uma denúncia do descaso do Estado para a situação de risco do monumento, sintoma do não reconhecimento pela sociedade do *valor histórico e cultural* das fortalezas catarinenses; a acusação destes agentes é de que esta população, incauta, não reconhecia e não tinha o devido respeito pelo *valor histórico e cultural da fortaleza*.

⁶⁰ FILHO, Dalmo Vieira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

⁶¹ "Rapina", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/rapina> [consultado em 14-01-2016].

⁶² "Depredação", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/Depreda%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 14-01-2016].

⁶³ "Saque", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/saque> [consultado em 14-01-2016].

⁶⁴ "Saquear", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/saquear> [consultado em 14-01-2016].

⁶⁵ "Vandalismo", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/vandalismo> [consultado em 14-01-2016].

Roberto Toner, Rosangela Machado, Elaine Veiga, Rodolfo Pinto da Luz, Cyro Lyra, Dalmo Vieira Filho e outros agentes partem da premissa de que o valor histórico das fortalezas catarinenses é dado, como que implícito aos bens culturais em questão. Nesta pesquisa, entendemos que o valor histórico de um bem cultural é uma construção.



Figura 5: Vista do Quartel da Tropa da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, antes da sua restauração. Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/SC - Data: 1974

Maria Cecília Londres Fonseca (2009, p. 108) afirma que “a noção do valor histórico adotada pelo Sphan nos anos 40 era balizada pela historiografia da época”. Também Delgado (2008) relaciona a prática do tombamento na construção do patrimônio nacional à historiografia:

O tombamento de edificações isoladas justifica-se, assim, a partir do conceito de monumento histórico: determinadas construções são consagradas como testemunhas da história e passam a incorporar a função de suscitar a rememoração do passado. Com isso, o conjunto dos bens tombados pelo Sphan constrói uma narrativa material “de pedra e cal” de determinada história do Brasil consagrada como a História nacional, cuja matriz discursiva foi produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). (DELGADO, 2008, p. 104)

No caso das fortalezas catarinenses, encontramos paralelo com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), cuja matriz discursiva pode ser caracterizada como “uma História narrativa, baseada especialmente em fontes oficiais – mas, no caso de Santa Catarina, também muitos em relatos de viajantes –, normalmente referenciada nos fatos políticos, cujos personagens são os chamados 'grandes homens'” (CAROLA, WOLFF, SILVA, 2011, p. 304).

A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, a Fortaleza de Santo Antônio de Ratones e o Forte de Santana foram tombados, inscritos no Livro do Tombo de Belas Artes e no Livro do Tombo Histórico em 24 de maio de 1938. Além destas, outras fortificações militares compõe a lista de bens tomados pelo Sphan

em sua primeira década de funcionamento, localizadas em diversos Estados brasileiros: São Paulo, como a Fortaleza de São Tiago de São João da Bertioiga; Rio de Janeiro, como a Fortaleza de Santa Cruz e o Forte Orange; Paraná, como a Fortaleza da Ilha do Mel; Pernambuco, como o Forte do Brum e o Forte de Cinco Pontas; Paraíba, como a Fortaleza de Santa Catarina; Bahia, como o Forte de Gamboa o Forte de Santa Maria e tantas outras, conforme a Relação dos bens tombados pelo SPHAN (1938-1946) (CHUVA, 2009, p. 459-480).

Chuva (2009, p. 205-206) conclui que a “quantidade de tombamentos realizada somente no ano de 1938 – 56,59% do total – foi reveladora da clareza, convicção e consciência que os agentes do Sphan possuíam, previamente, a respeito daquilo que pretendiam enquadrar na categoria de patrimônio histórico e artístico nacional”, isto é, de quais construções integrariam a “coleção de bens da cultura material que deveriam expressar a 'memória nacional' ou a produção cultural 'mais autêntica' da nação, capaz, portanto, de narrar sua história e *origem*”.

Esta mesma autora afirma que com esta prática “o Sphan investiu no projeto de construção da nação, consagrando uma história concreta, autenticando-a pela materialidade de um patrimônio histórico e artístico nacional apresentado” (CHUVA, 2009, p. 207). Trata-se, portanto, de uma dupla construção: ao mesmo tempo que o Sphan seleciona determinadas construções como “testemunhas da história”, ou, nas palavras de Chuva (2009), para dar “materialidade à história”, igualmente há uma seleção de qual história estes bens selecionados testemunhariam, ou, materializariam.

O *valor histórico* atribuído às fortalezas catarinenses por

Tonera, Machado, Veiga, Pinto da Luz, Lyra, Viera Filho, etc., é derivado desta concepção; é construído a partir da matriz discursiva produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ou no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), ao qual eram vinculados significativa parcela dos autores que trataram sobre estas fortalezas – dentre os quais, Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Piazza, que, posteriormente, integraram o corpo docente da Universidade Federal de Santa Catarina, quando da criação desta, em 1960 (CAROLA, WOLFF, SILVA, 2011, p. 304).

Neste sentido, a História materializada nas fortalezas catarinenses a partir do processo de patrimonialização destas é a História de Santa Catarina, vinculada à História do Brasil; Santa Catarina é inserida na “História da Nação” através dos grandes acontecimentos como a invasão espanhola em 1777 e a Revolução Federalista em 1894, eventos que tiveram como palco a Fortaleza de Anhatomirim e demais fortificações catarinenses. O tombamento destas fortalezas perpassa o processo de construção de uma “memória nacional”, que, aliado ao “contexto de nacionalização do Estado brasileiro”, significou “impingir unidade, impedindo qualquer feição plural da nação” (CHUVA, 2009, p. 207).

É precisamente esta História que os agentes citados viam materializados na fortaleza de Anhatomirim – razão pela qual as ruínas desta fortaleza lhes eram tão caras. Para além da degradação física, viam nestas ruínas a degradação simbólica do que esta fortaleza representava, como se a não valorização do monumento fosse a indiferença para com a própria História. Semelhantemente, a restauração da fortaleza tinha,

para tais, um sentido maior que reconstruir, pintar, organizar, enfim, colocar as pedras de volta no lugar: procurou-se “resgatar” a sua imponência, que tanto causou admiração aos viajantes estrangeiros nos séculos passados, e continuou a fascinar aqueles que se interessavam pela História nacional – a “História da Nação”, representada na sua arquitetura.

Entretanto, é preciso problematizar qual História essa arquitetura representava. Pereira (2013) procurou identificar que, ao longo do século XIX, a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim foi assumindo usos diferentes daqueles para os quais havia sido construída, no século XVIII; tanto a sua função militar de salvaguarda da Ilha de Santa Catarina como a de representação da presença portuguesa na capitania de Santa Catarina haviam sido ressignificados, a partir do processo de independência e construção do Estado nacional brasileiro. O desaparecimento de algumas fortificações e a degradação física de outras seria resultado não apenas da falta de recursos para manter este tipo de construção, mas também porque algumas unidades deixaram de servir aos propósitos do Estado, dentro dos novos objetivos dados pelo Império em consolidação. A Fortaleza de Anhatomirim funcionou como capitania dos portos de Santa Catarina, por um certo período, até a capitania ser transferida para o Forte Santa Bárbara, em 1861; foi também local de isolamento de doenças contagiosas, na segunda metade do século XIX, e, ainda, hospital de convalescentes durante a Guerra do Paraguai (1864-1870).

A fortaleza de Anhatomirim, portanto, serviu para outros fins, para além da linha de Tordesilhas, dos piratas e dos invasores ingleses,

franceses e espanhóis, da Revolução Federalista em 1894 com Coronel Moreira César, Marechal Gama D'Eça, Barão do Batovi conforme a fala do reitor Caspar Erich Stemmer, fazendo menção a fatos e personagens consagrados pela memória histórica ou pela historiografia catarinense. São usos que não testemunham imponência, mas decadência; ou ainda, testemunham um passado inglório, trágico, recente, cuja memória ainda estaria viva para muitas famílias de Florianópolis, das execuções em 1894. Estes outros usos denotam uma multiplicidade de sentidos para a fortificação – que, quando não contemplados pela historiografia, inspiram “lendas” e “causos” contados pelo povo catarinense (UCHÔA, 1992) – isto é, uma memória não privilegiada pelo registro oficial.

Com isso, identificamos “sensibilidades divergentes em relação à presença do passado” a partir da tensão entre os agentes envolvidos na patrimonialização de Anhatomirim e a população próxima à fortaleza. É possível ler a indignação destes agentes com o “vandalismo” e a “rapina” praticada pela população a partir da interpretação de Diego Machado (2014, p. 7), para quem os atos de vandalismo são “expressões de subversão” a uma ordem patrimonial, “um questionamento das maneiras convencionais pelas quais determinadas sociedades se relacionam com a presença dos vestígios materiais do passado e, em termos mais gerais, das prescrições que definem as regras de convívio nestas sociedades”.

São considerados vândalos aqueles que não se submetem à ordem patrimonial ou não compartilham das sensibilidades mobilizadas pelos agentes responsáveis pela patrimonialização do bem cultural, tomadas por estes como intrínsecos ao bem em questão. Machado infere

que os atos de vandalismo são atravessados por relações assimétricas de poder: os atos de vandalismo “se apropriam do lugar do outro, tomando vantagens das oportunidades disponíveis, jogando neste campo estranho que, a princípio, não lhe pertence”, entretanto, “não buscam necessariamente marcar uma ruptura nas relações de poder estabelecidas”. No caso da Fortaleza de Anhatomirim, o “vandalismo” denunciado pelos citados agentes é anterior à sua restauração, porém, posterior ao seu tombamento; não se trata de uma destruição orquestrada, com fins definidos, mas sim da apropriação do material da fortaleza para servir em outras construções.

Machado (2014, p. 6) também chama a atenção para os “investimentos acadêmicos e científicos alinhados a esta tarefa” de construir a ordem patrimonial, que se “mistura ao que se costuma chamar de 'ordem pública’” - o que, no caso da Fortaleza de Anhatomirim, identificamos tanto na mobilização de uma matriz historiográfica ligada a uma dada concepção de História, quanto no envolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina neste processo.

O *valor histórico* da Fortaleza de Anhatomirim, tão caro para os agentes envolvidos na sua patrimonialização, não eram partilhados pela população vizinha à fortaleza, ou, não se identificava com os sentidos, valores e significados consagrados na sua patrimonialização, ainda que soubessem dos fatos e acontecimentos da qual a fortaleza tomou parte – a sua História, por assim dizer. Esta população conferia outros valores e outros significados a partir da sua experiência e da vivência cotidiana junto à fortaleza. O fato de que esta fortaleza integrava o “rol de monumentos de importância nacional” desde o seu tombamento, no final

da década de 1930 não tinha o mesmo sentido para aquela população que tinha para estes agentes, advindos de classes cuja posição lhes conferia maior acesso à instrução e à cultura dominante. A “História do Brasil” ou a “memória da nação” que, como patrimônio histórico, aquela fortificação materializaria não se sobrepunham às necessidades materiais mais urgentes.

Por hora, não podemos dizer quais valores, sentidos e significados aquela população possuía; as evidências preservadas não contemplam a memória das “pessoas simples”, construídas a partir das suas experiências cotidianas. Ou, quando fazem menção, não são tidos como História, mas apenas *estórias*, lendas, causos (UCHOA; MACEDO, 1992).

Neste sentido, lembramos que a patrimonialização de um bem cultural é um processo marcado por seleções, escolhas que são simbolicamente violentas:

O processo de construção de uma “memória nacional” é, sem dúvida, um exercício de violência simbólica, que se dá justamente a partir do não questionamento da arbitrariedade das escolhas, representadas e reconhecidas como naturais, pelos agentes sociais envolvidos no jogo, e visando sempre uma maior adesão. (CHUVA, 2009, p. 64)

Walter Benjamin (2012, p. 245), em suas teses sobre o conceito de História, afirma que “nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie”, pois, “assim como o próprio bem cultural não é isento de barbárie, tampouco o é o processo

de transmissão em que foi passado adiante”. Benjamin considerava os bens culturais como “os despojos carregados no cortejo triunfal” do qual participam “todos os que até agora venceram”, ou seja, os dominadores.

Pelo viés de Benjamin, podemos identificar na preservação do patrimônio cultural a legitimação da barbárie, a medida que consagra um determinado uso, valor, sentido, significado de um bem cultural em detrimento de outros. Essa interrelação entre cultura e barbárie se expressa através das práticas discursivas para com o bem cultural – dentre as quais, a preservação e restauro do bem cultural.

Em se tratando do processo de patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim, pode-se inferir que o restauro dessa fortaleza é orientado pelo valor histórico derivado da historiografia catarinense, identificada com uma dada concepção de História, mobilizado pelos agentes vinculados ao Iphan, à UFSC e demais instituições, conforme a concepção de patrimônio presente no contexto dos anos 1970. O estado de ruínas em que esta fortaleza se encontrava, naquele contexto, era visto por estes agentes como o arruinamento destes significados, em razão de um somatório de causas: falta de recursos para manutenção, abandono, depredação, enfim, causas econômicas, políticas e culturais. Neste sentido, ao atribuírem a si mesmos o compromisso de “*resgatar*” a imponência da fortaleza através da sua restauração e uso, tais agentes viam-se *fazendo História*.

CAPÍTULO II – RESTAURAÇÃO

A proposta deste segundo capítulo é abordar o processo de restauração da fortaleza de Anhatomirim. Agora que já conhecemos como se deu a “redescoberta” das fortalezas catarinenses, nos anos 1970, bem como as instituições e os agentes que participaram deste processo, vamos analisar as obras de restauro da Fortaleza de Anhatomirim.

Como se deu a restauração da fortaleza de Anhatomirim? Quem foram os responsáveis pelas obras? Quem foram os sujeitos que estiveram envolvidos na recuperação dos edifícios da fortaleza? Quais os critérios adotados para as obras de restauro? Qual a influência destes elementos na construção da Fortaleza de Anhatomirim como *monumento*, como *patrimônio histórico*? Mais que uma cronologia das obras, intento construir uma narrativa problematizada sobre o andamento dos trabalhos, identificando as disputas que envolvem o campo do patrimônio. Para isso, tomamos com evidência a documentação pertencente no acervo do Iphan em Florianópolis, e a memória de alguns dos sujeitos envolvidos na patrimonialização de Anhatomirim a partir dos depoimentos presentes no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Operação Anhato-Mirim: os primeiros passos da restauração

A empresa responsável pelas obras de restauração na fortaleza

de Anhatomirim, nos anos 1970 e 1980 era a *ARESTA – Arquitetura e Restauro*, firma do arquiteto Cyro Illidio Correa de Oliveira Lyra, professor do programa de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A *ARESTA* já havia conduzindo as obras de restauração no forte Santana, nos anos 1960.⁶⁶

Em setembro de 1969, Cyro Lyra enviou uma carta ao arquiteto Luiz Saia, então Diretor do 4º Distrito do Iphan, transmitindo-lhe algumas informações que recebera de Luiz Felipe Gama D'Eça, coordenador do Escritório Catarinense de Planejamento Integrado (ESPLAN). Uma destas informações diz respeito à fortaleza de Anhatomirim:

Está providenciando com a Prefeitura e Gov. Estado mão de obra para limpeza de Anhatomirim. Há possibilidade de emprego de presidiários para essa tarefa. Ficou de me confirmar quando começaria esse trabalho para que eu estivesse presente. Ele soube também que a Marinha está particularmente interessada na restauração. O Forte pertence à quem?⁶⁷

⁶⁶ Segundo informações no Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações, o Forte Santana do Estreito foi construído entre 1762 e 1763, com o intuito de proteger o estreito entre a Ilha de Santa Catarina e o continente, para defesa da Vila de Desterro (hoje, Florianópolis). Além das funções militares, teve diversos usos até 1907, quando foi desativado; a partir de então, “esteve ocupado por construções clandestinas até 1969, quando se iniciou a sua restauração, sendo esse o primeiro trabalho dessa natureza realizado em uma fortificação catarinense. Após sua recuperação, passou a abrigar o Museu de Armas Lara Ribas, aberto ao público a partir de 1975. O forte e o museu (hoje uma construção independente no mesmo terreno) são desde então administrados pela Polícia Militar de Santa Catarina”. (BANCO de Dados... s/d).

⁶⁷ Carta de Cyro Lyra a Luiz Saia. Curitiba, 22 de setembro de 1969. Acervo do IPHAN, pasta 75.

Saia acusa o recebimento desta carta em ofício para o diretor do Iphan, Renato Soeiro, em 23 de setembro de 1969.⁶⁸ Este responde, em 09 de outubro, que já mantiveram contato com o gabinete do Ministro da Marinha e que, tão logo houvesse entendimento com aquela autoridade, voltariam a tratar dos trabalhos na Fortaleza de Anhatomirim.⁶⁹

A limpeza de Anhatomirim foi o primeiro passo para a restauração da fortaleza. Nesta correspondência entre Lyra e Saia vemos o esboço do que foi a Operação Anhato-Mirim, trabalho desenvolvido pelo Escritório Catarinense de Planejamento Integrado (ESPLAN). A operação tinha o objetivo de fazer a limpeza e desmatamento “da Ilha e da Fortaleza de Anhatomirim em todos os locais de acesso às edificações da fortaleza e em torno a essas edificações até a distância aproximada de 10 metros”, com tempo estimado de seis dias úteis; justificava que a limpeza era “empreendida como colaboração da comunidade da Grande Florianópolis” ao esforço do Iphan na “restauração das fortalezas e de outros monumentos de valor cultural da região”.⁷⁰

A Operação Anhato-Mirim contou com a parceria entre diversos órgãos oficiais em torno da fortaleza, o tipo de cooperação que viria a ser fundamental na consolidação do processo de patrimonialização deste bem cultural. Estavam envolvidas nesta operação o ESPLAN, Exército,

⁶⁸ Ofício 131/69 de Luiz Saia, chefe do 4º Distrito da SPHAN, a Renato de Azevedo Duarte Soeiro, Diretor da DPHAN, em 23 de setembro de 1969. Acervo do IPHAN, pasta 75.

⁶⁹ Ofício 1859 de Renato de Azevedo Duarte Soeiro, Diretor da DPHAN, a Luiz Saia, chefe do 4º Distrito da SPHAN, em 09 de outubro de 1969.

⁷⁰ Operação Anhato-Mirim. 11 de fevereiro de 1970. Acervo do IPHAN, Pasta 75.

Marinha, Polícia Militar de Santa Catarina, e as prefeituras de Florianópolis e Biguaçu. A Marinha, através da Capitania dos Portos, contribuiu com o transporte marítimo no trajeto ilha - capitania; o Exército, através da 14ª Batalhão de Caçadores, se responsabilizou com pessoal e material de saúde, pessoal de rancho (responsáveis pela alimentação). A prefeitura de Florianópolis ficou responsável pelo “pagamento da mão de obra de 10 presos da penitenciária do Estado”, “fornecimento de combustível (diesel) para a lancha da capitania dos portos”, bem como transporte dos meios até esta. A prefeitura de Biguaçu participou com o aluguel de uma embarcação a motor – como uma baleeira, conforme sugestão – “para permanecer na Ilha à disposição do Comandante da Guarda, para as ligações que fossem necessárias”, e também apoio aos trabalhos a partir de Biguaçu, principalmente em casos de emergência ou imprevistos, e no abastecimento de pão e água. E, por fim, ao ESPLAN coube a coordenação e ligação com a Diretoria do Patrimônio, colaborando também com “transporte leve até a capitania dos portos e vice-versa”, e “outros recursos em pessoal técnico”.⁷¹

Gama D'Eça informou a Luis Saia que a Operação Anhato-Mirim teve início no dia 16 de fevereiro daquele ano, uma segunda-feira; estimava conclusão do trabalho em dez dias.⁷²

Cyro Lyra afirma, em sua narrativa, que, após a conclusão da operação, formou um grupo com 18 alunos do curso de Arquitetura da

⁷¹ Operação Anhato-Mirim. 11 de fevereiro de 1970. Acervo d IPHAN, Pasta 75.

⁷² Carta de Luiz Felipe Gama D'Eça a Luis Saia. 18 de fevereiro de 1970. Acervo do IPHAN, pasta 75.

Universidade Federal do Paraná, a fim de fazerem um levantamento dos edifícios da fortaleza: o Quartel da Tropa, Casa do Comandante, o antigo Paiol de Pólvora e o Novo Paiol de Pólvora, e o Pórtico de entrada. Cyro Lyra afirma que a partir destes levantamentos foi possível começar o trabalho de restauração em Anhatomirim.⁷³

Restauração

A restauração da fortaleza de Anhatomirim foi um processo lento, por uma série de fatores: falta de recursos, seja para aquisição de material de construção, seja para pagamento de pessoal; as difíceis condições de trabalho; entraves e dificuldades que os próprios edifícios apresentavam, devido ao seu avançado arruinamento, e os cuidados que o risco de desmoronamento inspiravam; condições climáticas que inviabilizavam os trabalhos. Houve grandes espaços de tempo em que nenhum serviço era realizado na fortaleza, devido a estes fatores. As próprias características específicas desta fortificação são também um fator dificultoso, pois trata-se de um conjunto de edificações dispersas em uma ilhota na baía norte da Ilha de Santa Catarina.⁷⁴

⁷³ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

⁷⁴ Roberto Toner (2005) afirma que “do ponto de vista arquitetônico, estas construções foram influenciadas pelas fortificações erguidas pelos portugueses na Europa, África, Ásia e outras partes do Brasil, seguindo as orientações técnicas presentes nos tratados e manuais elaborados” no período colonial português; “as peculiaridades das fortalezas catarinenses, no entanto, se revelam no inteligente ajuste às variadas condições topográficas locais, criando uma rica diversidade de soluções tipológicas entre si e em relação às demais fortificações brasileiras”. Destas soluções tipológicas, destaca “na adequada adaptação dos edifícios de cada uma das

Além destes fatores, havia ainda uma indefinição quanto ao uso que seria dado àquele monumento, o que levantava questionamentos da parte do Iphan quanto à viabilidade de um investimento tão oneroso. Nas palavras de Armando Gonzaga: “sem ocupante e mantenedor, não haveria prioridade nas obras”.⁷⁵ Esta situação começa a mudar a partir do momento que a Universidade Federal de Santa Catarina assume o compromisso de tutelar e dar um uso à fortaleza de Anhatomirim, o que, conforme afirmam estes agentes, garantiu a continuidade do restauro.

Ao analisar as obras de restauração da fortaleza de Anhatomirim, identificamos dois critérios utilizados neste processo: o critério de *originalidade* e o de *utilidade*. Tais critérios estão relacionados os sentidos, significados e valores selecionados para sua patrimonialização, conforme vimos no primeiro capítulo; ou, em outras palavras, a partir destes critérios podemos identificar quais memórias se pretendeu evocar a partir do bem patrimonializado.

Pautando-me pelos estudos da historiadora Márcia Chuva (2009, p. 318), conclui que as obras feitas em Anhatomirim procuraram “não somente conservar sua feição no momento do tombamento, mas restaurar nele uma imagem considerada original, primitiva”, com o objetivo de “criar a materialidade do patrimônio” (CHUVA, 2009, p.

fortalezas à topografia dos locais onde estão implantados, gerando uma grande variedade de soluções adotadas: em Anhatomirim, por exemplo, observa-se uma distribuição de construções e praças de guerra espalhadas pela superfície da Ilha, a maneira de um grande parque. (...) Isto faz com que hoje as fortalezas de Santa Catarina, peculiarmente, assemelhem-se muito mais a Resorts voltados a uma exuberante paisagem natural, que a antigas praças de guerra”.

⁷⁵ GONZAGA, Armando Luiz. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

327). Com isso, “a nação torna-se palpável, além de visível”, a partir da “seleção de bens que representasse uma história 'remota' e 'originária’”, “comprovada pela materialidade dos objetos-testemunhos” (CHUVA, 2009, p. 220).

A partir destes elementos, enfatizamos a concepção de patrimônio como uma *construção*, seja quanto ao seu conceito, seja quanto aos bens selecionados como tal. Compreende-se que a patrimonialização é um processo pelo qual o bem cultural ganha uma feição a ser assumida, um testemunho a ser conservado. Estabelece-se um passado a ser cristalizado como a história do bem cultural pelos critérios de seleção *do que e por que* ser preservado, e *como* ser restaurado.

Para a Fortaleza de Santa Cruz, o passado eleito como *a História* digna a ser preservada e perpetuada daquele e por aquele espaço é a fortificação militar do século XVIII, uso associado aos grandes eventos da História do Brasil – invasão espanhola em 1777, Revolução Federalista, as duas Guerras Mundiais. Com a restauração, procurou-se “resgatar” a sua imponência, perdida depois de anos de arruinamento das edificações, imponência esta que tanto causou admiração aos viajantes estrangeiros nos séculos passados, e continuou a fascinar aqueles que se interessavam pela História nacional – a “História da Nação” consagrada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Oportuno ressaltar que há um duplo movimento nas obras na Fortaleza de Anhatomirim. Embora o critério de *originalidade* adotado privilegiasse o uso desta fortificação como unidade militar no século

XVIII, o critério de *utilidade* identificado aponta para os usos pretendidos para este patrimônio, no futuro. Ambos critérios correspondem à proposta de conciliação entre valor econômico e valor cultural do patrimônio, por atenderem a demanda de preservação de um bem cultural para um determinado uso – no caso, visitas turísticas. Analisaremos como se dá a mobilização destes critérios a partir da narrativa de Cyro Lyra e da documentação do Iphan, à luz do diálogo teórico com Chuva (2009).

Cyro Lyra, como arquiteto responsável pela restauração de Anhatomirim, fornece em sua narrativa detalhes deste processo, aonde podemos identificar uma cronologia de execução dos trabalhos, como também os critérios adotados. Embora tenhamos analisado o discurso sobre a ruína no primeiro capítulo, cabe-nos aqui considerar o ponto de vista das obras de restauração. Segundo Cyro Lyra, o primeiro edifício a ser restaurado nesta empreitada foi o Quartel da Tropa, devido ao seu avançado estado de ruína.

Enfrentamos o Quartel por cima, para interromper o processo de arruinamento, provocado pela infiltração das águas pluviais no topo das paredes desprotegidas. O resto de telhado que tínhamos encontrado possuía uma estrutura que não era mais a original e era coberta com telhas do tipo francesa. Encontráramos um sistema de encaibramento e de tesouras que não tinham nada a ver com o telhado tradicional do Século XVIII. Nós restabelecemos, então, o sistema de telhado característico do Século XVIII, que é o de linha alta, com linhas baixas espaçadas e telhas canal, também chamadas de telhas coloniais.⁷⁶

⁷⁶ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia

Nesta narrativa identificamos os critérios de restauração adotados pelo arquiteto. A restauração procurou não apenas conservar em bom estado as construções e estruturas, mas procurou aproximá-las das suas feições originais, conforme as técnicas construtivas do século XVIII. É o critério que Márcia Chuva (2009) identifica como noção de *autenticidade*: “compreendida com passível de percepção objetiva e, sobretudo, visual, mesmo que possam mudar os critérios do que é histórico, típico, artístico, patrimonial, nacional etc.”. Esta historiadora afirma que “a seleção dos bens resgatou a produção artística e arquitetônica do período colonial, sendo identificada aos discursos sobre a história do Brasil que buscavam, naquele mesmo período, as raízes fundadoras da nacionalidade”; o mesmo se pode dizer quanto à restauração destes bens – no caso, a fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim – ao procurar “o resgate de sua feição original” como “ponto crucial da afirmação das características 'genuinamente' brasileiras transpostas para o conceito de restauração arquitetônica” (CHUVA, 2009, p. 184).

Chuva (2009) afirma que o período colonial foi valorizado, enquanto temática, como marco de fundação da nação. A fortaleza de Anhatomirim, além da seleção de um bem cultural construído no século XVIII no momento de fundação da capitania de Santa Catarina, fora restaurada procurando “resgatar” as feições que teria tido, originalmente, quando da sua construção. A restauração, portanto, envolve tanto intervenção arquitetônica no bem cultural quanto a

(TONERA, 2001).

materialidade da história que esse monumento restaurado passa a representar.

Existe um relatório de obras executadas na fortaleza de Anhatomirim no acervo do Iphan em Florianópolis, que, embora sem identificação de autor, nos oferece um panorama detalhado das obras concluídas neste local até 1974. É possível identificar neste relatório o critério de *autenticidade* ou de *originalidade* adotada na restauração da fortaleza em trechos como este, quando retrata as limpezas feitas no local:

Foram efetuadas três limpezas gerais (agosto 73, janeiro e agosto de 74) e várias parciais. Iniciou-se a gramagem como recurso auxiliar para conservar a vegetação nativa afastada, nas plataformas de guerra. Todos os prédios foram desobstruídos, sendo removidas as partes com risco de ruína, *conservados os testemunhos*.⁷⁷
(Grifos meus)

Identificamos a *originalidade* principalmente quando o relatório aborda as demolições feitas na fortificação:

Duas edificações que ameaçavam ruir eminentemente foram demolidas: a localizada junto ao desembarcadouro e a localizada junto ao farol, no ponto mais alto da ilha, *Tratavam-se de edificações recentes, que sem dúvida viriam a interferir com o conjunto posteriormente*.⁷⁸
(Grifos meus)

⁷⁷ Relatório das obras feitas na Fortaleza de Anhato Mirim - Florianópolis, SC. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 75.

⁷⁸ Relatório das obras feitas na Fortaleza de Anhato Mirim - Florianópolis, SC. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 75.



*Figura 6: Vista do Quartel da Tropa da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, durante a sua restauração, onde é possível ver o andamento dos trabalhos no telhado.
Acervo do DAEx/UFSC - Data: 1974*

A demolição de construções do século XX na Ilha foi justificada por causarem interferência ao conjunto; entendemos que a interferência aqui apontada no relatório diz respeito ao *testemunho* a ser conservado pelo conjunto arquitetônico do patrimônio. Conforme a observação de Chuva (2009, p. 325), trata-se de uma prática de restauração que buscava o “aspecto primitivo', 'original', em que se desejava encontrar o

'estilo característico' ou a 'harmonia de estilo' rompida com reformas posteriores”. Houve uma seleção quanto ao *que e como* ser conservado: edifícios construídos na fortificação no século XVIII, conforme projetada por Silva Paes, a fim de preservar o “testemunho” do seu uso militar naquele contexto. Desta forma, a “originalidade” pretendida exclui os demais usos, sentidos e significados que este conjunto possuiu ao longo dos 200 anos de sua existência.

Outra característica a ser destaca deste relatório é que, embora se procurasse preservar as feições próprias do século XVIII, o mesmo não se aplicava ao material empregado nas obras. Identificamos este aspecto quando o relatório trata da restauração do pórtico de entrada da fortaleza, da escadaria e das guaritas:

Em seguida, foram realizadas obras no pórtico de entrada da Fortaleza. Encontrando-se este em razoável estado de conservação, as obras necessárias foram poucas. Consolidou-se as rachaduras existentes na abóbada com massa “forte” de cimento, tendo todas as falhas recebido o mesmo tratamento. Substituiu-se a quase totalidade dos rebocos e o piso sobre a abóbada, feito identicamente ao anteriormente existente. O conjunto foi pintado de branco a quatro demãos de tinta.

Na escadaria, foram recolocadas as pedras lioz deslocadas, e suas posições consolidadas, sem, entretanto, comprometer as unidades. Foi possível reencontrar e recolocar a totalidade dos degraus. Os degraus de alvenaria do último lance foram refeitos.

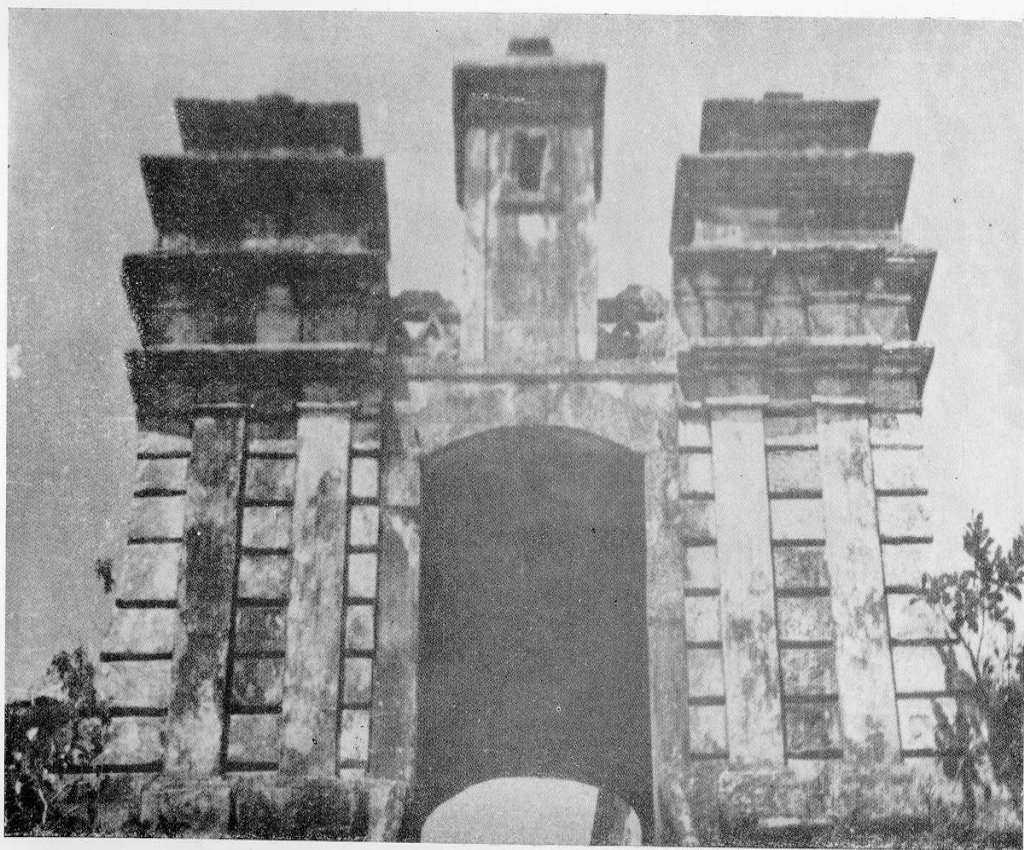
Três das guaritas, encontradas em ruínas, foram recuperadas segundo modelo existente e documentação fotográfica.

Em toda a extensão das muralhas, foram

executadas as seguintes tarefas: retirada de figueiras, extração de tocos, limpeza da vegetação, fechamento dos buracos e enchimento, com alvenaria de pedra, das falhas existentes. Igualmente o túnel entre as duas praças de guerra e os muros de contenção receberam o mesmo tratamento.⁷⁹

O cimento usado nas rachaduras do pórtico de entrada não era um material empregado na época da construção da fortaleza – a *pedra e cal*. Os materiais utilizados na restauração de algumas construções dependia da disponibilidade destes no próprio local, como foi o caso das pedras de lioz na escadaria.

⁷⁹ Relatório das obras feitas na Fortaleza de Anható Mirim - Florianópolis, SC. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 75.



Anhatomirim. Detalhe do pórtico de entrada, todo em pedra de lioz

Figura 7: Vista da Portada de entrada da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, após restauração.

Acervo do DAEx/UFSC - Data: 1979

Na narrativa de Cyro Lyra sobre a restauração da Casa do Comandante, também identificamos os mesmos critérios de originalidade. Iguamente ao Quartel, “seu estado era péssimo. Não havia mais a parede da frente do andar superior, ela tinha ruído. Era como uma fatia faltando na casa”.⁸⁰



*Figura 8: Ruínas da Casa do Comandante.
Acervo Fortalezas Multimídia. Data: aprox. 1970.*

⁸⁰ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).



*Figura 9: Ruínas da Casa do Comandante, antes da sua restauração nos anos 1970.
Acervo IPHAN/SC*

É possível que Cyro Lyra tenha se deparado com um cenário bastante parecido com o que vemos nestas fotos (FIGURA 8 e FIGURA 9). Foi graças ao registro imagético da fortaleza que foi possível para o arquiteto conhecer este edifício, antes do seu arruinamento:

Nós procuramos a documentação existente – havia algumas fotografias do início do Século XX ou do final do Século XIX – que mostravam a fachada inteira ainda com janelas/portas, com sacadas gradeadas; felizmente tinham ficado as bacias de alvenaria de suporte dessas sacadas. As bacias de

alvenaria das sacadas tinham permanecido, embora a parede houvesse caído. Então, nós tínhamos a posição dos vãos, do andar superior e, assim, pudemos fazer o projeto restabelecendo a volumetria do edifício.⁸¹

Chuva (2009, p. 157) afirma que as fotografias eram “a fonte documental privilegiada para o trabalho de análise e avaliação”, constituindo-se como “um elemento fundamental de conhecimento e informação, em todos os trabalhos realizados, quer no momento da 'descoberta' ou seleção do bem para tombamento, quer nas etapas do trabalho relativas à sua conservação e a sua restauração”. Infiro que a presença deste elemento na fala de Cyro Lyra é uma estratégia de legitimação dos critérios de restauração adotados, na reconstituição dos aspectos originais das edificações, para além de detalhar o processo de pesquisa durante a restauração da fortaleza de Anhatomirim.

Além das fotografias, as prospecções feitas pela equipe também revelaram elementos da construção que haviam sido suprimidos, ou tampados, durante reformas ou outras obras do tipo, nos anos anteriores. É o caso da fachada desta casa, elemento cuja restituição, na concepção de Cyro Lyra, restauraria a imponência desta casa, dentro do complexo fortificado:

Outra descoberta importante para restaurar a fachada foi resultado de algumas prospecções que fizemos. O arco de entrada da Casa do Comandante estava entaipado, isto é, estava fechado, oculto pelo revestimento, e com uma

⁸¹ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

porta no meio. À medida que nós descascamos a parede, revelou-se a arcada e pudemos então restaurá-la. Ela é um elemento belo da casa, valoriza a entrada, dá à Casa a *imponência* que a *função original* exigia.

Seu fechamento, e a inserção de uma porta, tinha tirado a dignidade do edifício, amesquinhando-o.⁸² (Grifos meus)

A “dignidade do edifício” pode ser “recuperada”, neste sentido, tanto pela reconstrução da sua arquitetura pelas feições originais do século XVIII quanto pelos sentidos que se evoca a partir desta intervenção arquitetônica. Conforme Chuva (2009, p. 327), trata-se do esforço de construir uma “feição contemporânea às próprias obras de restauração”, pois a “feição renovada não era capaz de fazer retornar um tempo já vivido, senão por imaginação”, o que relacionamos, no caso da restauração da fortaleza de Anhatomirim, com os sentidos simbólicos evocados a partir da *imponência* desta construção.

⁸² LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).



*Figura 10: Obras de restauração da Casa do Comandante.
Acervo Fortalezas Multimídia. Data: aprox. 1970.*



Figura 11: Sequência das obras de restauração da Casa do Comandante. Acervo Fortalezas Multimídia. Data: aprox. 1970

O critério de *utilidade* também pode ser identificado no dito relatório analisado, a medida que as era necessário adequar o monumento aos usos do presente. Uma destas adequações foi a instalação de um gerador de energia elétrica na Ilha de Anhatomirim, com a restauração da Casa de Eletricidade da ilha: “Tendo sido aventada a hipótese de instalação a curto prazo de gerador elétrico na ilha, foi restaurada a casa de eletricidade existente. O material poderá ser utilizado em outra edificação, caso não venha a ser utilizada”.⁸³

O Paiol da Pólvora ⁸⁴(ou Casa da Pólvora) também foi restaurado com a finalidade de servir aos novos usos que a fortaleza passaria a ter. Cyro Lyra afirma que “resolveu-se que ali seria instalada a memória das obras, a memória da Fortaleza”,⁸⁴ o fato de esta ideia não ter sido levada adiante não nos permite dar a conhecer o que se entendia por memória – se um memorial das obras na fortaleza, contendo fotos ou descrição das obras, ou que privilegiasse a ação dos órgãos federais envolvidos na restauração daquele monumento, ou, ainda, se consideraria a participação dos “homens comuns”, os operários que “colocaram de pé” novamente aquelas construções. Este último aparece como sugestão de Dalmo Vieira Filho, em 1990:

Uma coisa que se poderia sugerir à Universidade, a quem compete a organização dos espaços, é a de que, houvesse em algum dos edifícios, provavelmente no pequeno paiol da pólvora, que já é, digamos assim o espaço da memória da obra,

⁸³ Relatório das obras feitas na Fortaleza de Anhatomirim - Florianópolis, SC. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 75.

⁸⁴ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

uma pequena foto 3 X 4 das pessoas que trabalharam na Ilha, especialmente do pessoal da vizinhança; porque é muito interessante que o sujeito possa um dia, principalmente aqueles velhos mestres de obras, a pessoa que trabalhou na década de 70, possa levar um filho, um neto e dizer que trabalhou lá, agora que está tudo bonito, está florido. Contrapor com as fotografias da época (ainda tem umas fotografias com o pessoal de lá); acho que se deveria fazer um registro pelo trabalho que foi fazer aquilo. Desde o servente mais humilde, até o chefe de obras, que é uma forma da gente resgatar esse esforço pessoal, que foi realmente imprescindível para ter aquilo como se tem hoje.⁸⁵

O antigo paiol da pólvora teve diferentes usos ao longo do tempo, o que Cyro Lyra evidencia em sua narrativa a medida que encontrou diferentes estruturas e características neste edifício, durante as obras de restauração no mesmo:

A Casa da Pólvora também tinha coisas interessantes. Nela, a parte de baixo, a sala abobadada - que é exatamente o compartimento de armazenagem da pólvora - deve ter sido usada como prisão algum tempo, daí o fato dela ter uma janela gradeada. Essa janela gradeada não é a *original*, porque as casas de pólvora não têm janelas. Uma casa de pólvora só tem seteiras de ventilação, não tem janela aberta para o exterior. Essa janela teria sido feita em uma determinada época para que a casa servisse de prisão. Removendo rebocos, encontramos as antigas seteiras que estavam entaipadas, fechadas. Reabrindo-as, restabelecemos a ventilação indireta. O tipo de seteiras encontrado caracteriza as antigas casas de pólvora e por isso fizemos

⁸⁵ FILHO, Dalmo Vieira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

questão de restaurá-las integralmente. Depois de pronta, foi montada ali uma pequena exposição com objetos achados durante a obra e fotografias das diversas fases, digamos assim, de cada um dos edifícios restaurados.⁸⁶ (Grifos meus)



Figura 12: Vista do Antigo Paiol da Pólvora da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim antes das obras de sua restauração. Acervo do DAEEx/UFSC - Data: 1983

A especificidade do Antigo Paiol da Pólvora neste processo de restauração é a conservação de um elemento que não fazia parte do seu

⁸⁶ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

projeto “original”, a janela gradeada, que testifica a sua utilização para outros fins ao longo do período de funcionalidade desta fortificação. Minha hipótese é que tal exceção se deva ao fato de haver um novo paiol da pólvora, restaurado na mesma etapa; desta forma, conservam-se duas edificações com o mesmo fim, originalmente, porém construídas em períodos diferentes.

O Novo Paiol da Pólvora, por sua vez, foi restaurado conforme a sua feição original, porém, adaptado para novos usos da fortaleza de Anhatomirim: o paiol fora convertido em aquário, o que certamente se deve à presença da Universidade Federal de Santa Catarina – que, à época da restauração destes edifícios, já havia assumido a tutela da Fortaleza de Anhatomirim.



Figura 13: Vista do Antigo Paiol da Pólvora da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Alberto L. Barckert, Acervo do Projeto Fortalezas Multimídia/UFSC - Data: 1999

O mesmo pode se dizer da construção de banheiros anexos à Casa do Comandante. Conforme Cyro Lyra: “decidiu-se instalar numa dependência, numa espécie de anexo da Casa, os primeiros sanitários para uso de visitantes, banheiros externos, portanto, para uso das pessoas que visitassem ou que utilizassem aquela Fortaleza”.⁸⁷

A instalação de banheiros é uma das adequações necessárias para viabilizar a recepção e a permanência de visitantes na Ilha de Anhatomirim. Entretanto, era preciso também criar meios de transporte para estes visitantes.

Em junho de 1978, a FLOMAR, empresa de turismo marítimo de Florianópolis, solicitou a autorização ao comando do 5º Distrito Naval, responsável pela Ilha de Anhatomirim, para ali construir um trapiche para desembarque de turistas. A Marinha, por sua vez, autorizou a título precário. A firma também se dirigiu ao Iphan, pedindo orientação para proceder a legalização da construção do píer nesta ilha. Um ofício de 25 de julho daquele ano dá a entender que houve “entendimentos telefônicos” antes da consulta oficial.

Entretanto, parece que a empresa iniciou as obras à revelia do Iphan, o qual, por sua vez, embargou as obras. Armando Rebollo, diretor da 3ª Diretoria Regional do Iphan, apresentou à diretoria nacional do órgão as seguintes considerações sobre esta obra:

1º - Como se pode verificar pelo croqui do “píer” projetado, a sua localização é junto à escada do

⁸⁷ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

acesso à Fortaleza, escada essa com os degraus em pedra lioz, a qual vai dar no portão monumental. Nesse sentido, permitida a construção, o local deverá ser outro que apresente as mesmas condições de desembarque, nesse mesmo lado da ilha onde o mar é mais calmo. Esse novo local poderia ser cerca de 100 metros da escada, conforme assinalamos em vermelho.

2º - A circunstância de estarmos em obras no citado momento talvez não recomende a frequência de turistas, na sua maioria curiosos e mal informados, a não ser que as próprias autoridades responsáveis pelo próprio nacional providenciem a sua guarda e integridade.⁸⁸

O ofício termina assinalando a urgência que o Iphan tome a iniciativa de “assumir a posse desse próprio nacional, a fim de, num futuro bem próximo, legislar sobre a ocupação do monumento em apreço” – o que de fato foi efetivado, através do Convênio assinado entre a UFSC, o Iphan e a Marinha do Brasil, em 1979.

Embora não tenha sido construído o trapiche, naquele momento, pela Flomar, percebemos como a perspectiva de utilizar a fortaleza como local de visitação turística já estava presente em suas obras; ainda assim, estas obras não deveriam “descaracterizar” a fortaleza. Para além da preocupação estética, há também a preocupação quanto a uniformidade do testemunho simbólico da Fortaleza de Anhatomirim, que poderia ser ameaçado tanto por construções tidas como inadequadas quanto por visitantes “curiosos e mal informados”.

Percebemos neste trâmite a relação entre o valor cultural e o valor econômico: *o que e como* foi restaurado o conjunto edificado da fortificação, paralelo aos critérios da ordem dos valores – *para que*.

⁸⁸ Ofício nº 322/78. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 82.

Por se tratar de um bem cultural cujo *atrativo turístico* reside nas suas características históricas, uma ameaça a esta especificidade é também uma ameaça à sua atratividade, o que evidencia, novamente, a conciliação entre valores culturais e econômicos (FONSECA, 2009).

A presença da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como gestora do monumento em questão influenciou tanto na continuidade das obras – pois a falta de um ocupante era também um fator agravante da falta de recursos, segundo Armando Gonzaga: “o IPHAN, na época, destinava recursos escassos, justamente pela falta de destinação, falta do ocupante do monumento quando restaurado”.⁸⁹ – como nos critérios de restauração conforme os usos pretendidos. A garantia de uso do monumento influenciava tanto na adequação dos espaços como no ritmo das obras, o que fica evidenciado no depoimento de Cyro Lyra:

Bem, ao contrário do que se fez com o Quartel, foi decidido que a Casa ia ser restaurada inteiramente. Por quê? Porque, nessa época, a Universidade Federal de Santa Catarina já tinha manifestado seu interesse em assumir a manutenção dos edifícios. Já havia, digamos assim, um usuário, já havia um destinatário para a Fortaleza. Então ela foi restaurada inteiramente. [...] A Casa do Comandante, foi decidido, seria uma espécie de centro de trabalhos da UFSC.⁹⁰

⁸⁹ GONZAGA, Armando Luiz. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

⁹⁰ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Cyro Lyra conclui que, graças à participação da Universidade Federal de Santa Catarina neste processo, no final dos anos 1970, houve melhorias na questão dos recursos, condições de trabalho, e, principalmente, uma maior definição do uso que a fortaleza passaria a ter concluída a sua restauração. Em suas próprias palavras:

Nessa fase, já final da época de 70, os recursos e as condições de trabalho tinham melhorado muito. A Universidade instalara um gerador e construíra um plano inclinado com trilho, melhoramentos que facilitavam muito o transporte do material lá para cima. Foi colocado o assoalho, instaladas as esquadrias no Quartel, enfim foi dado um maior acabamento a ele.⁹¹

A partir deste período teve início uma nova etapa na restauração em Anhatomirim. Cyro Lyra já não estava mais à frente da Aresta, sendo sucedido por Claudio Forte Maiolino como arquiteto responsável pelas obras. O Iphan começou a dar atenção também às outras duas fortalezas da barra norte da Ilha de Santa Catarina – a fortaleza de Ratoles e a de Ponta Grossa – o que significa, também, remanejamento dos recursos disponíveis. Neste período, Dalmo Vieira Filho passou a estar à frente do Iphan em Santa Catarina. Sua narrativa oferece um panorama sobre a reorientação desta instituição, naqueles anos:

Nesse momento, acho que vale uma ressalva, de 83 para cá praticamente não se realizaram obras em Anhatomirim. A razão era simples: Anhatomirim tinha grande parte das suas

⁹¹ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

construções restauradas pelo IPHAN, como a Casa do Comandante, o Antigo Paiol da Pólvora, a Casa do Telégrafo, o Quartel da Tropa. Áreas grandes, estavam entregues e não havia ainda um uso contínuo dessas unidades e além disso, nós considerávamos a tarefa em Anhatomirim feita em 70% pelo menos, já que as edificações principais estavam todas restauradas e era hora então de cuidar das outras fortalezas; por isso, depois de 83, nós praticamente trabalhamos em São José e em Ratones.⁹²

Um orçamento, datado de julho de 1984, detalha quais obras ainda eram necessárias em Anhatomirim: no Quartel da Tropa, haviam consertos a serem feitos na muralha lateral, em um trecho desmoronado; reparo no beiral; canaleta de escoamento de águas pluviais; tijoleira no piso inferior e desobstrução do acesos ao piso intermediário, na fachada sul do quartel, e limpeza da vegetação nas suas paredes. Ainda havia outras obras necessárias em outros pontos da fortaleza: estabilização e consolidação da base da muralha ao lado do portal principal; na muralha face leste; recomposição da gola da muralha (estimativa 1.60m); gárgulas, tijoleira para recomposição do piso do antigo paiol da pólvora. O preço global da obra – orçada em Cr\$ 19.563.922 (Dezenove milhões, quinhentos e sessenta e três mil, novecentos e vinte e dois cruzeiros)⁹³ – nos dá uma ideia do investimento no patrimônio.⁹⁴

Este orçamento deflagra uma questão em torno da contratação da Aresta que passa a tramitar internamente no Iphan. Júlio Nicolau

⁹² FILHO, Dalmo Vieira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

⁹³ Em valores corrigidos, essa quantia equivale, hoje a R\$ 37.784,34.

⁹⁴ Fundação Nacional Pró-Memória. Ficha Resumo do Orçamento - Doc. 72. FORTALEZA DE SANHA CRUZ DE ANHATOMIRIM. Florianópolis - SC. Julho/1984. Acervo do Iphan (Florianópolis – SC), Pasta 75.

Barros de Curtis, presidente da 10ª Diretoria Regional do Iphan, enviou um ofício para Henrique Oswaldo de Andrade, coordenador do Programa de Cidades Histórias (PCH), no qual pede dispensa de licitação para a continuidade das obras na Ilha de Anhatomirim, em favor da Aresta. Neste pedido, alega que:

A firma indicada, além de vir realizando há dez anos, de forma proeficiente, os trabalhos de restauração daquela fortaleza, oferece preços compatíveis com o mercado de Santa Catarina, já, porque possui infraestrutura montada no local, inclusive barco para transporte de materiais de construção até a Ilha.⁹⁵

O coordenador do PCH mostrou-se favorável ao pedido, encaminhando o mesmo à Marcos Vinícios Villaça, presidente da Fundação Pró-Memória, através da Informação Nº 009/84. O presidente da pró-Memória concordou com a dispensa, com base na Determinação nº 27, de 20.10.93.⁹⁶

A dispensa de licitação foi também o assunto de outra documentação interna do Iphan, o Comunicado Interno 070/84, de Luis Márcio Umbelino Lobo para Henrique Oswaldo de Andrade. Nesta, Lobo opinou favoravelmente à dispensa de licitação e contratação de serviço:

Considerando a complexidade da obra e o grande prazo já decorrido desde o início da restauração, é importante programar seu final através de

⁹⁵ Ofício nº 152/84-10 DR. Porto Alegre, 23 de julho de 1984. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 75.

⁹⁶ Informação Nº 009/84. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 75.

cronograma físico-financeiro (definindo claramente as futuras etapas) e, caso a UFSC já esteja ocupando o edifício, encaminhar “Termo de Compromisso de Manutenção”, para assegurar sua integridade e conservação.⁹⁷

Nestes termos, Andrade encaminhou à presidência da 10ª Diretoria Regional o parecer daquela coordenação e a dispensa de licitação solicitada. Entretanto, atenta: “chamamos a atenção para o valor autorizado que, sendo superior ao previsto no PT/84 para esta obra, a Regional deverá deduzir o valor da diferença de outras obras”.⁹⁸

Através do ofício PCH N° 197/84 da Fundação pró-Memória, de 05 de agosto daquele ano, sabemos que o contrato para esta nova etapa das obras em Anhatomirim foi encaminhado pelo Programa de Cidades Históricas. Este ofício também detalha especificações quanto aos recursos: para liberação da primeira parcela, deveriam “ser atendidas as solicitações do parecer, como também as do Ofício N° 178/84, especialmente no que se refere a redistribuição das verbas previstas no PT-84 para a 10ª DR, uma vez que o valor do contrato é superior ao programado”.⁹⁹

Para além de decisões orçamentárias, identificamos neste trâmite a consolidação do processo de patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim, *nas* e *pelas* instituições envolvidas – o Iphan e a UFSC, sobretudo. Também a proeficiência da Aresta nos trabalhos de

⁹⁷ Comunicado Interno 070/84, de 03 de agosto de 1984. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 75.

⁹⁸ Ofício PCH N° 178/84. Brasília, 06 de agosto de 1984. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 75.

⁹⁹ Ofício PCH N° 197/84, de 05 de agosto de 1984. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 75.

restauração daquela fortaleza atesta tanto uma avaliação positiva das obras de intervenção arquitetônica quanto a construção de “uma versão da história da nação” a partir da materialidade desta arquitetura restaurada “como prova documental da verdade histórica” (CHUVA, 2009, p. 327).

CAPÍTULO III – USOS

Giorgio Agamben, em entrevista de 2012, tratando da relação entre passado, identidade e patrimônio na Itália, criticou que “ao destruírem, com o cimento, com as autopistas e a Alta Velocidade, a paisagem italiana, os especuladores não nos privam apenas de um bem, mas destroem a nossa própria identidade”; para ele, “a própria expressão 'bens culturais' é enganadora, pois sugere que se trata de bens entre outros bens, que podem ser desfrutados economicamente e talvez vendidos, como se fosse possível liquidar e pôr à venda a própria identidade”. Agamben considera o passado para além de “um patrimônio de bens e de tradições, de memórias e de saberes, mas também e sobretudo um componente antropológico essencial do homem europeu, que só pode ter acesso ao presente olhando, de cada vez, para o que ele foi” (SALVÁ, 2012, s.p.).

Estas reflexões de Agamben nos aproximam do fenômeno que Slavoj Žižek (2011, p. 80-85) chama de *novo cercamento das áreas comuns*. Žižek analisa os antagonismos do capitalismo global contemporâneo, dentre os quais lista a criação de novas formas de apartheid; a este antagonismo, aproxima das categorias de “áreas comuns” de Hardt e Negri, a “substância compartilhada de nosso ser social cuja privatização é um ato violento”. Destas áreas comuns, uma me interessa particularmente: as áreas comuns da cultura, “as formas imediatamente socializadas de capital 'cognitivo', sobretudo a linguagem, nosso meio de comunicação e educação, mas também a

infraestrutura compartilhada de transporte público, eletricidade, correio etc.” (ŽIŽEK, 2011, p. 83).

O patrimônio é uma destas formas de infraestrutura compartilhada, a medida que também dizem respeito a “substância compartilhada de nosso ser social” através da cultura expressa em bens, tradições, memórias e saberes. Neste sentido, a privatização dos bens culturais, a medida que são desfrutados economicamente como “bens entre outros bens”, é um ato violento que nos priva de nossa identidade para colocá-la a venda.

Partimos das elucubrações de Agambem e Žižek para problematizar em que medida o poder econômico interfere em nossa experiência com o patrimônio. Em outras palavras: como os interesses de mercado influenciam no processo de patrimonialização de um bem cultural.

Neste capítulo queremos analisar outro aspecto do processo de patrimonialização da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim: o uso do monumento. A questão do uso é fundamental para compreender o sentido dado à Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim neste processo. Nos capítulos anteriores, vimos que a Universidade Federal de Santa Catarina tomou parte neste processo pela necessidade de haver um ocupante para dar uso a este monumento, pois, sem isso, não haveria prioridade (quicá continuidade) às obras de restauração. Era de interesse do 5º Distrito Naval da Marinha do Brasil preservar este Patrimônio da União e explorar o seu valor histórico, entretanto, pela falta de recursos, isso não seria possível, por parte desta instituição. O Convênio entre a Marinha, o Iphan e a UFSC em 1979 tinham como um dos seus

objetivos garantir o uso apropriado da fortaleza, o que ficaria a cargo da universidade.

Os agentes envolvidos na patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim vislumbravam uma série de usos para este monumento restaurado. Nos capítulos anteriores, vimos que havia duas propostas de uso: a instalação de um centro de pesquisa de biologia marinha na Ilha de Anhatomirim, relacionada ao projeto de Luís Saia, e o turismo, com implicações didáticas no chamado “Turismo Educativo”. Os projetos de uso previstas por estes agentes refletem a concepção de patrimônio e de cultura destes sujeitos, relacionados com as práticas discursivas do patrimônio, naquele contexto, como já vimos; de certa forma, a questão do uso insere-se também nas disputas sobre o patrimônio: disputas de poder, disputas entre valor econômico e valores culturais, ou seja, disputas simbólicas com implicações reais.

Analisaremos as propostas de uso para a fortaleza de Anhatomirim por parte dos agentes envolvidos no processo através das suas narrativas presentes no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001), buscando identificar a relação entre estes usos e as configurações do campo do patrimônio no Brasil, a partir de Fonseca (2009) e Chuva (2009). Procuraremos também analisar o sentido dado a esta fortaleza a partir das notícias veiculadas na imprensa catarinense, examinando recortes de matérias jornalísticas arquivados no acervo do Iphan em Florianópolis; com isso, identificaremos a relação entre *bem cultural* e *bem de consumo*.

A Fortaleza de Anhatomirim e a UFSC

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento produzido pela Universidade Federal de Santa Catarina aonde estão definidas a missão e os objetivos estipulados para um quadriênio, bem como as estratégias, diretrizes e políticas a serem seguidas para alcançar estes objetivos. Trata-se, portanto, de uma fonte preciosa para analisar a gestão da UFSC para com as fortalezas por ela assumidas.¹⁰⁰

No Plano de Desenvolvimento Institucional de 2005-2009 (UFSC, 2004), as fortalezas são mencionadas no breve histórico que apresenta as diversas ações desenvolvidas pela universidade:

Além do trabalho desenvolvido por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, da Editora e do Museu Universitário para a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural de Santa Catarina, o Projeto “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos na História Brasileira” constitui-se no maior projeto de restauração do sul do país, implicando um custo total de um milhão de dólares. Desenvolvido pela UFSC, juntamente com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e financiado pelo Banco do Brasil, resultou na restauração das Fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonas e São José da Ponta Grossa, construídas no século XVIII para a defesa militar da ilha de Santa Catarina. Hoje, restauradas e

¹⁰⁰ Não dispomos de todos os PDIs produzidos por esta universidade, apenas aqueles digitalizados e disponíveis no site da UFSC. Entretanto, os três PDIs disponibilizados *online* – 2005 a 2009, 2010 a 2014, 2015 a 2019 – nos dão uma noção do planejamento de uso das fortalezas por parte da universidade.

preservadas pela Universidade, formam um complexo turístico visitado anualmente por cerca de 200.000 pessoas e fomentaram a criação de 300 empregos diretos na área do turismo. (UFSC, 2004, p. 12)

O Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina é destacado pelo mesmo PDI entre “algumas dessas atividades, caracterizadas pelo forte impacto social, desenvolvidas através de vários projetos, atendendo às áreas de saúde, educação, cultura, trabalho, direito e cidadania” (UFSC, 2004, p. 71); consta também que “nas três fortalezas, restauradas pela UFSC, com recursos da Fundação Banco do Brasil, vem sendo, desenvolvidos trabalhos de Turismo Educativo com a participação de estudantes universitários”. (UFSC, 2004, p. 91).

Já o Plano de Desenvolvimento Institucional de (PDI) 2010-2014 consta que com a criação da Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte), separando-se da antiga Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, a partir de 2008, as atividades culturais e os “programas, projetos e eventos de impacto cultural” dentre os quais o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, passaram a ser vinculados à SeCArte (UFSC, 2009, p. 23).

Também cita as fortalezas no item *Preservação da memória e do patrimônio cultural*:

O Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina inicialmente foi um meio de levantar recursos e administrar a restauração e a revitalização de um conjunto de fortalezas coloniais da Ilha de Santa Catarina, a ilha em que se situa o município de Florianópolis, e de suas adjacências.

Presentemente, a Universidade administra o acesso público às fortalezas restauradas. (UFSC, 2009, p. 49)

O último Plano de Desenvolvimento Institucional de (PDI) elaborado por esta universidade, para 2015 a 2019, ao tratar sobre a cultura e as ações desenvolvidas pela SeCult, traz a consideração que “a UFSC é pioneira no gerenciamento e na preservação das fortificações militares de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonos e São José da Ponta Grossa, construídas pelos portugueses no século XVIII”; traz também a consideração que “tais fortificações são fontes incontestáveis de conteúdo histórico na formação e desenvolvimento da Capital do Estado de Santa Catarina e celeiro inesgotável de possibilidades para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária”. (UFSC, 2015, p. 30)

O item sobre preservação da memória e do patrimônio cultural é bastante detalhado no que se refere às fortalezas, mais exatamente sobre o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, desde a sua criação até os dias atuais:

O Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina foi criado em 1989 com o objetivo de restaurar e revitalizar as fortificações construídas pelos portugueses durante o século XVIII, cuja função era a de proteger a Ilha de Santa Catarina. O projeto foi financiado a fundo perdido pela Fundação Banco do Brasil, através de um convênio cujo objeto era a restauração e consolidação das fortificações de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonos, São José da Ponta Grossa e Nossa Senhora da Conceição, localizadas na Barra Norte da Ilha de Santa

Catarina. Os projetos de restauração foram elaborados em parceria com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a coordenação executiva da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Projeto Fortalezas produz vídeos, folders, álbuns fotográficos, maquetes, exposições diversas e publicação de vários livros com intuito de divulgar esse patrimônio histórico agora restaurado, que se mantém como referência cultural e turística em Santa Catarina (UFSC, 2015, p. 52).

O documento destaca também a inclusão do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina no Plano de Aceleração do Crescimento de Cidades Históricas (PACCH)¹⁰¹ do Governo Federal, e as ações pretendidas pela universidade a partir desta inserção:

Em 2013, o Projeto Fortalezas foi incluído no Plano de Aceleração do Crescimento de Cidades Históricas (PACCH), programa do Governo Federal para o qual a UFSC assume o compromisso de apresentar a sua contrapartida de participação.

Desta forma, a UFSC está propondo um Plano de Ação para Integração Acadêmica, buscando viabilizações de ações conjuntas na direção do fortalecimento e expansão da preservação patrimonial, possibilitando a utilização das

¹⁰¹ O Plano de Aceleração do Crescimento de Cidades Históricas (PACCH) é uma linha especial do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2009, elaborado em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) voltado para cidades brasileiras tombadas ou em processo de tombamento. Com este programa, “a preservação do patrimônio histórico nacional passou a fazer parte da política de estímulo da economia adotada pelo governo federal com o lançamento do PAC das Cidades Históricas”; neste sentido, “Os planos de ação incluem revitalização de praças, restauro de monumentos, aterramento de fiação elétrica, entre outros projetos”. (BROGGIATO, 2011)

fortalezas como um “campus avançado” — laboratório vivo, com programas continuados de ensino, pesquisa e extensão dos departamentos de ensino e programas de pós-graduação da instituição.

A proposta caminha para a construção de uma Agenda Propositiva em que todos os envolvidos — docentes, discentes, núcleos de pesquisa, laboratórios e grupos de estudos — tenham a participação efetiva por meio de ideias, propostas, sugestões e parcerias que possibilitem a vinculação do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina com as atividades acadêmicas de extensão da UFSC e sua inter-relação com o ensino e a pesquisa. (UFSC, 2015, p. 52)

A primeira impressão que se tem ao ler estes PDIs é a de que a UFSC teria abraçado a causa do patrimônio e assumido definitivamente as fortalezas catarinenses, especialmente acompanhando a evolução da presença destas através do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina no documento. De fato, os PDIs associam as fortalezas tuteladas pela universidade à preservação da memória e do patrimônio cultural, vinculando-as à educação e a cultura, além de mantê-las como complexo turístico onde são desenvolvidos trabalhos de Turismo Educativo – práticas previstas pela universidade e pelo Iphan quando da assinatura do Convênio, em 1979.

Entretanto, apesar de o PDI 2015-2019 considerar que estes monumentos são um “celeiro inesgotável de possibilidades para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária”, questionamos em que medida estas possibilidades foram totalmente exploradas. A universidade administra o acesso público às fortalezas restauradas para viabilizar a prática do Turismo, desenvolvendo ações – produção de

vídeos, *folders*, álbuns fotográficos, maquetes, exposições, livros – que divulguem a Fortaleza de Anhatomirim como ponto turístico.

Quando a UFSC assumiu a tutela da Fortaleza de Anhatomirim, havia basicamente duas propostas de uso: o restauro das edificações da fortaleza para ali estabelecer um centro de estudos de biologia marinha, e para a prática turística, do chamado Turismo Educativo. Armando Gonzaga alude a ambas propostas quando rememora a sua participação no processo de patrimonialização da Fortaleza de Anhatomirim. Alude ao turismo ao afirmar que, à época, “o DEATUR considerou que o patrimônio cultural catarinense, principalmente o Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina, com suas fortalezas, era um rico patrimônio turístico, além de monumentos de valor histórico notável”;¹⁰² e faz alusão ao “Projeto Anhatomirim”, ideia de Luís Saia, de converter a Fortaleza de Anhatomirim (bem como outras fortificações ao do litoral brasileiro) em centros de estudos do mar e biologia marinha, dirigidos por universidades à medida que estas desenvolvessem pesquisas nestas áreas.

Preservação do patrimônio histórico, cultura, pesquisa científica e turismo: esta é a tríade da proposta de uso para a fortaleza de Anhatomirim. Estas práticas nos aproximam das considerações de Fonseca (2009) sobre a conciliação entre valor cultural e valor econômico. A partir dos anos 1970, as práticas de preservação procuraram demonstrar a compatibilidade entre a proteção do patrimônio e a exploração econômica do bem cultural – “seja

¹⁰² GONZAGA, Armando Luiz. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado” (FONSECA, 2009, p. 142). Na fala de Armando Gonzaga é possível identificar estes elementos a medida que este se refere ao valor do *patrimônio turístico* e ao *valor histórico* da fortaleza de Anhatomirim.

A relação entre uso e restauro está presente também na fala do então reitor da UFSC quando esta assumiu a fortaleza. Caspar Erich Stemmer, em 1980, expressava que “não faria sentido restaurar uma construção histórica sem ter alguém que a pudesse utilizar convenientemente, assumindo daí por diante a responsabilidade de sua manutenção”. Em sua fala, o reitor dá a conhecer as possibilidades de ocupação da fortaleza de Anhatomirim:

Pensei na ampliação de nosso Museu Universitário, obra de indiscutível importância para a preservação de nosso patrimônio histórico-cultural e poderoso recurso didático para vários cursos de graduação e pós-graduação. Seria uma forma de contornar a falta de prioridade dos museus, dentro dos planos do MEC para obras físicas nos Campus Universitários. [...] Desejamos usar os prédios como museus de arqueologia, oceanologia, biologia marinha, como salas de aula para cursos de verão, como laboratório, como rede de um Instituto de Ciências do Mar. Haverá lugar para pesquisa de arqueologia, história e biologia marinha. Aquários ampliarão os atrativos para o ensino e para o turismo.¹⁰³

¹⁰³ STEMMER, Caspar Erich. Discurso de abertura do seminário O Mar e Seus Recursos. Fortaleza de Anhatomirim (SC), 17 de março de 1980. O discurso na íntegra encontra-se transcrito no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Ernani Bayer, que sucedeu Caspar Erich Stemmer na reitoria desta universidade, exprime ideia semelhante: “O que se pretendia era, realmente, fazer daquele local um centro de pesquisas na área de biologia marinha, mas também que se transformasse num local de turismo educativo”.¹⁰⁴

Caspar Erich Stemmer e Ernani Bayer trazem em suas falas propostas de usos que já estavam previstos no Convênio assinado em 1979, que também previa a utilização da Fortaleza de Anhatomirim para fins de “turismo educativo”. Podemos vislumbrar como esta atividade seria desenvolvida a partir do discurso do reitor Stemmer:

Desejamos a ilha visitada por milhares de turistas. Não por turistas desorientados, que escrevem e jogam resíduos por toda parte, mas sim por turistas acompanhados e orientados por guias treinados. Está sem dúvida poderá ser uma tarefa interessante para os nossos estudantes de história, geografia ou letras, os quais, a par de ampliarem sua cultura no contato com o turista, poderão ter uma boa fonte de renda. Os turistas levarão assim, não só uma imagem de beleza natural da costa catarinense, mas também uma imagem da história e da cultura de nosso povo. Quem volta para casa, de uma visita à ilha de Anhatomirim, sem guia, pouco poderá contar. Porém, um bom guia, poderá contar muito, de cada prédio, de cada fortaleza, de cada pedra, de cada árvore desta ilha.¹⁰⁵

¹⁰⁴ BAYER, Ernani. Agosto de 1990. Entrevistador: Rosangela M. Machado, Florianópolis, Ago 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

¹⁰⁵ STEMMER, Caspar Erich. Discurso de abertura do seminário O Mar e Seus Recursos. Fortaleza de Anhatomirim (SC), 17 de março de 1980. O discurso na íntegra encontra-se transcrito no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

A proposta de Turismo Educativo prevista pelo professor Stemmer seria uma visita guiada por estudantes de História, Geografia, Letras, devidamente treinados para mostrarem ao visitante a “história e a cultura do nosso povo”, bem como as “belezas naturais da costa catarinense”. É uma proposta de vinculação entre as atividades desenvolvidas nos cursos oferecidos pela universidade, de diferentes áreas do conhecimento, à gestão do patrimônio – presente tanto na visita turística quanto no uso da fortaleza como laboratório, museu, local para aulas e cursos de verão.

Cyro Lyra considerava que “Anhatomirim tem uma vocação turística”, tanto pela sua localização quanto pelos edifícios que compõe o complexo fortificado – e sugeria que esta vocação deveria ser aproveitada, pela universidade, ao conciliar turismo e pesquisa científica:

Deveria ser feito um projeto, pela Universidade, conosco, com outros setores, inclusive com o setor de turismo do Estado ou então com empresários da área, onde fosse estudada a utilização simultânea de Anhatomirim como espaço científico e local turístico: um centro de excelência, um centro de pesquisa e ao mesmo tempo um local de visitação turística equipado.¹⁰⁶

O turismo educativo está presente também na narrativa de Maria de Lourdes de Souza¹⁰⁷, que participou da execução do projeto

¹⁰⁶ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

¹⁰⁷ Maria de Lourdes de Souza foi pró-reitora da Pró-Reitoria de Cultura e

“Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 Anos na História Brasileira” (1990-1992) como pró-reitora de Planejamento da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Em sua narrativa, analisa o potencial educacional das fortalezas catarinenses, naquele contexto.¹⁰⁸

O contingente populacional – o número de visitantes, atesta por si só que as Fortalezas deveriam ser restauradas e preservadas como laboratório vivo da cultura histórica de Santa Catarina. Afinal, é uma escola aberta, onde se aprende educação com lazer.

A educação para o turismo, para o mundo do trabalho, para a vida como um processo incrivelmente diversificado.¹⁰⁹

Chama a atenção a consideração que Maria de Lourdes de Souza faz sobre as fortalezas catarinenses: “laboratório vivo da cultura histórica de Santa Catarina”, uma “escola aberta” onde se aprende um tipo diferenciado de educação em que se aprende com lazer. Educação, cultura, restauração e turismo se entrelaçam indissociavelmente na

Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina entre 1989 e 1992, tendo atuado no Projeto “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 anos de História Brasileira”. É enfermeira, graduada na Escola de Enfermagem de Manaus desde 1968; possui o Mestrado, desde 1978, e Doutorado, desde 1982, em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente integra o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Enfermagem (PEN) da UFSC.

¹⁰⁸ A Universidade Federal de Santa Catarina estava assumindo a tutela também das fortalezas de Santo Antônio de Ratones e São José da Ponta Grossa naquele período. O Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 Anos na História Brasileira previa a restauração destas duas fortificações.

¹⁰⁹ SOUZA, Maria de Lourdes de. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

narrativa de Maria de Lourdes de Souza. É possível identificar de que tipo de laboratório e de qual “cultura histórica” ela se refere, quando discorre sobre algumas ações voltadas para a educação empreendidas pela universidade:

Sistematizar, documentar e divulgar conhecimentos – reconhecimento da história como componente da vida. Vários livros produzidos, revelando inclusive novos talentos, claro que este também é um compromisso da Universidade. Por outro lado, muitas pessoas (cidadãos brasileiros e do mundo) têm tido aulas ao vivo e a cores, num processo de universidade aberta, onde o conhecimento, a sensibilidade, tem sido estimulada, independente da escolaridade dos visitantes das Fortalezas.¹¹⁰

A narrativa de Maria de Lourdes de Souza também traz elementos semelhantes ao discurso de Stemmer quando este trata da oportunidade que a UFSC ofereceria aos estudantes de “ter uma boa fonte de renda” ao mesmo tempo em que ampliariam “sua cultura no contato com o turista”; em seu depoimento, ela também sinaliza o impacto socioeconômico causado pela UFSC ao assumir as fortalezas:

Vejam, pois, reconhecer e treinar lideranças para o turismo – guias criando novos mercados, não somente para os estudantes da universidade. O impacto não é só local, muitas pessoas vêm do interior do Estado de Santa Catarina como grupos organizados para visitar as Fortalezas. No verão, nem se fala, dá gosto de ver.

¹¹⁰ SOUZA, Maria de Lourdes de. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

Criação de oportunidades de trabalho para várias pessoas na área da construção civil. Além disso, desenvolvemos capacitação de mão de obra e geração de tecnologia para restauração de áreas construídas, patrimônios culturais.

Não se pode esquecer do acesso às Fortalezas! Mais oportunidade de trabalho, por exemplo, São José da Ponta Grossa é a única que está em terra, após a conquista de via de acesso fácil, melhorando a vida dos residentes da Praia do Forte e dos visitantes, em carro próprio ou nas várias “peruas de turismo”. Não é novidade também que se criou, em torno da Ilha de Anhatomirim e de Ratoles, linha fluvial.

Oportunidade de trabalho para os marítimos! Os pescadores maximizaram o uso de suas baleeiras e até escunas foram credenciadas na Capitania dos Portos para os passeios regulares de inverno e verão.¹¹¹

Maria de Lourdes de Souza conclui em seu depoimento que o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 Anos na História Brasileira “é uma Escola Viva, de Educação para o resgate dos valores culturais, para a vida e liberdade, sem perder de vista a economia e valores sociais, embora as Fortalezas em suas origens não tenham tido esta conotação”.¹¹²

A conciliação entre valores culturais e valores econômicos está presente na narrativa de Maria de Lourdes da Silva: à restauração, vincula a geração de empregos na construção civil e a “capacitação de mão de obra e geração de tecnologia para restauração de áreas

¹¹¹ SOUZA, Maria de Lourdes de. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

¹¹² SOUZA, Maria de Lourdes de. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

construídas, patrimônios culturais”, ou seja, a criação de “oportunidades de trabalho” ao mesmo tempo em que se investe na preservação do patrimônio histórico. Com relação ao turismo, aponta para o treinamento de guias, “criando novos mercados” e a formação de “grupos organizados para visitar as Fortalezas”, cujo acesso para visitar as fortalezas poder-se-ia dar tanto pela linha fluvial, por meio de baleeiras de pescadores ou por escunas, credenciadas pela Capitania dos Portos, ou, pela linha terrestre, “peruas de turismo” e outros meios de transporte; ou seja: ao mesmo tempo que promove a difusão dos valores históricos e culturais das fortalezas, com esta visitas, mais geração de emprego e renda.

A estes elementos de ordem programática, soma-se outro, de ordem subjetiva, presente na fala de Maria de Lourdes de Souza: o entusiasmo. Aqui é preciso levar em consideração que este depoimento foi dado em 1990, isto é, no ano em que as ações vislumbradas em sua narrativa começariam a “sair do papel”. Isso significa que as propostas de uso por ela descritas não necessariamente foram executadas, seja no âmbito do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, seja posteriormente; entretanto, serve-nos de parâmetro para analisar a natureza destas propostas.

Maria de Lourdes de Souza articula o Turismo Educativo em sua fala com a proposta de “educação para o turismo” – isto é, “aulas ao vivo e a cores” como forma de estimular o conhecimento e a sensibilidade de “cidadãos brasileiros e do mundo” independente da escolaridade. Mas que conhecimento é esse? É o conhecimento sistematizado, documentado e divulgado nos “vários livros produzidos”

pela universidade, o mesmo conhecimento que seria transmitido pelos estudantes, treinados como guias. A “universidade aberta” só o é, neste sentido, quanto à divulgação dos saberes ali produzidos, sem abrir mão da posição de monopólio da produção de saberes, sem abrir-se para outros saberes não acadêmicos.

Tomando como referencial os enunciados de E.P. Thompson (2002, p. 45), vemos a abertura da UFSC apenas no sentido de “uma porta de saída para o conhecimento e as competências”, sem, contudo, ser uma “uma porta de entrada para a experiência e a crítica”. Neste caso, a Academia não se abre para valorizar conhecimentos que não são produzidos no seu meio – ou, quando sinaliza para este caminho, não os considera com o mesmo valor. A obra de Uchoa e Macedo (1992), produzida no âmbito do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, é um claro exemplo disso: as experiências – os “causos” e as lendas contadas pelo povo catarinense – são *estórias*, não são valorizadas como História, conforme as práticas historiográficas naquele contexto.

Nesta perspectiva, o visitante da fortaleza *não conhece* nada sobre a história, a cultura, ou sequer tem parâmetros para se apropriar destes elementos, por si só, ao visitar o monumento – afinal, “sem guia, pouco poderá contar”. Neste caso, os estudantes seriam os *mais capacitados* para este tipo de visita turística, por serem detentores dos saberes privilegiados produzidos na universidade. Os guias seriam os responsáveis por *transmitir* estes saberes para os visitantes. Esta modalidade de turismo educativo reflete uma dada concepção de História que serve como matriz discursiva para o patrimônio, conforme analisamos no primeiro capítulo.

Uma ausência não pode deixar de ser notada, na narrativa de Maria de Lourdes de Souza. Não há menção alguma à proposta de transformar a Ilha de Anhatomirim em um centro de biologia marinha e estudos do mar. O que teria acontecido com essa ideia?

Cyro Lyra, em 1990, afirmava que a biologia marinha “realmente ainda não ocupou a Ilha”, pois ainda não haviam surgido condições “para que a área científica da Universidade assumisse a Ilha”; por isso, considerava que, à época, “Anhatomirim ainda é muito subutilizada”, pois, apesar de que “a Universidade tem assumido de forma brilhante, administrativamente”, por outro lado, “cientificamente, ela ainda não foi assumida pela comunidade universitária”.¹¹³

Antônio Diomário de Queiroz, que fora reitor da UFSC na gestão 1992-1996, responde que “a tentativa de transformar a ilha em um centro de pesquisas marinhas frustrara-se”,¹¹⁴ por uma série de dificuldades:

Em 1992, a grande questão que se colocava a nossa equipe de trabalho na Reitoria era como associar esse processo de restauração a uma efetiva utilização dos espaços reconquistados, viabilizando não só culturalmente, mas economicamente a preservação posterior dos monumentos. Concluídos os aportes de recursos da Fundação Banco do Brasil destinados especificamente para as obras, restava para a UFSC o ônus da manutenção do projeto, com

¹¹³ LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira. Julho de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

¹¹⁴ QUEIROZ, Antônio Diomário de. 11 set 2000. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

custos elevados de mão-de-obra, transporte e energia, além da manutenção difícil e de baixa confiabilidade do gerador próprio a óleo diesel que operava na ilha de Anhatomirim.¹¹⁵

Além disso, percebeu-se que “o acesso aos meios naturais de todo o ecossistema costeiro se fazia com mais facilidade a partir da própria Ilha de Santa Catarina”. Por outro lado, havia agora as despesas com a manutenção dos monumentos, o que levou a universidade a investir na consolidação das fortalezas no roteiro turístico da temporada de verão catarinense.

Procedida a análise do ponto de equilíbrio econômico das visitas às fortalezas, ficou clara a percepção de que a quantidade de 40.000 pessoas que procuraram as fortalezas em 1991 não seria suficiente para cobrir o total dos custos fixos do projeto, a não ser pela cobrança de taxa de turismo de preço inviável, dadas as condições precárias dos serviços oferecidos. Nosso desafio constituiu-se então em multiplicar o número de visitantes, melhorar as condições de acesso e permanência nos sítios históricos, e, ao mesmo tempo, ampliar a geração de recursos próprios e reduzir os custos fixos das operações. Para isso seria preciso integrar definitivamente as fortalezas ao roteiro turístico de Florianópolis, afirmando-as como uma opção segura e maravilhosa de turismo histórico e turismo educativo. [...] Já em 1995 foram registradas visitas de 145.000 pessoas às fortalezas e somente na temporada de verão de 1996 esse número foi superior a 100.000.¹¹⁶

¹¹⁵ QUEIROZ, Antônio Diomário de. 11 set 2000. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

¹¹⁶ QUEIROZ, Antônio Diomário de. 11 set 2000. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

A partir da narrativa de Diomário de Queiroz, pode-se dizer que houve uma opção pelo turismo, na Fortaleza de Anhatomirim, por questões econômicas: era preciso gerar recursos para preservar o patrimônio, através da manutenção do que fora restaurado. Entretanto, transformar a fortaleza de Anhatomirim em “uma opção segura e maravilhosa de turismo histórico e turismo educativo” integrada ao roteiro turístico de Florianópolis demandava outros investimentos, necessários para adequação do espaço a esse fim; afinal, “melhorar as condições de acesso e permanência” implica investir em transporte, manutenção, energia, obras.

A falta de recursos é uma constante no processo de patrimonialização da Fortaleza de Anhatomirim. Porém, a escolha pelo turismo precisa ser analisada para além da questão financeira. A transformação da fortaleza em ponto turístico do litoral catarinense, como opção de turismo cultural ou turismo educativo no verão catarinense, leva-nos a questionar: preserva-se o patrimônio para que haja visitação turística, ou há visitação turística para que o patrimônio seja mantido e preservado? Em outras palavras: qual o sentido dado ao bem cultural, pelo seu uso?

É pertinente para esta questão trazeremos as reflexões de Ramos (2008) sobre as práticas para com o patrimônio, na relação entre museus e sociedade de consumo. Ramos é crítico daquilo que Jean Baudrillard (1995, apud RAMOS, 2008) chama de “tempo dos objetos”, aonde “nunca houve, em nenhuma sociedade, uma relação tão próxima entre a maternidade e cemitério”: “objetos são criados em desespero contínuo,

para alimentar o consumo, igualmente desesperado”, e que, “depois de comprado, o objeto não deve ter vida longa: desgasta-se logo ou logo fica 'fora de moda’”, de modo que assistimos uma “proliferação incessante de objetos” (RAMOS, 2008, p. 181).

Neste sentido, Ramos critica que “alguns museus transformaram seus acervos em materiais de consumo visual, em conchavo com o 'tempo dos objetos’”:

Os museus, desse modo, embarcam na onda de consumo visual do patrimônio histórico, geralmente associado a um turismo predador. Daí as chamadas “políticas culturais” ficam reféns do “mercado”, para implementar a “indústria e o comércio dos bens simbólicos”. E tudo é feito como “construção da cidadania”, porque gera “emprego e renda”. Ora, o que muitas vezes acontece é que todo esse vocabulário que une cultura e economia vai minando aquilo que seria, dentro dessa mesma lógica do mercado, a “grande atração”: o conjunto dinâmico das peculiaridades culturais. (p. 184)

Ramos (2008, p. 184) é crítico das políticas culturais e de preservação do patrimônio que promovem “um esvaziamento do político em nome de estereótipos, daquilo que é posticho, artificial e oficial, e sobretudo daquilo que é passível de se transformar em 'material de consumo’”. Nesta perspectiva, “ao se transformar em *Shopping Center Cultural*, o museu e as políticas de preservação do patrimônio cultural perdem a força educativa, transformam-se em mais um bem de consumo rápido, conforme as exigências do mercado globalizado”.

Ramos toma como exemplo de *Shopping Center Cultural* em

seu texto o Pelourinho, em Salvador, o qual aproximamos, com as devidas precauções, ao caso da fortaleza de Anhatomirim:

É por isso que a intervenção no Pelourinho, em Salvador, por muitos chamada de “revitalização”, transformou a densidade histórica do lugar em passeio de turista. Aquilo que era marca do tempo, vestígio de muitos pretéritos, tornou-se um shopping center no estilo colonial, com um florescente comércio que fez dos prédios cenários de venda, com fachadas recompostas, repintadas e tudo destruído por dentro, para atender à necessidade da colocação de vitrines e balcões. (RAMOS, 2008, p. 186)

As políticas de preservação do patrimônio cultural para a fortaleza de Anhatomirim seriam orientadas para promover o “comércio dos bens simbólicos” - no caso, a própria fortaleza de Anhatomirim, através da visita? Seria a intervenção em Anhatomirim da mesma natureza que a do Pelourinho, analisada por Ramos? Lembramos aqui os critérios de originalidade e autenticidade pelos quais a fortaleza foi restaurada, procurando dar ao monumento as feições que teria tido no século XVIII, analisamos no segundo capítulo: nesta perspectiva, apropriados pela exploração do turismo, estas intervenções seriam como a construção de um estereótipo, do “posticho, artificial e oficial” para o “consumo visual do patrimônio histórico”.

A crítica não é ao turismo como prática socioeconômica em si, mas sim ao tipo de turismo colocado em prática: uma visitação que promove apenas o consumo visual do patrimônio histórico, ao tomar o bem cultural como um objeto ordinário na ordem dos bens de consumo,

que, após visitado, desgasta-se. Uma prática de turismo que, embora alcunhe-se “cultural”, promove apenas o artificial e o postiço.

Em contrapartida, Ramos (2008, p. 187) defende uma proposta para as políticas patrimoniais que parta do “direito à diversidade histórica, o direito à multiplicidade das memórias como pressuposto básico para a construção de um potencial crítico diante da nossa própria historicidade”. Nesta perspectiva, a tarefa do museu educativo “consiste em refletir sobre o que somos e o que podemos ser”. A sedução do museu educativo estaria na “aventura de criar condições para o pensamento livre e, por isso mesmo, comprometido com alternativas diante da lógica perversa do mercado”; por isso, “as vitrines do museu não podem ficar submetidas aos padrões de visibilidade das vitrines do comércio” (RAMOS, 2008, p. 185).

Na proposta defendida por Ramos (2008, p. 181), as “visitas educativas’ aos museus ou quaisquer outros ‘lugares de memória’” deveriam ter como ponto de partida o estatuto atual do objeto na sociedade de consumo, pois o “pressuposto básico de qualquer atividade relacionada ao uso de objetos em aulas de história” deveria ser o enfrentamento da sociedade de consumo, a medida que a consciência histórica trata de “várias tramas entre pretérito e presente, sem esquecer do campo de expectativas ligado ao futuro”.

Com isso, somos levados a refletir sobre os usos dados à Fortaleza de Anhatomirim, especialmente a prática do turismo – seja ele denominado “turismo cultural”, “turismo histórico”, “turismo educativo”. Para isso, é preciso analisar como a fortaleza de Anhatomirim fora promovida, naquele contexto, a fim de identificarmos

qual sentido tem sido dado ao patrimônio: como *bem de consumo*, ou com *bem cultural*.

A Fortaleza de Anhatomirim nos jornais catarinenses

“A União faz o forte”. É o que diz a chamada de um anúncio publicado pelo jornal O Estado, em 11 de maio de 1989, dando visibilidade às entidades públicas e privadas parceiras na restauração das fortalezas catarinenses, no contexto do projeto “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 Anos de História Brasileira”: Cassol, Coca-Cola, Bamerindus, Koerich, WEG, Souza Cruz, BESC, Implac, Portobello, Pedrita.

Graças às empresas acima, os Fortes construídos pelos portugueses há 250 anos serão recuperados. Numa ação conjunta do SPHAN/Pró-Memória, UFSC, ACIF, Marinha, Exército, Prefeituras de Florianópolis, Palhoça e Governador Celso Ramos, parte dos fundos necessários foram levantados para a arrancada final. Com este decisivo apoio da iniciativa pública e privada, está assegurada a recuperação do conjunto de obras portuguesas de maior valor histórico e monumental do sul do país.¹¹⁷

¹¹⁷ A UNIÃO faz o forte. **O Estado**. Florianópolis, 11 maio 1989. [s.p.]. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

CASSOL - COCA COLA - BANERINDUS - KÖRNICH - WEG - SOUZA CRUZ - DE SC - WPLAC - PORTINELLO - PEREIRA



A UNIÃO FAZ O FORTE.

Gracias às empresas acima, os Fortes construídos pelos portugueses há 250 anos serão recuperados.

Numa ação conjunta do SPHAN/Pia Memória, UFSC, ADF, Marinha, Exército, Prefeituras de Florianópolis, Palhoça e Governador Celso Ramos, parte dos fundos necessários foram levantados para a arrematada final.

Com este decisivo apoio da iniciativa pública e privada, está assegurada a recuperação do conjunto de obras portuguesas de maior valor histórico e monumental do sul do país.



FLORIANÓPOLIS
VALE A PENA
PROPAGUE

Figura 14: "A união faz o forte". *O Estado*. Florianópolis, 11 maio 1989. [s.p.]. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

O texto desta chamada contém elementos comuns às diversas publicações dos jornais catarinenses, entre 1989 e 1991. A restauração das fortificações catarinenses ganha relativo destaque nos jornais, com notícias sobre o andamento das obras, inaugurações, as ações que estavam sendo desenvolvidas pela UFSC e entidades parceiras.

Este anúncio do jornal *O Estado* traz bem especificado quais entidades estão envolvidas na *recuperação* – em outros casos, *resgate*,

ou *reconstituição* – da fortaleza de Anhatomirim, o que nem sempre acontece. A maioria das publicações menciona apenas a Universidade Federal de Santa Catarina, apontada como a instituição à frente do processo e responsável pela restauração deste bem cultural – ideia que já problematizamos no primeiro capítulo.

Qual a importância de assegurar “a recuperação do conjunto de obras portuguesas de maior valor histórico e monumental do sul do país”? Em outras palavras: para qual sentido a restauração do monumento estes jornais apontam? Como as fortalezas catarinenses são promovidas, nestas matérias jornalísticas? Quais elementos tais publicações ressaltam – e como ressaltam – como atrativo do monumento, para o público leitor?

Os jornais catarinenses analisados são o *Diário Catarinense*, *O Estado*, *A Notícia* e *Jornal de Santa Catarina*, os dois primeiros de Florianópolis, os demais de Joinville e Blumenau, respectivamente; analisamos também uma publicação no jornal *Correio do Povo*, de 1981. As matérias destes jornais analisadas são recortes preservados no acervo do Iphan de Florianópolis.¹¹⁸

A fortaleza de Anhatomirim é apresentada nos jornais catarinenses de duas maneiras, sazonalmente: na temporada de verão, Anhatomirim é apresentada como um ponto turístico do verão catarinense, uma opção de lazer que também oferece uma opção cultural, pelo *valor histórico* da fortaleza. Nos demais meses do ano, os jornais noticiam o andamento das obras de restauração e as ações

¹¹⁸ Reconhecemos que é possível que haja outras publicações a respeito das fortalezas catarinenses em outros jornais as quais não tivemos acesso, e, por isso, não foram incluídas na pesquisa devido às limitações do nosso alcance.

desenvolvidas pela Universidade Federal de Santa Catarina na dita ilha.

Alguns temas são comuns à maioria das publicações sobre a fortaleza: ações voltadas para a pesquisa e o ensino, a guarda e preservação do patrimônio histórico e o turismo educativo – nem sempre relacionados uns aos outros. A Universidade Federal de Santa Catarina é citada como entidade mantenedora e responsável pela administração de cada um destes temas, em suas ações; porém, são abordados de forma desvinculada entre si, como se fossem ações diferentes.

Quando se trata das obras de restauração, os jornais empregam termos como “resgate histórico” e “recomposição histórica da Ilha”; o “resgate” é justificado como pautado por pesquisas, com o intuito de precisar as funções que as edificações da fortaleza tiveram no passado. Deste modo, os jornais acabam reproduzindo a ideia de que seria possível restaurar as edificações que compõe o complexo fortificado da Ilha conforme o aspecto que tinham quando da sua construção, no século XVIII, conforme analisamos no segundo capítulo. Porém, tais pesquisas não possuem nenhuma relação com as ações de pesquisa e ensino desenvolvidas pela UFSC: a História não é vinculada à pesquisa científica; é utilizada como aporte para explicar a origem do monumento, relacionada às datas e marcos da “História do Brasil”. O *valor histórico* da fortaleza é evocado quando se trata de justificar a iniciativa de restaurar os edifícios daquele espaço. Quando os jornais falam das ações de pesquisa e ensino, mencionam o projeto de constituição de um centro de biologia marinha na Ilha de Anhatomirim.

O turismo educativo é uma das ações desenvolvidas pela universidade na Ilha de Anhatomirim; entretanto, os jornais apenas

reproduzem o discurso dos coordenadores e outros atores sociais da universidade, ou os objetivos expressos no projeto “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de História Brasileira”. Não é dado a conhecer o que conceituaria o turismo educativo, nem por quais parâmetros se pauta. Esta modalidade, porém, é desvinculada do turismo como prática de lazer próprio da temporada de verão. Nesta temporada, a UFSC é retratada apenas como responsável por zelar pela manutenção das construções e garantir o acesso à ilha.

A maneira como a fortaleza de Anhatomirim é apresentada nos jornais catarinenses reflete o sentido dado a este bem cultural, a partir do processo de patrimonialização. O que identificamos nestas publicações é a difusão de saberes relacionados às fortalezas, ideias e concepções sobre a patrimonialidade do monumento que mobilizam tanto o seu *valor histórico* como o seu *valor econômico*, como opção turística do litoral catarinense. Os jornais não informam, apenas, sobre o andamento das obras ou programações com atividades de verão: tomam parte, ativamente, na formação de uma opinião na sociedade catarinense sobre a fortaleza de Anhatomirim, reproduzindo o discurso dos agentes envolvidos no processo de patrimonialização da fortaleza.

A pequena, histórica e turística Ilha de Anhatomirim

“Anhatomirim reúne ciência e turismo num plano pioneiro”, é o título da matéria jornalística publicada pelo jornal Correio do Povo, de 23 de agosto de 1981.¹¹⁹ O artigo dá visibilidade à presença da

¹¹⁹ ANHATOMIRIM reúne ciência e turismo num plano pioneiro. Correio do Povo. Jaraguá do Sul, 28 ago 1981, [.sp.]. Acervo do Iphan (Florianópolis),

Universidade Federal de Santa Catarina na fortaleza de Anhatomirim, nestes termos:

A pequena, histórica e turística Ilha de Anhatomirim, bem próxima à Ilha-Capital, está se transformando num dos mais importantes centros de estudos do mar da região Sul do País. Ali, a Universidade de Santa Catarina, com apoio direto do MEC implantou um complexo de projetos específicos – pioneiros em suas características, no Sul – que vão desde a profunda análise das ciências oceanológicas ao aproveitamento e preservação do patrimônio histórico e turístico local.¹²⁰

Deste artigo, destaco a maneira como o uso turístico da fortaleza é naturalizado ao caracterizá-la como “pequena, histórica e turística”; nestes termos, a vinculação turística parece como inerente à própria condição de patrimônio deste bem. Embora não vá além em explicitar como e por que a universidade assumiu o monumento, também simplifica a parceria estabelecida entre a universidade e demais entidades ao mencionar genericamente o Ministério de Educação e Cultura. Entretanto, aborda, como prediz no título, como as ações que vinham sendo desenvolvidas pela universidade reuniam ciência e turismo:

Na expressão dos responsáveis pelo projeto Anhatomirim, o que ali tem sido feito “une a necessidade de incentivar pesquisas orientadas a

Pasta 74.

¹²⁰ ANHATOMIRIM reúne ciência e turismo num plano pioneiro. Correio do Povo. Jaraguá do Sul, 28 ago 1981, [sp.]. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 74.

contribuir ao manejo racional dos recursos do mar. Além desse aspecto, visa oferecer oportunidade de valorizar e respeitar nosso acervo cultural, assim como as riquezas da fauna e flora marinhas, dirigindo esses estudos às finalidades de pesquisa, e ensino e extensão universitária”.¹²¹

O jornal não identifica os responsáveis pelo projeto Anhatomirim ao qual se refere. São estes “anônimos” coordenadores que são citados para explicitar os objetivos das ações da universidade, e a maneira como pretendiam desenvolvê-las – dentre as quais, as pesquisas voltadas para as ciências oceanológicas:

O tipo de pesquisa que se desenvolve na ilha, que recebe muitos visitantes por semana, inclui planejamento, programação e execução de atividades no meio marinho, assessoramento em problemas de ecologia marinha e poluição aquática, estágios a nível de disciplina de Biologia Marinha, efetivação de eventos científicos nacionais e internacionais e publicação de resultados de pesquisas realizadas, através de livros didáticos e artigos de extensão oceanológica.¹²²

O artigo identifica como ações de cunho *científico* por parte da Universidade apenas aquelas voltadas para a Biologia Marina e Oceanografia. As demais ações voltadas para a preservação do patrimônio e a cultura não são identificadas como *científicas* – o que nos

¹²¹ ANHATOMIRIM reúne ciência e turismo num plano pioneiro. Correio do Povo. Jaraguá do Sul, 28 ago 1981, [.sp.]. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 74.

¹²² ANHATOMIRIM reúne ciência e turismo num plano pioneiro. Correio do Povo. Jaraguá do Sul, 28 ago 1981, [.sp.]. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 74.

permite inferir que, na concepção do autor da matéria (não identificado), as áreas do conhecimento que dialogam com estas práticas – História, Arquitetura, etc. – são secundarizadas, não são ciências. Ao longo do texto o destaque à pesquisa, ensino e extensão universitária recai sobre os estudos do mar, legando as ações voltadas para a cultura em segundo plano.

A matéria jornalística vincula as atividades que vinham sendo desenvolvidas pela UFSC em Anhatomirim ao *turismo educativo*, embora não o conceitue; apenas descreve que tipos de ações estão voltadas para este fim. Uma destas ações era o “treinamento de guias, organização de exposições de arqueologia, artesanato e história da Ilha, através do Museu Universitário, além da implantação de aquários marinhos, exposições e palestras sobre oceanologia”. Porém esta é apenas uma das “possibilidades de uso ativo do monumento”; nem tudo o que o artigo coloca como turismo está relacionado ao turismo educativo. Esta relação pode ser identificada nestes dois parágrafos:

Ainda de acordo com os responsáveis pelo complexo, a importância do projeto se amplia com as múltiplas possibilidades de uso ativo dos monumentos que perfazem um total de 2.687 metros quadrados, abertos a todas as áreas. Esse centro de estudos “vivo”, possibilitará “um fluxo permanente de benefícios à comunidade catarinense, com posterior projeção internacional, quando atingir a população turística flutuante do Brasil. Para viabilização das obras, o complexo tem um prazo determinado de cinco anos, mas com uma operacionalidade permanente, sendo que a execução dos diversos objetivos do projeto é feita por três órgãos: o Instituto de Ciências do mar, o museu universitário e pela própria

administração do complexo”.

O Instituto constitui-se numa unidade básica, orientada ao conhecimento e preservação dos recursos naturais do litoral catarinense; o museu apoia o ensino e pesquisa e atenderá também o turismo educativo; por sua vez, a administração da ilha é responsável pela tutela e guarda do patrimônio histórico do local.¹²³

A matéria constrói a ideia de que o turismo educativo é uma modalidade de visita voltada para as atividades científicas em Anhatomirim, isto é, a transmissão dos resultados das pesquisas que viriam a ser feitas no local, dentro da Oceanografia e a Biologia Marinha; em outras palavras, uma “aula a céu aberto”, aprendendo ao vivo o que se aprenderia na sala de aula, vendo na prática o que estaria representado nos livros didáticos ou acadêmicos. Outro exemplo de turismo educativo seria a realização de eventos e seminários, estes voltados para um público acadêmico, porém, egresso das áreas citadas. Este cenário pintado pelo jornal *Correio do Povo* é semelhante àquele apresentado por Stemmer em seu discurso de abertura do seminário *O mar e seus recursos*, ocorrido no ano anterior a esta publicação.

A guarda do patrimônio histórico do local são vinculados antes ao turismo que à pesquisa e ensino; a administração da ilha e o museu aparecem com incumbências diferentes, neste sentido, sendo que a matéria não é mais específica em termos de como se daria este apoio. Não é possível inferir se esta conotação parte do editor da matéria ao citar os coordenadores do projeto, ou se é uma ideia presente nos

¹²³ ANHATOMIRIM reúne ciência e turismo num plano pioneiro. *Correio do Povo*. Jaraguá do Sul, 28 ago 1981, [.sp.]. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 74.

responsáveis.

O turismo aparece também como o motivador de uma série de melhorias empreendidas na ilha de Anhatomirim, para adequação daquele espaço: a montagem de “toda a infra-estrutura básica do complexo” – a instalação de rede de água, luz e telefone, a “recuperação dos monumentos históricos do local, antiga fortaleza dos tempos da colonização açoriana”, e a aquisição e emprego de duas embarcações, uma lancha e uma baleeira, para transporte de “estudiosos e turistas”.

O caráter destas obras não é o mesmo que das obras de restauração em Anhatomirim, que são descritas nesta matéria como “recuperação integral do paisagístico local”, como uma parte dos objetivos do “projeto Anhatomirim”:

Hoje, estão em fase de execução, os aquários marinhos, a recuperação dos objetos históricos – muitos dos quais submersos – iluminação dos monumentos, controle de erosão. A curto prazo está prevista a construção de um trapiche, recuperação das “vigias”, sinalização da ilha, recuperação da antiga estação telegráfica e o treinamento de guias turísticos.¹²⁴

O jornal afirma que, para isso, a universidade contava com o apoio de “diversos órgãos federais, estaduais”, embora não explicita quais; “diversos órgãos e setores da capital, desde a ligação elétrica (do Continente), até a mão-de-obra de presidiários da penitenciária do Estado”; inclusive a Unesco, “dada a relevância do projeto”.

¹²⁴ ANHATOMIRIM reúne ciência e turismo num plano pioneiro. Correio do Povo. Jaraguá do Sul, 28 ago 1981, [sp.]. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 74.

A matéria não é mais clara no sentido de explicitar qual o envolvimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na recuperação da “antiga fortaleza dos tempos da colonização açoriana”, dos “monumentos históricos do local”, dos “objetos históricos” – como as “vigias” e a “antiga estação telegráfica”. A redação do texto, ignorando a relação destes termos entre si nos dão a identificar a pouca familiaridade do autor com o local em questão, bem como com a temática desta área.

Chama a atenção que este jornal não relaciona as obras de restauração da fortaleza ao seu “valor histórico”, mas sim ao uso que se pretendia dar àquele espaço; o sentido histórico é deixado de lado em detrimento da proposta de uso voltado à “ciência e turismo”. A ancianidade das construções, ou o fato de nesta ilha ter funcionado uma fortificação militar, sequer ganha destaque na matéria; o *valor histórico* é vinculado antes à cultura que à ciência, à pesquisa e ensino.

O turismo é naturalizado a medida que a matéria se limita a afirmar que a ilha recebe muitos visitantes. Como informa a legenda de uma das fotografias que ilustram a publicação: “Monumentos são atração turística”. Entretanto, o artigo não dá a entender o que atrai tantos visitantes àquele local, ou, o aparato que visibilizou a ilha de Anhatomirim a se constituir como tal. Permanece o juízo apresentado na legenda da outra fotografia: “Complexo fica num belo local”.

A sua própria população já descobriu a cidade?

Uma coluna do Diário Catarinense de 4 de abril de 1989 traz

uma interessante provocação feita pelo então secretário do Planejamento de Florianópolis, Marcondes de Mattos¹²⁵:

O secretário do Planejamento afirma que “o povo por uma deformação cultural quer tudo da cidade e dos poderes públicos”. Segundo ele, “chegou a hora de todos darem uma parte à cidade num processo de mão dupla. Receber e também dar assumindo uma série de responsabilidades para com a cidade, já que os poderes públicos estão absolutamente incapacitados em assumir todas as tarefas. A cada dia que passa mais pessoas descobrem Florianópolis. Mas a sua própria população já descobriu a cidade?”, pergunta ele.¹²⁶

¹²⁵ Fernando Marcondes de Mattos (13 dez 1938) é um empresário e político catarinense. É Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1961). Foi professor de Economia da UFSC (1962-1980). Foi Assessor Técnico do Governo do Estado de Santa Catarina (1962 a 1965). Foi Assistente Técnico do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (1962 a 1965); Foi técnico do Conselho de Desenvolvimento de Extremo-Sul – Codesul (1963 a 1965); Foi Diretor Financeiro da Sociedade Termoelétrico de Capivari S.A – Sotelca (1965 a 1971); Foi Diretor Financeiro da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul (1969 a 1973); Foi Secretário de Planejamento do Município de Florianópolis (1988); Foi Secretário de Estado do Planejamento e Fazenda de Santa Catarina no período de 15 de março de 1991 até 18 de novembro de 1992). Foi Diretor Presidente da Santinvest S/A (1980 a 1983). Foi fundador e Presidente da Protur – Fundação Pro-Turismo de Florianópolis (1988 a 1990). Foi Presidente do Fórum Permanente de Turismo de Florianópolis (1994 a 1998). É fundador e Diretor Presidente da INPLAC – Indústria de Plásticos S/A, de Biguaçu (Grande Florianópolis). É dono do empreendimento Costão do Santinho.

Foi candidato a vice-governador de Santa Catarina nas eleições de 1986 pelo PFL, cujo candidato a governador era Wilson Pedro Kleinübing; não foram eleitos.

¹²⁶ FORTES vão ser recuperados. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 04 abr 1989 [s.p.]. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

O jornal responde à provocação da seguinte maneira:

Como poucas cidades do mundo, Florianópolis tem uma enorme vocação para o turismo. A campanha propõe que o turismo seja incentivado, totalmente planejado, moderno e lucrativo, trazendo muitos empregos e divisas como nos países mais desenvolvidos no mundo que geram lucros, enchem os hotéis e esvaziam as prateleiras.¹²⁷

A citada campanha, chamada “Florianópolis Vale a Pena” tinha duas ações práticas: uma, o projeto Adote uma Praça; a outra ...

É a recuperação dos fortes construídos pelos portugueses há exatamente 250 anos e que representam a obra de maior valor histórico e arquitetônico deixados pelos portugueses no Sul do Brasil. No próximo domingo, na Ilha de Santa Cruz de Anhatomirim, as oito empresas catarinenses que destinarão NCz\$ 65 mil à restauração assinarão convênio com o SPHAN/Pró-Memória, que aplicará mais NCz\$ 65 mil durante o ano. Os cerca de NCz\$ 200 mil ainda necessários estão sendo negociados junto à Fundação do Banco do Brasil, diz Marcondes de Mattos.¹²⁸

Ao relacionar a recuperação dos fortes ao incentivo e planejamento de um turismo “moderno e lucrativo”, dentro da representação de Florianópolis como uma cidade de “enorme vocação para o turismo”, o Diário Catarinense responde à provocação “A própria

¹²⁷ FORTES vão ser recuperados. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 04 abr 1989 [s.p.]. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

¹²⁸ FORTES vão ser recuperados. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 04 abr 1989 [s.p.]. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

população descobriu a cidade?” Com a comercialização da cultura (vinculando a cultura ao turismo) em detrimento de valorização da identidade e cultura local. Desta maneira, a “obra de maior valor histórico e arquitetônico deixados pelos portugueses no Sul do Brasil” é valorizada a partir do interesse econômico.

Não temos acesso às palavras originais de Marcondes de Mattos, apenas ao que ficou registrado nesta coluna do Diário Catarinense; desta forma, não nos é possível inferir sobre a ideia original do secretário quanto à “descoberta da cidade” pela população local. Problematizemos: a que cidade o secretário Marcondes de Mattos e o Diário Catarinense se referem? À qual Florianópolis a população local deveria descobrir: a cidade das oportunidades, das potencialidades de exploração econômica (turismo) - vinculada ao projeto de modernização e urbanização, ou a cidade *vivida e experienciada* por esta população, em todos os seus sentidos?

Esta discussão, a partir da coluna do Diário Catarinense, nos possibilita identificar a conciliação entre o valor econômico e o valor cultural, presente nas práticas de preservação para além da “esfera estritamente cultural”, que procurava “revelar nos bens culturais sua dimensão de produtores de valor econômico”; a ênfase, neste caso, recai sobre o potencial turístico destes bens culturais, prevalecendo a sua abordagem como “matéria-prima para a atividade turística” em detrimento de “referências para a busca de soluções adequadas ao processo de desenvolvimento brasileiro” (FONSECA, 2009, p. 156, 170). Em se tratando das fortalezas catarinenses, dentre as quais a Fortaleza de Anhatomirim, esta conciliação não se deu de maneira

harmoniosa, mas conflituosa, permeada por disputas de interesses dos diversos atores sociais envolvidos.

São questões que nos aproximam do fenômeno do “novo cercamento das áreas comuns” analisado por Žižek (2011): a identidade e a cultura são valorizadas especialmente na condição de “bens” que podem ser comercializados, ressignificados como produtos exóticos a partir dos interesses de mercado.

Último telegrafista dos 250 anos da Ilha de Anhatomirim

“Último telegrafista dos 250 anos da Ilha de Anhatomirim” é o título da matéria publicada pelo Jornal “O Estado” em 5 de agosto de 1989, referindo-se a Manoel Domingos Costa, sujeito que trabalhou na estação telegráfica que funcionou na Fortaleza de Anhatomirim. A matéria vem com o seguinte subtítulo: “Manoel Domingos tem como o grande desejo voltar a Ilha que hoje está restaurada totalmente pela UFSC”;¹²⁹ entretanto, embora enuncie o telegrafista, o texto se detém muito mais nas ações desenvolvidas pela UFSC para com o monumento histórico.

A restauração da fortaleza ganha destaque positivo no jornal, que expressa o espetáculo visual nestas palavras: “A Ilha vai surpreender o telegrafista [...] Ele não imagina o quanto ela está bonita e bem cuidada pela Universidade que mantém lá 15 servidores, entre eles 4 vigias. Os visitantes sempre se admiram com a beleza da Ilha. Só nesta

¹²⁹ ÚLTIMO telegrafista dos 250 anos da Ilha de Anhatomirim. Manoel Domingos tem como o grande desejo voltar a Ilha que hoje está restaurada totalmente pela UFSC. **O Estado**. Florianópolis, 5 ago 1989, p. 28. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

última temporada a Ilha recebeu 15 mil visitantes”.¹³⁰ O jornal atribui à UFSC a responsabilidade pela restauração do monumento, secundarizando a participação das outras entidades parceiras ao dizer que o projeto de recuperação desta e das outras quatro fortificações “tem apoio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Marinha, Exército e outras entidades”. Ao falar em apoio, a publicação distorce o sentido do convênio firmado entre estas instituições.

Qual papel este “surpreso telegrafista” desempenharia na fortaleza restaurada? Segundo a publicação jornalística, ele seria uma “peça importante” em ação empreendida pela UFSC:

Ele tem mais histórias para contar e vai ser peça importante na campanha que a Divisão de Turismo Educativo, do Departamento de Apoio à Extensão da UFSC, pretende lançar em outubro para resgatar a memória do Anhatomirim. Fotos, fatos e histórias serão reunidas a partir das comemorações dos 250 anos da construção da Fortaleza, em outubro.¹³¹

Quais histórias o sr. Manoel Domingos teria para contar? O jornal dá uma amostra de quais seriam estas “histórias para contar”, apresentando a trajetória de vida deste sujeito com a história da fortaleza, por meio dos anos em que serviu na estação telegráfica.

¹³⁰ ÚLTIMO telegrafista dos 250 anos da Ilha de Anhatomirim. Manoel Domingos tem como o grande desejo voltar a Ilha que hoje está restaurada totalmente pela UFSC. **O Estado**. Florianópolis, 5 ago 1989, p. 28. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

¹³¹ ÚLTIMO telegrafista dos 250 anos da Ilha de Anhatomirim. Manoel Domingos tem como o grande desejo voltar a Ilha que hoje está restaurada totalmente pela UFSC. **O Estado**. Florianópolis, 5 ago 1989, p. 28. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

No ano em que Manoel foi destacado para a Ilha havia lá um contingente de 30 fuzileiros navais, lembra o telegrafista. Como o trabalho era pouco, além das suas tarefas de informar à Capitania dos Portos sobre a presença de algum navio fundeado nas proximidades da Ilha ou da solicitação de socorro médico, sempre que alguma pessoa adoecia na Fortaleza, Manoel ensinava as crianças lá residentes a ler e escrever.¹³²

Embora a primeira vista pareça que a matéria aponte para a valorização da memória de um sujeito que participou da história daquele lugar, esta é a última vez em que Manoel Domingos é citado no texto. Os outros quatro parágrafos da matéria abordam ações voltadas para a restauração das fortalezas e o desenvolvimento do *turismo educativo* nestes espaços.

O sr. Manoel não era o único que tinha “histórias para contar”, neste ínterim. A publicação aponta para outros sujeitos que tinham outras histórias para contar: os guias turísticos, treinados em curso oferecido pela Divisão de Turismo Educativo da universidade:

Dos 86 guias turísticos que se apresentaram na Divisão de Turismo Educativo, 12 foram selecionados para um curso que incluía também aulas de enfermagem (primeiros socorros), arquitetura e história. Todos universitários e são esses guias que se encarregam agora de orientar e instruir o turista sobre os mistérios e a beleza de

¹³² ÚLTIMO telegrafista dos 250 anos da Ilha de Anhatomirim. Manoel Domingos tem como o grande desejo voltar a Ilha que hoje está restaurada totalmente pela UFSC. **O Estado**. Florianópolis, 5 ago 1989, p. 28. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

A Divisão de Turismo Educativo não seria responsável apenas pelo treinamento de guias; isto é: as ações desenvolvidas por esta divisão abarcariam tanto o turismo, quanto a educação. Embora o jornal não explicita o que seria este *turismo educativo*, podemos identificar quais ações desenvolvidas pela UFSC o jornal O Estado relaciona à tal prática.

Além desta linha turística da Ilha, a Divisão desenvolve o Projeto Turismo educativo da UFSC, recepcionando escolas (alunos e professores) que querem conhecer a campus, passando pelo Planetário (onde as sessões são sempre aplaudidas), o Museu, o Anatômico, o Horto Botânico e o NAI, com direito a almoço no Restaurante Universitário. Estudantes de vários municípios catarinenses já visitaram o campus, e diariamente a Divisão recebe pedidos e informações para novas visitas, mostrando a necessidade de ampliar o número de pessoal que dá apoio ao turismo da UFSC.¹³⁴

O turismo educativo seria, portanto, uma prática de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada à pesquisa e ao ensino, com o intuito de visibilizar ao público externo as produções da universidade, voltadas para algumas áreas do conhecimento. Trata-se de

¹³³ ÚLTIMO telegrafista dos 250 anos da Ilha de Anhatomirim. Manoel Domingos tem como o grande desejo voltar a Ilha que hoje está restaurada totalmente pela UFSC. **O Estado**. Florianópolis, 5 ago 1989, p. 28. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

¹³⁴ ÚLTIMO telegrafista dos 250 anos da Ilha de Anhatomirim. Manoel Domingos tem como o grande desejo voltar a Ilha que hoje está restaurada totalmente pela UFSC. **O Estado**. Florianópolis, 5 ago 1989, p. 28. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

uma visita a um local – à Ilha de Anhatomirim, ao Planetário, ao Museu, ao Anatômico, ao Horto Botânico, ao NAI – com um sentido pedagógico de interesse científico.

Assim, problematizamos: o que seria o *turismo educativo* na Ilha de Anhatomirim? Como – ou, *o que* – os guias treinados pela UFSC estariam orientados a instruir “sobre os mistérios e a beleza de Anhatomirim”, em termos de Arquitetura e História? Quais “fotos”, quais “fatos” e quais “histórias” ganham espaço nestas visitas guiadas teriam espaço na “orientação e instrução” dos guias turísticos para os visitantes da fortaleza? Qual seria o papel das muitas “histórias para contar”, como a do ex-telegrafista Manoel Domingos Costa, dentro da campanha promovida pela Divisão de Turismo Educativo?

Identificamos nesta ação de Turismo Educativo a ideia de “universidade aberta” presente na narrativa de Maria de Lourdes de Souza, a qual problematizamos a partir da reflexão de E. P. Thompson (2002, p. 45) sobre Educação e experiência: a UFSC promoveu uma abertura no sentido de ser “uma porta de saída para o conhecimento e as competências” a medida que os guias seriam treinados para reproduzir a História como conhecimento produzido no âmbito acadêmico; porém, sem ser “uma porta de entrada para a experiência e a crítica”, a medida que o testemunho de pessoas como Manoel Domingos Costa não teriam a mesma valorização que o registro historiográfico, ou, tendo espaço apenas à medida que corrobora com a narrativa oficial – ou seja, apenas de maneira ilustrativa, assim como aparece nesta matéria jornalística.

Abaixo a farofa

O jornal O Estado traz uma chamada curta, porém inusitada, em sua edição de 14 de dez 1989: “A UFSC está muito interessada que mais pessoas visitem a ilha de Anhatomirim e pede, educadamente a todas aquelas que pretendem passar um dia, que levem um lanche e tomem cuidado com o lixo. Avisa também que está proibido, terminantemente, assar churrasco na grama da ilha”; e termina: “Farofeiro em Anhatomirim, como se vê, é persona non grata”.¹³⁵

Aqui nesta pequena chamada, identificamos uma medida de educação da visita. A medida que o visitante precisa ser educado e civilizado para que possa usufruir do monumento de maneira adequada, significa reconhecer que este visitante – a população local? O turista? – não sabe cuidar do seu patrimônio, como deveria. É uma noção que repercute o discurso de que a fortaleza de Anhatomirim estava abandonada e arruinada porque a população não sabia dar-lhe o devido valor, e reconhecer o valor deste bem cultural.

Anhatomirim e a temporada de verão

Em 1989, a Universidade Federal de Santa Catarina realizou uma programação especial de abertura da temporada de verão na Ilha de Anhatomirim. O *Jornal de Santa Catarina*, o *Diário Catarinense* e *A Notícia* trouxeram em suas edições de dezembro daquele ano matérias sobre esta programação; porém, cada um destes jornais apresentava este

¹³⁵ ABAIXO a farofa. **O Estado**. Florianópolis, 14 dez 1989, p. 12. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

evento de maneira diferente: ora enfatizando o aspecto cultural, ora destacando as atividades de verão.

O Jornal de Santa Catarina, de Blumenau noticia em 05 de dezembro a programação promovida pela Universidade Federal de Santa Catarina enfatizando as “atividades de verão na Ilha de Anhatomirim”, com as quais relaciona a restauração de edifícios da fortificação:

Com a finalidade de iniciar as atividades de verão na Ilha de Anhatomirim, o Departamento de Apoio à Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina promove no próximo sábado, dia 9 de dezembro, a partir das 10 horas, a abertura do verão em Anhatomirim. Consta na programação a apresentação de grupos de capoeira, edição do projeto criança na Ilha e mais uma etapa do campeonato catarinense de motonáutica com as baterias “velocidade e slalon”.

Também faz parte da programação, o lançamento da primeira etapa da restauração de três casas na Ilha. A reconstrução está contemplada no projeto de “Restauração de Fortalezas na Ilha de Santa Catarina 250 anos de História”, financiado pela Fundação Banco do Brasil.¹³⁶

De acordo com o texto da matéria, o lançamento da próxima etapa de restaurações faz parte da programação apenas; a programação teria como objetivo principal a temporada de verão em Anhatomirim, o que ganha destaque, neste evento, com atrações culturais (capoeira) ao lado de competições de esportes náuticos. Com isso, Anhatomirim é apresentada como uma opção de turismo onde cultura, esportes náuticos e lazer de verão – praia – andam juntos.

¹³⁶ INICIA temporada em Anhatomirim. **Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, 5 dez 1989, p. 9. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

O jornal *A Notícia*, de Joinville, noticia este mesmo evento em sua edição de 8 de dezembro. Aqui, o objetivo da UFSC seria o de “divulgar o patrimônio cultural restaurado como processo educacional”.¹³⁷ A ideia é reforçada na legenda da fotografia publicada: “Promoção busca divulgar o patrimônio cultural restaurado há pouco para incrementar o processo educacional”.¹³⁸

O *Diário Catarinense* segue na mesma linha que o *A Notícia*, em matéria de 9 de dezembro ao afirmar que “conforme os organizadores, o objetivo do encontro é divulgar o patrimônio cultural restaurado como processo educacional, além de informar sobre o reinício das restaurações e prospecção arqueológica”. Entretanto, pelo fato de que esta matéria fora publicada na sessão “Variedades” deste periódico, com o título “Verão na Ilha de Anhatomirim”, também é possível identificar Anhatomirim como uma opção de turismo onde cultura e o lazer estariam vinculados.

A forma como os jornais noticiam a programação de abertura do verão em Anhatomirim reflete os diferentes sentidos dados ao monumento, a partir da sua patrimonialização: a fortaleza de Anhatomirim é um bem cultural tombado, restaurado e mantido pela Universidade Federal de Santa Catarina, e também ponto turístico, vinculado ao turismo litorâneo catarinense, administrado como tal pela sua entidade mantenedora. Patrimônio e turismo, cultura e lazer são elementos que passam a fazer parte da fortaleza de Anhatomirim,

¹³⁷ COMEÇA a temporada de verão em Anhatomirim. **A Notícia**. Joinville, 8 dez 1989, p. 18. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

¹³⁸ COMEÇA a temporada de verão em Anhatomirim. **A Notícia**. Joinville, 8 dez 1989, p. 18. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

indissociavelmente. A ênfase sobre um ou outro aspecto nos remete também à disputa de valores em torno das apropriações deste bem: ora os valores econômicos (turismo, lazer, praia) são ressaltados, ora os valores culturais (patrimônio, valor histórico, centro de estudos, pesquisa); porém, indissociáveis.



*Figura 15: “Promoção busca divulgar o patrimônio cultural restaurado há pouco para incrementar o processo educacional”.
A Notícia. Joinville, 8 dez 1989, p. 18. Acervo do Iphan
(Florianópolis), Pasta 81.*

Ambos jornais *A Notícia*, de Joinville, e o *Jornal de Santa Catarina*, de Blumenau, trazem uma matéria sobre o evento de abertura em Anhatomirim, em suas edições de 12 de dezembro de 1989. Ambos jornais apresentam um texto bastante semelhante, com poucas diferenças na redação da matéria. Ambas publicações citam Gilka Reinert Ribas, diretoria da divisão de Turismo Educativo, para quem “a

ilha deverá apresentar um bom volume de visitantes neste ano”. Por conta desta previsão, sinaliza uma série de adequações na ilha, como a instalação de uma lanchonete, que ofereceria “refrigerantes e lanches prontos”; mas a adequação que destacamos é a conclusão da Casa do Trapiche, local que deveria servir como “balcão de informações e vendas”, cuja reforma seria prioridade, conforme garantiu a diretora – assim, os visitantes teriam condições de “receber todas as informações sobre a história da Ilha e comprar lembranças”.¹³⁹

O otimismo da diretora talvez se devesse ao número de participantes da programação de abertura da temporada de verão naquele ano, mais de 400 pessoas, conforme noticiaram os jornais citados. A partir de então, estes visitantes passaram a ser uma das preocupações da UFSC com relação à Anhatomirim: além de garantir uma boa estadia na Ilha, com opções de alimentação, havia a necessidade de garantir uma boa experiência de visitação – daí a preocupação com as informações e as lembranças. Esta adequação se expressa também com relação aos guias turísticos. Conforme o texto de ambos jornais: “Os visitantes vão contar também, com atendimento de mais de 20 guias. Eles concluíram curso ministrado pela UFSC e estão em condições de prestar todas as informações necessárias, além de administrar primeiros socorros, em caso de acidente”.¹⁴⁰

Para que o visitante pudesse “receber todas as informações

¹³⁹ ILHA inicia a temporada. **A Notícia**. Joinville, 12 dez 1989, p. 07. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

ANHATOMIRIM abre temporada. **Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, 12 dez 1989, p. 09. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

¹⁴⁰ ANHATOMIRIM abre temporada. **Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, 12 dez 1989, p. 09. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

sobre a história da Ilha”, seria preciso haver profissionais qualificados para “prestar todas as informações necessárias”, preparados pela universidade para este tipo de serviço. Destacamos aqui o vocábulo *informação*; a palavra nos leva a problematizar o tipo de experiência com o monumento que os visitantes seriam levados a ter. O visitante é levado a receber as informações que os guias, treinados pela universidade, têm para prestar, isto é, os dados considerados relevantes por parte da universidade – que organiza tanto o curso como a visitação. Desta maneira a história, a arquitetura, a arte, ou, em uma palavra, a *cultura* é tomada como um pacote pronto para ser oferecido e consumido pelo visitante, transformando, assim, o bem cultural em um bem de consumo (RAMOS, 2008).

Neste sentido, o Diário Catarinense em sua edição 11 de janeiro de 1990, sugere: “Uma boa opção é ir a Anhatomirim”. Neste artigo, a Ilha de Anhatomirim também é apresentada como uma atração turística diferenciada por proporcionar cultura e lazer, simultaneamente:

Que tal adicionar umas pitadas de cultura às férias sem ter, no entanto, de excluir do roteiro o sol e o mar? Para quem simpatizou com a ideia a sugestão é uma visita à Ilha de Anhatomirim, que a 10 milhas de Florianópolis – cerca de uma hora e meia de barco – e minúscula em seus 6.9 quilômetros quadrados, costuma agradar a gregos e troianos, oferecendo costões salpicados de ouriços e estrelas do mar e três pequenas praias arenosas que completam seu litoral. ¹⁴¹

O tom propagandístico desta chamada está presente em todo o

¹⁴¹ UMA boa opção é ir a Anhatomirim. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 10. 11 jan. 1990. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 81.

artigo, onde o objetivo parece ser de divulgar a Ilha de Anhatomirim como ponto turístico diferenciado. O artigo traz informações de como o visitante poderia ter acesso à ilha, os serviços que disporia, e o que e como aproveitaria o passeio. Destaca o trabalho da UFSC na tutela e preservação do patrimônio, sobretudo na adequação deste espaço como ponto turístico:

Sob a responsabilidade da UFSC desde 1979, a ilha abriga a Fortaleza de Santa Cruz (1744), um dos três fortes que formam o sistema defensivo que guardava a entrada da Barra Norte da Ilha. Toda a história é contada através de vídeo e passeio pelas construções do século XVIII por guias de turismo preparados pela universidade. No momento, estão no fim as aulas práticas que deverão formar mais 30 orientadores para trabalhar no local durante a temporada – hoje, eles são cerca de 10.

Apesar de aberto à comunidade, o Curso Preparatório para Guia em Anhatomirim é formado, basicamente, de estudantes universitários que receberam aulas dos professores do Departamento de História, Arquitetura e Enfermagem.¹⁴²

As “pitadas de cultura” descritas pelo jornal ficariam a cargo dos guias turísticos, estudantes universitários preparados por professores daquela mesma instituição, que, durante um “passeio pelas construções do século XVIII” contariam aos visitantes “toda a história” (além de um vídeo a ser exibido). O texto da matéria oferece uma “prévia” dessa “toda a história” no quadro “Local já serviu de masmorra”: trata-se de

¹⁴² UMA boa opção é ir a Anhatomirim. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 10. 11 jan. 1990. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 81.

uma breve exposição da história daquele local, contando a construção da fortaleza no século XVIII, a invasão espanhola em 1777, a Revolução Federalista em 1894 e as execuções que lá foram feitas – em outras palavras, os grandes eventos da chamada “História do Brasil” vinculados ao passado daquele espaço.

Lembramos aqui os critérios escolhidos para restauração da fortaleza de Anhatomirim, conforme analisamos no segundo capítulo: a ideia de restaurar os edifícios o mais próximo possível do aspecto original que estes teriam tido, de modo que o visitante, no século XX, tivesse a impressão de estar em uma fortaleza tal como esta havia sido construída, no século XVIII. Neste sentido, para além de um testemunho histórico ou a materialização da História, é também um componente de propaganda daquele espaço, como local de visitação turística.

Uma boa opção é ir a Anhatomirim

Ilha fica a 10 milhas da cidade e sua história é contada através de vídeo e passeio. Viagem dura cerca de 1 hora e meia de barco

Florianópolis - Que tal adicionar umas piladas de cultura às férias sem ter, no entanto, o sol no rosto? Para quem se simpatizou com a idéia de uma visita à ilha de Anhatomirim que, a 10 milhas de Florianópolis, cerca de uma hora e meia de barco e minúscula em seus 6,9 quilômetros quadrados, costuma agradar a grupos e turistas, oferecendo costões salpicados de ouriços e estrelas-do-mar e três pequenas praias arenosas que completam seu litoral.

Sob a responsabilidade da UFSC desde 1979, a ilha abriga a Fortaleza de Santa Cruz (1744), um dos três fortes que

formam o sistema defensivo que guardava a entrada da Barra Norte da Ilha. Toda a história é contada através de vídeo e passeio pelas construções do século XVIII por guias de turismo preparados pela universidade. No momento, estão no fim as aulas práticas que deverão formar mais 30 orientadores para trabalhar no local durante a temporada - hoje, eles são cerca de 10.

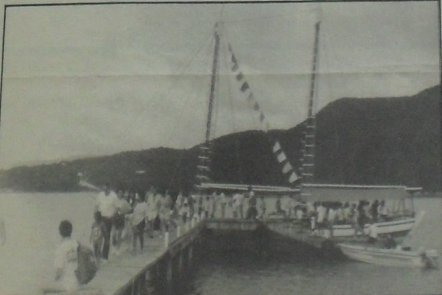
Apesar de aberto à comunidade, o Curso Preparatório para Guia em Anhatomirim é formado, basicamente, de estudantes universitários que receberam aulas dos professores do Departamento de História, Arquitetura e Engenharia. Na ilha, 4 cobra, da ao turista, por enquanto, uma taxa de manutenção irrisória, fixada em NC\$3 1,00.

Segundo Vicente Voland de Moraes Sartor, diretor do DAEC (Departamento de Apoio e Extensão) da UFSC, aqueles que optarem por ir de carro até a Praia do Antenor, entrada ao km 185 da BR-101, em direção ao Norte do estado, na localidade de Armação da Piedade, dispõem, gratuitamente, de uma baileira para fazer a travessia de 200 metros, que separa a ilha da costa e que não dura mais do que quatro minutos. Com capacidade para 14 pessoas, o barco segue os seguintes horários, diariamente: 8h30min, 9h30min, 11 horas, 14 horas e 16 horas.

Na Praia do Antenor, ao lado do quadro de horários está a lista das normas que devem ser respeitadas pelos visitantes. Não retirar material da flora; não embarcar embriagado ou portando bebidas alcoólicas; não tocar nos equipamentos e não jogar lixo, não algumas das recomendações. Contatos com o DAEC podem ser feitos pelo fone: 33 890 e na Ilha de Anhatomirim, 33 9456.



O turista terá a oportunidade de conhecer as construções do século 18 e os fortes



As embarcações cumprem dois horários, um às 9 horas e outro à tarde, às 14 horas

Duas embarcações fazem o passeio

Florianópolis - A maior parte dos visitantes da Ilha de Anhatomirim se utiliza dos serviços da Scuna Sul, empresa que dispõe de duas embarcações para a travessia: o Tomara, com capacidade para 40 pessoas, saindo da Baía Norte, próximo à Ponte Hercílio Luz, e o Fantasia, que transporta até 80 passageiros, saindo da Praia de Canasvieiras. Os passeios, diários, têm cinco e quatro horas

de duração, respectivamente. Quadro de horários é igual para os dois barcos com saídas sempre às 9 horas, retornando às 13h40min, e às 14 horas com volta marcada para às 19 horas. Depois de ancorarem por uma hora na ilha, as embarcações dão uma esticada de 15 minutos até a Enseada dos Golfinhos, onde os turistas têm à sua disposição cerca de meia hora para mergulhos.

O Tomara e o Fantasia oferecem lanches e bebidas, não incluídos no preço da passagem. Hoje, adultos pagam NC\$3 220,00 e crianças de dois a 12 anos, NC\$3 110,00. Desde a semana passada, no entanto, a ilha conta com uma barrquinha que vende, por enquanto, cachorro-quente, sanduíche natural e refrigerantes. O telefone da Scuna Sul atende pelo número 22 1806.

Local já serviu de masmorra

Florianópolis - Historicamente, um dos fatos mais importantes envolvendo a Fortaleza de Santa Cruz aconteceu durante a Revolução Federalista de 1894. Transformada em prisão para abrigar os presos políticos contrários ao governo de Floriano Peixoto, acabou eleito local para execução dos revoltosos, entre eles membros das principais famílias da então Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis.

Tudo começou em 1735, com espanhóis e portugueses em conflito na Região da Prata. O Governo de Portugal, atendendo à recomendação do na época governador do Rio de Janeiro, general Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, resolveu manter um comando único em toda a costa Sul brasileira até à Colônia do Sacramento e, ainda, fortificar a Ilha de Santa Catarina, ponto estratégico entre Rio de Janeiro e Rio da Prata.

Em 1738, o rei de Portugal, D. João V, determinou que o brigadeiro José da Silva Paes seguisse para a Ilha de Santa Catarina e nela construísse um sistema de fortificação para sua defesa. Assim nasceu o sistema defensivo formado pelas fortalezas de São José, na Ponta Grossa, Santo



Fortaleza abrigou políticos contrários a Floriano Peixoto

Anônio, na Ilha de Ratón Grande, Santa Cruz, em Anhatomirim, e Nossa Senhora da Conceição, na Ilha de Araputuba, Barra Sul da Ilha.

pois, quando os espanhóis tomaram a Região Sul, que só foi devolvida a Portugal mediante Tratado de Santo Ildefonso. Em 1893, Anhatomirim serviu de palco para o fuzilamento de monarquistas e se transformou numa masmorra, de forma a conter os anti-republicanos. Depois de grande período de desativação, a UFSC assume a tutela da ilha e de todo o seu patrimônio.

Figura 16: Uma boa opção é ir a Anhatomirim, sugere o Diário Catarinense. Diário Catarinense. Florianópolis, p. 10. 11 jan. 1990. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 81.

O jornal A Notícia, de Joinville, também expõe as fortalezas catarinenses como “uma das principais atrações que Florianópolis oferece”, nestas palavras:

As fortalezas que resistiram ao tempo e podem ser visitadas são: Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim; a Fortaleza São José da Ponta Grossa, na Ilha de Santa Catarina; a Fortaleza de Santo Antônio, na Ilha de Ratonas Grande; o Forte de Sant'Ana (atual Museu de Armas); a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, na Ilha de Araçatuba e o Forte de Santa Bárbara.¹⁴³

Apesar de ser apenas uma pequena chamada, assemelhando-se mais a uma propaganda que uma matéria jornalística completa, chamamos a atenção o juízo que o jornal faz sobre a história destes monumentos: “as fortalezas que resistiram ao tempo”, uma afirmação contundente com relação às restaurações em andamento, naquele contexto.

O jornal se equivoca, porém, ao afirmar que todas estas fortificações poderiam ser visitadas, pois, à época, apenas Anhatomirim e o Forte Santana estavam abertos à visitação.

“O verão chega a Anhatomirim”, celebra o Diário Catarinense em 3 de dezembro de 1990. O início oficial da temporada de verão na fortaleza de Santa Cruz, realizado pela UFSC com uma programação especial, foi capa do jornal.

¹⁴³ AS FORTALEZAS da Ilha. **A Notícia**. Joinville. 17 jan 1990, p. 22. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 81.



Figura 17: O verão chega a Anhatomirim. Foto de Cleide de Oliveira. Diário Catarinense. Florianópolis, 3 dez 1990, p. 1

A abertura contou com a presença de Alberto Policarpo, presidente do Banco do Brasil; Bulcão Viana, prefeito de Florianópolis, Felix Theiss, secretário da Fazenda representando o governador do Estado; e Bruno Schlemper Júnior, reitor da UFSC. Esta reunião de figuras da cena pública catarinense e brasileira não é casual; trata-se de um momento em que está em execução o projeto “Fortalezas da Ilha de

Santa Catarina: 250 Anos de História Brasileira”, da Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de um momento de consolidação do próprio projeto, bem como da imagem da universidade relacionada às fortalezas catarinenses, dentro da disputa política pelos ganhos simbólicos, conforme abordado anteriormente.

A programação cultural realizada pela UFSC não ganha tanto destaque no texto da matéria: “diversas competições estudantis, exposições artísticas e de paraquedismo marcaram a comemoração”.¹⁴⁴ O que o texto destaca é a restauração e as adequações aos usos turísticos no local.

As edificações da ilha, erguidas no século 18 pelos portugueses, preocupados em defender suas colônias, estão sendo restauradas pela UFSC com o apoio financeiro da Fundação Banco do Brasil. Para Alberto Policarpo, esse trabalho – 90% já realizado e que estará concluído em março próximo – é de importância histórica para Santa Catarina e o País.

Quando se chega à ilha, encontra-se o Armazém da Praia, destinado agora à recepção turística. Nos seus 250 anos, recebeu diversas modificações. A Casa do Comandante, após a restauração, teve eliminadas as repartições internas, transformando-se em dois grandes salões. Os vestígios da obra foram mantidos em filmes e fotos. A Casa da Farinha conserva ainda seu aspecto original. Outros atrativos da ilha são o Farol, a Casa de Radiotelegrafia, a Casa da Pólvora e a Fonte.¹⁴⁵

Quando o visitante chega à Ilha de Anhatomirim, encontra

¹⁴⁴ VERÃO chega antes em Anhatomirim. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 03 dez 1990, p. 03. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

¹⁴⁵ VERÃO chega antes em Anhatomirim. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 03 dez 1990, p. 03. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

como atrativos edificações erguidas no século XVIII; apesar de conservados o aspecto arquitetônico, os usos originais são agora vestígios: muitas destas estruturas foram modificadas, algumas tiveram sua modificação orientada pelas necessidades surgidas com a demanda turística. A necessidade atual não é mais a de repelir a entrada de embarcações trazendo *invasores* espanhóis ou de outras nacionalidades, mas, justamente atracar embarcações trazendo *visitantes* de diferentes nacionalidades; o inimigo não é mais o estrangeiro, mas sim o *farofeiro*, isto é, o visitante que não dá o devido valor ao bem cultural e não contribui para a sua preservação, como patrimônio.

O último parágrafo do texto jornalístico explicita qual o objetivo da universidade para com o monumento em questão: “A UFSC pretende, com a temporada de verão na Ilha de Santa Catarina, despertar a necessidade de valorização histórica, a cultura e o lazer. Nos próximos anos, Santa Catarina terá condições de dispor de um roteiro de turismo ecológico e cultural”.¹⁴⁶

Apesar de muitas destas ações postas em prática pela UFSC estarem alinhadas com as propostas do campo do patrimônio no Brasil, a partir do referencial institucional do Iphan (Sphan/Fundação Nacional Pró-Memória, neste período), a partir das diretrizes apontadas pela UNESCO, os termos empregados pelos jornais nem sempre estão de acordo com os conceitos da área. Desta forma, embora a matéria jornalística reproduza os termos empregados pelos agentes vinculados à UFSC, estes podem não ter o mesmo sentido pretendido pela universidade – assim como podem ser lidos por alguém não

¹⁴⁶ VERÃO chega antes em Anhatomirim. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 03 dez 1990, p. 03. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

familiarizado com o tema com um sentido adverso.

A partir das questões levantadas por Fonseca (2009), Žižek (2011) e Ramos (2008), problematizamos: de que maneira a *história*, a *cultura*, o *ecológico* e o *lazer* são valorizados? Estes valores têm o mesmo significado no uso da fortaleza? Em outras palavras: as pessoas são estimuladas a visitarem a fortaleza de Anhatomirim pelo seu valor histórico, como patrimônio cultural, ou, porque podem passar um dia de verão diferente em praias com vista para o mar e para prédios antigos?

A receita de uma universidade

Em sua edição de 05 de janeiro de 1990, o Jornal de Santa Catarina traz um artigo sobre as medidas de modernização adotadas pela Universidade Federal de Santa Catarina para aquele ano, tais como: reforma acadêmica, na área de ensino; informatização da Biblioteca; acordos de cooperação nacional e internacional assinados pelo reitor Bruno Schlemper Junior. Assim o jornal enunciava a matéria: “Universidade irá recuperar fortalezas em Florianópolis”; “Através de convênio a UFSC irá recuperar quatro fortalezas em Florianópolis”:

Reúna um projeto de reforma de fortalezas, aliado a uma política de comunicação social integrada, temperada com apoio à cultura local e algumas pitadas de cooperação internacional. Junte tudo, misture e você terá a receita de uma universidade para driblar a falta de recursos e a burocracia do governo federal, em 1989.

A receita é da Universidade Federal de Santa Catarina, que no ano de 89, através da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, assinou convênio

com a Fundação Banco do Brasil para a recuperação de quatro fortalezas em Florianópolis, e resgatou a cultura catarinense com as exposições no Museu Universitário (Semana no Índio, folclore, presépio).¹⁴⁷

A restauração das fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa ganha destaque pela maneira como o projeto integra “apoio à cultura local” com uma “política de comunicação social” e “cooperação internacional”. Entretanto, não explicita *como e por que* a universidade veio a assumir as fortalezas catarinenses. Da mesma forma, não traz o nome do projeto “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 Anos de História Brasileira”; não nomeia o convênio com a Fundação Banco do Brasil, nem assinala a presença de outros órgãos públicos e privados neste processo.

O objetivo do artigo não é falar sobre a restauração das fortalezas em si, ou o convênio assinado entre estas instituições, mas sim da Universidade Federal de Santa Catarina e como esta conseguiu “driblar a falta de recursos e a burocracia do governo federal”. O que nos chama a atenção é o termo usado: *driblar*, analogia com a jogada do futebol em que o jogador que está conduzindo a bola se esquivava do seu adversário, com a conotação de sagacidade ao ultrapassar, evitar algo ou alguém.

O Jornal de Santa Catarina volta a falar das fortalezas em 06 de março de 1990, quando noticiou que estava concluída a recuperação da

¹⁴⁷ UNIVERSIDADE irá recuperar fortalezas em Anhatomirim: Através de convênio a UFSC irá recuperar quatro fortalezas em Florianópolis. **Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, p. 15. 05 jan. 1990. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 81.

fortaleza de Anhatomirim; a este empreendimento, chama de “o maior projeto cultural de Santa Catarina”. Nesta notícia, a participação da UFSC e o convênio com a Fundação Banco do Brasil ganharam destaque.

Com todas as pompas de vitória de uma batalha naval, a Universidade Federal de Santa Catarina inaugurou na fortaleza da Ilha de Anhatomirim, a Casa do Atracadouro: a primeira obra recuperada do maior projeto cultural de Santa Catarina. Com a condução da obra, a UFSC entrega a ilha totalmente recuperada e parte para outras etapas do projeto “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina”, financiado pelo Banco do Brasil.

Com a meta de resgatar as quatro fortalezas históricas construídas pelos portugueses no século XVII para impedir a invasão da Ilha pelos espanhóis, o convênio foi orçado em outubro passado em 7,3 milhões. [...] A inauguração foi assistida pelo superintendente da Fundação do Banco do Brasil, Edmar da Costa. Segundo ele, a UFSC é a única universidade federal do País a receber esse tipo de apoio graças ao sucesso alcançado em outros projetos financiados pela fundação, como o laboratório de nutrição de camarões marinhos na Barra da Lagoa e da recuperação do teatro. Através do banco a universidade também vai construir uma sede nova para a editora universitária e equipar a imprensa.¹⁴⁸

O jornal anuncia a conclusão de uma única obra do projeto “Fortalezas da Ilha” – neste caso, a Casa do Atracadouro – como se a

¹⁴⁸ CONCLUÍDA recuperação da fortaleza de Anhatomirim. Com a inauguração da Casa do Atracadouro a UFSC conclui as obras na Ilha Anhatomirim. **Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, 06 mar 1990, p. 14. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

UFSC tivesse entregado a ilha “totalmente recuperada”, como se tivesse alcançado a meta de “resgatar as quatro fortalezas históricas”. O jornal está ciente dos objetivos do projeto *Fortalezas da Ilha*, estabelecidos no convênio firmado com a Fundação Banco do Brasil, porém, desconhece as etapas do projeto. Além disso, não dá a conhecer ao público que boa parte dos edifícios que compõe o complexo da fortificação já haviam sido restaurados em décadas anteriores, em outra iniciativa.

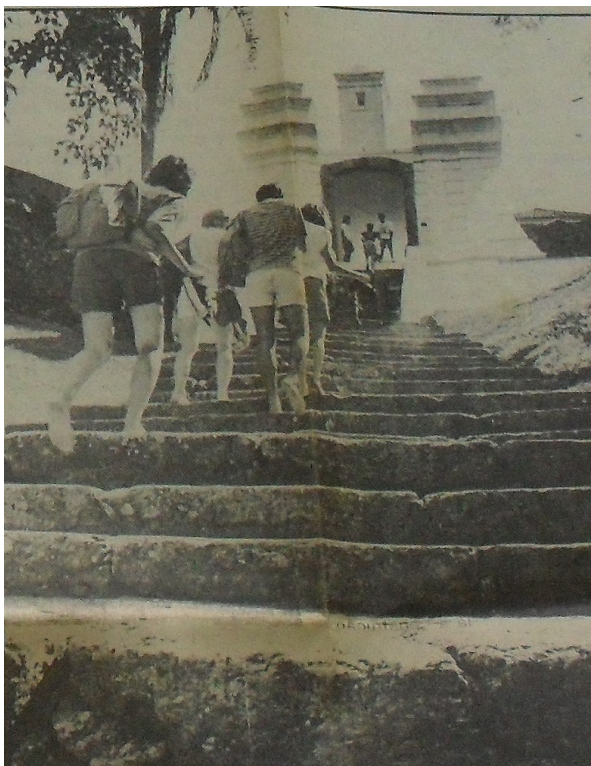


Figura 18: A recuperação de fortalezas é o maior projeto cultural do Estado.
Jornal de Santa Catarina. Blumenau, 06 mar 1990, p. 14. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

Com isso, o *Jornal de Santa Catarina* dá visibilidade apenas à participação da Universidade Federal de Santa Catarina no processo de patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim e demais, consolidando a imagem da universidade como instituição à frente deste processo, invisibilizando, desta forma, as demais instituições parceiras.

O andamento das obras de restauração em Anhatomirim foram notícia também no jornal *A Notícia*, de 26 de abril de 1990. Nesta edição, o jornal apresentava que o projeto – “o maior do País” – seria concluído em 90 dias.¹⁴⁹ É relevante trazeremos a consideração presente nesta matéria sobre a restauração de Anhatomirim:

A restauração seguirá a mesma linha arquitetônica, *resgatando as características históricas das construções da Ilha*. As funções dos prédios na fortificação também foram pesquisadas, rendendo os seguintes títulos para as obras em execução: Casa da Farinha, Nova Casa do Comandante e Quartel da Tropa, concluindo a *recomposição histórica da Ilha de Anhatomirim*.¹⁵⁰ (Grifos meus)

O jornal *A Notícia* expressa aqui a concepção analisada no segundo capítulo, ao falar em resgate e recomposição histórica. Ao afirmar que se realizou uma pesquisa sobre as funções dos prédios da fortificação, o jornal assegura, pelos critérios *científicos*, o trabalho encabeçado pela Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁴⁹ RESTAURAÇÃO em Anhatomirim será concluída em 90 dias. Projeto, o maior do País, prevê gastos de Cr\$ 6.947.000,00. **A Notícia**, Joinville, 26 abr 1990, p. 17. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

¹⁵⁰ RESTAURAÇÃO em Anhatomirim será concluída em 90 dias. Projeto, o maior do País, prevê gastos de Cr\$ 6.947.000,00. **A Notícia**, Joinville, 26 abr 1990, p. 17. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

O jornal *O Estado* vai nesta mesma linha, em matéria publicada 19 de junho de 1990, intitulada “Câmeras que capturam História”, a respeito do concurso “Fotografe uma Fortaleza”, promovido pela UFSC, Secretaria da Cultura, Associação Comercial e Industrial e patrocinada pela Realcolor, no ínterim do projeto “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 Anos de História Brasileira”. A matéria jornalística coloca que este projeto “promove, além da recuperação dos prédios, pesquisas arqueológicas que poderão garantir um efetivo resgate histórico”.¹⁵¹

Este mesmo jornal, em matéria de 12 de agosto de 1990, anuncia o término das obras de restauração em Anhatomirim.¹⁵² Nesta matéria, é mais detalhista quanto à originalidade da fortaleza e a criteriosidade do “resgate” empreendido:

Antes de iniciar os trabalhos de recuperação, foi feita uma pesquisa arqueológica na área, para não se perder nenhum vestígio da construção original. A restauração é feita com a conservação das paredes que continuavam em pé e a reconstituição das partes mais danificadas. “As pessoas não percebem a diferença entre o novo e o antigo”, diz Maria Isabel Kanan, arquiteta da 12ª Diretoria da Sphan-Pró Memória.¹⁵³

Ao associar as pesquisas arqueológicas com as obras de restauração, orientada para “não se perder nenhum vestígio da

¹⁵¹ CÂMERAS que capturam História. **O Estado**. Florianópolis, 19 jun 1990, p. 12. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

¹⁵² TERMINA obra de restauração em Anhatomirim. Fortaleza de Santa Cruz levou 10 anos para ser recuperada pelos técnicos. **O Estado**. Florianópolis, 12 ago 1990. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

¹⁵³ TERMINA obra de restauração em Anhatomirim. Fortaleza de Santa Cruz levou 10 anos para ser recuperada pelos técnicos. **O Estado**. Florianópolis, 12 ago 1990. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

construção original”, de modo que a diferença entre as ruínas e as reconstituições fossem imperceptíveis, o jornal repercute a ideia de que quem fosse visitar a fortaleza de Anhatomirim em 1990 estaria a vendo tal como era há 250 anos. Mais que apresentar os detalhes arquitetônicos e os critérios de restauração, chamamos a atenção para o movimento de “resgate” da história – assegurada pelos critérios *científicos* da pesquisa: ao citar a fala de Maria Isabel Kanan, o jornal procura garantir ao público leitor – potencial público visitante da Ilha de Anhatomirim – que, ao visitar o monumento, veriam uma construção fiel à construção original.

Nesta mesma matéria há um quadro chamado “Falta de recursos é histórica”, na qual o jornal afirma que a demora em se concluírem as obras de restauração na fortaleza deve-se à falta de recursos. A saída para contornar as dificuldades financeiras é a assinatura de convênios, como no caso da fortaleza de Anhatomirim: trazem o convênio assinado entre a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Universidade Federal de Santa Catarina e a Marinha do Brasil em 1979, e a assinatura de uma nova etapa “no ano passado” (isto é, em 1989), entre a Fundação Banco do Brasil e a UFSC. Aponta que Anhatomirim não é a única fortificação beneficiada por este contrato, que as fortalezas de Santo Antônio de Ratonés, São José da Ponta Grossa e Nossa Senhora da Conceição, na ilha Araçatuba também seriam restauradas, assim “totalizando todo o Sistema de Defesa”.¹⁵⁴

É relevante abordarmos o juízo que o jornal faz, nesta

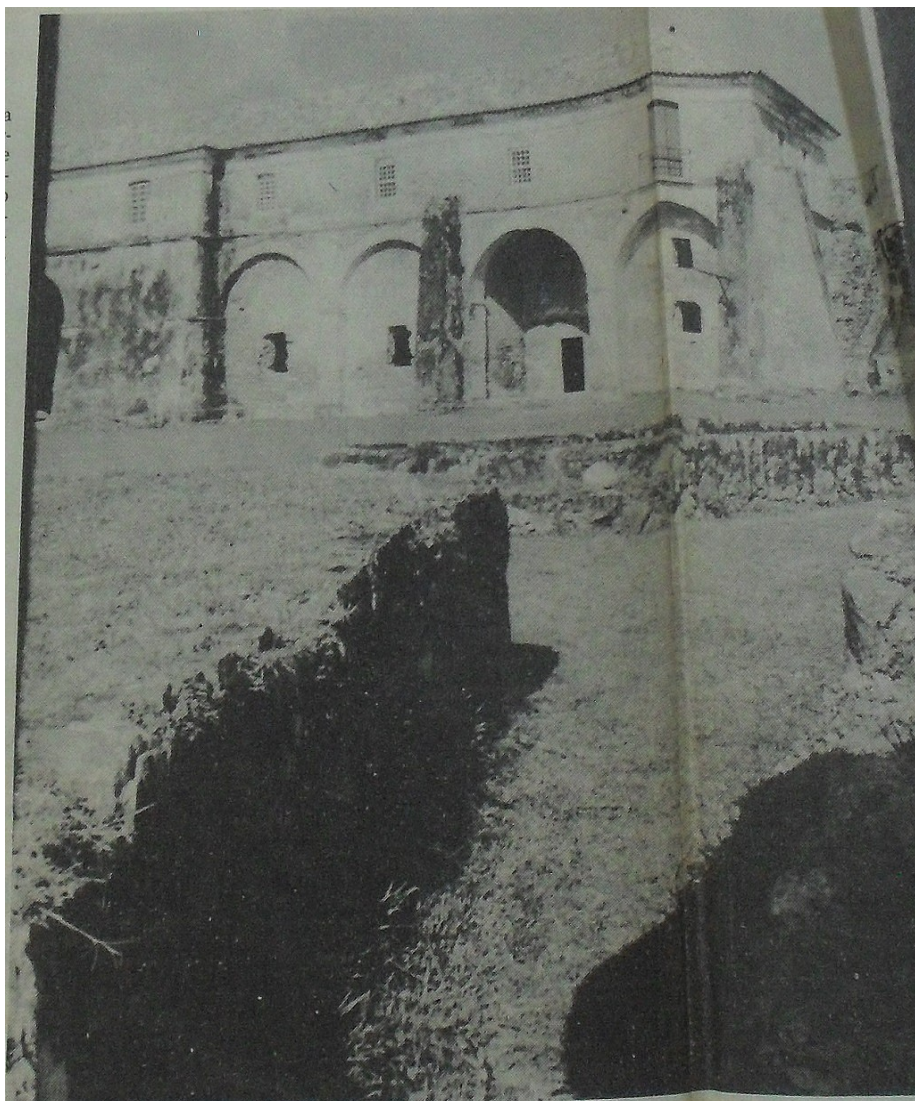
¹⁵⁴ TERMINA obra de restauração em Anhatomirim. Fortaleza de Santa Cruz levou 10 anos para ser recuperada pelos técnicos. **O Estado**. Florianópolis, 12 ago 1990. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

publicação, a respeito do estado das fortificações e o andamento das obras, com relação à escassez de recursos, por meio das legendas das fotografias que fazem parte desta matéria. Sob a fotografia do Quartel da Tropa (Figura 3), lê-se: “Forte de Santa Cruz demorou seis anos para ser construído, e era parte importante do complexo defensivo”; a legenda da foto da fortaleza da Ratonas (Figura 16) traz: “Fortaleza de Santo Antônio é a que está em pior estado de conservação”.

Em parte alguma o jornal se aprofunda na questão da ruína ou da recuperação destas fortificações, apenas dá a entender o seu estado de arruinamento prévio ao dizer que a recuperação se deu a partir da “conservação das paredes que continuavam de pé”. A matéria ainda cita Dalmo Vieira Filho, apresentado como “diretor do Sphan” para falar sobre o tempo que levou para a fortaleza de Santa Cruz ser construída, o material e mão de obra utilizada. O jornal afirma que Anhatomirim levou 10 anos para ser restaurada, certamente se pautando pelo período em que a Universidade detém a tutela do monumento.

Em um pequeno parágrafo, denominado “História”, diz: “a Fortaleza de Santa Cruz faz parte do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina, que começou a ser construído em 1739. No século seguinte, ela serviu de palco para execuções de políticos contrários ao governo de Floriano Peixoto”.¹⁵⁵

¹⁵⁵ TERMINA obra de restauração em Anhatomirim. Fortaleza de Santa Cruz levou 10 anos para ser recuperada pelos técnicos. **O Estado**. Florianópolis, 12 ago 1990. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.



Forte de Santa Cruz demorou seis anos para ser construído, e era parte importante do complexo defensivo

*Figura 19: Fotografia de Marco César. O Estado. Florianópolis, 12 ago 1990.
Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.*



Figura 20: Fotografia de Marco César. *O Estado*. Florianópolis, 12 ago 1990. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

O jornal naturaliza a *patrimonialidade* da fortaleza por se tratar de uma construção histórica – embora a História seja trazida no texto apenas para situar o leitor sobre a origem do monumento; não dá a conhecer o processo de restauração do patrimônio em questão, sequer afirma que se trata de um bem tombado pelo Iphan. O objetivo do artigo

jornalístico é dar visibilidade à Universidade Federal de Santa Catarina à frente do projeto de restauração da fortaleza; apesar de citar outras instituições como parceiras, a universidade é aquela que mais ganha destaque, como sendo a principal e as demais entidades apenas orbitassem à sua volta.

Entre os usos e o consumo do patrimônio

A questão dos usos da fortaleza de Anhatomirim – assim como das demais fortalezas restauradas entre 1989 e 1991 – está presente nas publicações jornalísticas catarinenses citadas. Há uma narrativa presente nestas publicações que ecoa o discurso dos agentes envolvidos neste processo de patrimonialização, particularmente aqueles ligados à Universidade Federal de Santa Catarina. Há uma preocupação em difundir uma imagem das fortalezas catarinenses que as incluam no roteiro cultural e turístico de Florianópolis.

Pode-se dizer que há um *investimento* em uma imagem das fortalezas. Para além de noticiar obras e eventos nas fortalezas, procura-se tornar estes monumentos conhecidos do público; mais que informar sobre a história (passada e presente) destes monumentos, os jornais propagandeiam as fortalezas catarinenses como atrativo turístico e cultural. Neste sentido, deve-se entender *atrativo turístico e cultural* não como duas dimensões isoladas, ou duas opções de uso do patrimônio: são dois elementos que compõem, conjuntamente, o sentido do patrimônio. A fortaleza de Anhatomirim é um bem cultural porque bem de consumo, e vice-versa. Quando se trata dos usos do patrimônio,

entendemos como se dá a relação entre valor econômico e valor cultural analisado por Fonseca (2009).

Há uma linha tênue entre o *uso* e o *consumo* do patrimônio. As visitas à fortaleza visam explorar as potencialidades culturais do patrimônio, ou a cultura (ou o *valor histórico*) é apenas um chamariz para promover a fortaleza de Anhatomirim como ponto turístico? Essa questão perpassa disputas de interesse – que são também disputas de poder – em torno do patrimônio, presentes no processo de patrimonialização da fortaleza de Anhatomirim.

O consumo do patrimônio é uma forma de violência, na perspectiva de Žižek (2011), a medida que privatiza uma das “formas imediatamente socializadas de capital 'cognitivo’”, portanto carregado da “substância compartilhada de nosso ser social” – a identidade. A cultura é esvaziada para dar lugar ao postiço, ao artificial, e a identidade dá lugar àquilo que é estereótipo. Nesta perspectiva, o patrimônio vira refém dos interesses de mercado, e o turismo, como prática socioeconômica, configura-se como uma “indústria e comércio dos bens simbólicos”, conforme Ramos (2008); o visitante é reduzido à qualidade de consumidor, e a experiência com o patrimônio é empobrecida à dimensão entretenimento. O consumo do patrimônio visa preservar um bem cultural – e preservar, nesse sentido, incluem políticas públicas de restauro e manutenção – com a finalidade única de que este bem gere lucro para quem detém a sua salvaguarda.

Estas questões nos remetem à pobreza de experiência na modernidade. Walter Benjamin (2012) questionava, em 1933: “qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o

vincula a nós? ”.¹⁵⁶ Sem o vínculo da identidade, o único valor que resta a um bem cultural é o seu valor de mercado, sendo passível, portanto, de ser desfrutado economicamente como “bens entre outros bens”, conforme expressão de Agamben (SALVÀ, 2012). Desta forma, quanto a compatibilidade entre preservação do patrimônio e desenvolvimento econômico, na relação entre valor cultural e valor econômico, o potencial turístico dos bens culturais, como mercadorias, sobrepõe-se aos “indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado” (FONSECA, 2009, p. 142).

¹⁵⁶ Walter Benjamin (2012) articula o conceito de experiência a partir da sua dupla dimensão: *Erfahrung* (experiência coletiva) e *Erleben* (experiência vivida). Em Benjamin, a experiência está atrelada à narração: a transmissão da experiência se dá em um contexto comum ao narrador e ao ouvinte. Ao analisar a pobreza de experiência do seu presente tempo, Benjamin relaciona o fracasso da *Erfahrung* (experiência coletiva) ao fim da arte de contar, com o avanço da modernidade capitalista; a partir daí, surgem duas novas formas de narração: o noticiário e o romance, aonde os acontecimentos descritos ou transmitidos tem um objetivo finito, perdendo a sua utilidade logo após serem consumidos. A narrativa, ou a arte de contar, por outro lado, se dá dentro de uma outra esfera de valores, pois tem validade duradoura, a ser passada de geração em geração, dentro de um grupo, uma cultura, uma sociedade, um povo. Portanto, o vínculo entre a experiência e o patrimônio se dá através da capacidade de intercambiar experiências privadas em um contexto comum, onde estas façam sentido dentro de uma experiência coletiva.

Importante destacar que a teoria benjaminiana sobre experiência não pode ser reduzida à sua dimensão romântica e nostálgica. Para Benjamin, a “reconstrução da *Erfahrung* deveria ser acompanhada de uma nova forma de narratividade”; crítico tanto da historiografia progressista (aonde está presente a “ideia de um progresso inevitável e cientificamente previsível”) quanto do historicismo (com a pretensão de “reviver o passado através de uma espécie de identificação afetiva do historiador com seu objeto”), pois ambas “se apoiam na mesma concepção de um tempo 'homogêneo e vazio', um tempo cronológico e linear”, para Benjamin “o historiador deve construir uma 'experiência' (*Erfahrung*) com o passado” (BENJAMIN, 2012, p. 8-10).

O uso do patrimônio, por outro lado, procura explorar as múltiplas potencialidades de um bem cultural, a partir dos múltiplos valores, sentidos e significados atribuídos a este bem por diferentes agentes, atores, grupos. O uso do patrimônio busca o “direito à diversidade histórica, o direito à multiplicidade das memórias” para a “a construção de um potencial crítico diante da nossa própria historicidade”, a fim de instigar a reflexão sobre “o que somos e o que podemos ser”; isso implica em “criar condições para o pensamento livre e, por isso mesmo, comprometido com alternativas diante da lógica perversa do mercado”, conforme a proposta de Ramos (2008).

A exploração econômica de um bem cultural, na perspectiva do uso do patrimônio, tem como finalidade não o lucro de poucos, mas busca o “desenvolvimento da alteridade e da sustentabilidade da comunidade envolvida”, a partir de “modelos sustentáveis onde a população participa e tem sua cultura valorizada” – dentre os quais o turismo cultural ganha destaque, como “via para o desenvolvimento e valorização dos diversos setores da comunidade” (FIGUEIREDO, 2005, p. 44 – 46).

Mario Chagas (2007, p. 213) insta que a preservação vai além de “preservar contra a ação do tempo”: é preciso “garantir a prerrogativa do interesse público sobre o privado, mesmo reconhecendo que sob essa designação (interesse público) ocultam-se diversos grupos de interesse, interesses diferentes e até mesmo conflitantes”. Neste sentido, “o interesse no patrimônio” se justifica pela “sua conexão com os problemas fragmentados da atualidade, com a vida dos seres em relação

com outros seres, coisas, palavras, sentimentos e idéias”, não apenas pelo seu “vínculo com o passado” (CHAGAS, 2007, p. 221 – 222).

Outra face dos usos do patrimônio são as práticas educativas patrimoniais. São diversas as denominações para a relação entre educação e patrimônio: *Educação Patrimonial*, *Educação com o patrimônio*, *Educação para o patrimônio*, *Educação e Patrimônio*, entre outras – diversidade que atesta a pluralidade de abordagens possíveis, bem como as diferentes concepções envolvendo estes processos.

Grunberg (2007, p. 5) define Educação Patrimonial como “o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro do Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações”, entendido aqui como “todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores”.

Pereira e Oriá (2012, p. 163) afirmam que “a política de Patrimônio Histórico esteve sempre atrelada à ideia de que a preservação dos bens culturais estivesse associada ao processo educativo das novas gerações”, embora, na prática, isso nem sempre tenha acontecido. Na sequência, os mesmos autores afirmam que o conceito de Educação Patrimonial disseminou-se no Brasil em meados dos anos 1980, a partir da experiência da museóloga Maria de Lourdes Horta e do Museu Imperial em Petrópolis; O conceito de Educação Patrimonial no Brasil nasceu “tributário das lutas sociais e institucionais pela preservação dos registros patrimoniais”, em um “contexto histórico de lutas pela manutenção, conservação e registro de bens de natureza material”, isto é, luta “contra a destruição dos registros históricos

nacionais”. Entretanto, estes autores analisam que este modelo de Educação Patrimonial proposto naquele contexto era “meramente instrumental e se concentra na análise do objeto museológico em si, preterindo outras dimensões importantes do processo educativo, ou seja, os sujeitos da aprendizagem e que são, também, sujeitos históricos” (PEREIRA; ORIÁ, 2012, p. 164).

É possível relacionar esse modelo de Educação Patrimonial pioneiro com a proposta de utilizar a Fortaleza de Anhatomirim como local turístico com fins didáticos, o “turismo educativo” ou “turismo histórico” que vimos na fala dos agentes vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina e nas publicações jornalísticas analisadas. Trata-se de uma proposta que expressa os conceitos e perspectivas de cultura, Patrimônio, Educação e História naquele contexto, conforme analisamos nos capítulos anteriores.

Porém, Pereira e Oriá (2012, p. 163) denotam que “as transformações sociais, políticas, educacionais e culturais”, no final do século XX, “marcaram, desde então, profundamente as concepções acerca do Patrimônio Cultural e, por suposto, a Educação”, tendo ocorrido uma “ampliação da noção de patrimônio histórico para a de patrimônio cultural”, para além da sua dimensão em “pedra e cal”, alteração que “marcará profundamente os processos educativos, convocando as faces intangíveis do patrimônio e os fazeres e saberes cotidianos, tão caros às práticas educativas dos docentes”. Assim,

Adota-se, portanto, uma noção mais abrangente de Patrimônio Cultural e se rompe com a visão elitista que considerava apenas objeto de

preservação cultural as manifestações de classes historicamente dominantes, incorporando, a partir de então, os registros e modos de expressar a cultura de diferentes grupos étnicos e sociais que contribuíram e contribuem para a formação da sociedade brasileira. No seio desta transformação também se enuncia nova abordagem educativa do patrimônio, convocada pela dinamicidade e processualidade da cultura. (PEREIRA; ORIÁ, 2012, p. 166)

Esta nova abordagem educativa do patrimônio parte de uma mudança de concepção quanto aos bens culturais, pois “admite um universo ampliado de bens como participantes dos gestos de referência patrimonial, com foco nas relações intersubjetivas mediadas pelas noções afetas ao patrimônio” (PEREIRA; ORIÁ, 2012, p. 168). Entendo que estas novas abordagens e novas concepções nos levam a ressignificar o patrimônio histórico, ao considerar a dimensão imaterial do patrimônio – inclusive com relação aos bens tombados segundo a concepção da “pedra e cal”.

Pereira e Oriá (2012, p. 170) compreendem a *educação voltada ao patrimônio*, na contemporaneidade, como “aquela capaz de fazer da partilha do sensível o motivo do usufruto e compreensão do patrimônio”, em que “estão presentes manifestações face ao visível, aos silêncios, à repulsa, aos desejos, e a todas as manifestações inconscientes, não perceptíveis ou palpáveis, mas tocantes, pulsantes”. Nesta perspectiva, a “relação entre os sujeitos e deles com os bens e referências culturais na partilha da cultura” passam a ocupar o centro destas novas abordagens educativas para com o patrimônio.

Além disso, aos processos educativos mais elaborados compõem abordagens sistêmicas e multidirecionais do patrimônio, evitando-se a sua localização exclusiva no passado (portanto, com análise dos trânsitos e interseções temporais), distanciando-se da abordagem de registros e fatos históricos isolados (mas privilegiando as relações entre os bens e manifestações culturais) e garantindo a emergência de problemáticas do presente na compreensão da face educativa do patrimônio. Compreende-se, também, os desafios postos aos docentes neste novo cenário, em que as biografias (inclusive as dos sujeitos presentes ao ato educativo) são convocadas, contrastadas e compartilhadas na história. (PEREIRA; ORIÁ, 2012, p.170)

Estes desafios nos instigam a repensar as práticas educativas para com a Fortaleza de Anhatomirim, como bem cultural salvaguardado por uma universidade brasileira. As propostas de uso didático deste monumento, prescritas nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) mantêm a mesma linha das propostas de uso presente na fala dos reitores e arquitetos nos anos 1980, início dos anos 1990. Esta permanência é, também, produto das disputas de interesse e poder em torno do processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses.

Os jornais catarinenses participaram dessas disputas de poder e interesses a medida que reproduziram discurso produzido pelos agentes envolvidos no processo de patrimonialização, contribuindo, portanto, para difundir uma imagem das fortalezas como atração turística e cultural catarinense. Foi um investimento em propagandar visitação à Fortaleza de Anhatomirim e demais fortificações, como uma atração a ser visitada pela sua beleza e pelo seu valor histórico – valor que foi

construído a partir das concepções dos agentes à frente deste processo (tal como vimos no primeiro capítulo). São visitas pautadas pela localização destes bens culturais exclusivamente no passado, fazendo alusão – tanto na fala dos guias de turismo, responsáveis por contarem “toda a História”, quanto na arquitetura restaurada – aos “fatos históricos isolados”, tais como a invasão espanhola em 1777, os fuzilamentos decorrentes da Revolução Federalista em 1894, ou outros temas, reproduzindo os saberes históricos produzidos nos meios acadêmicos privilegiados.

É uma relação vertical, a medida que os usos propostos para a fortaleza de Anhatomirim são aqueles que os agentes à frente do processo de patrimonialização consideram os mais apropriados para o monumento, a partir dos valores, significados e sentidos que veem (e dão) à fortaleza; estas propostas não dialogam com o arcabouço de valores e sensibilidades das populações do entorno ou outros grupos. São propostas de uso e consumo do patrimônio que atendem às expectativas de um grupo, de uma classe, de uma parcela da população catarinense, em detrimento de outras propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Derribação

Esta dissertação é um trabalho de derribação, como já afirmei. Acredito que a pesquisa histórica é um exercício de derribar pedra sobre pedra das grandes construções. A fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim é uma destas construções: no sentido arquitetônico, construção erguida pelos portugueses na primeira metade do século XVIII; no sentido histórico, a que capitulou frente a invasão dos espanhóis em 1777, prisão e local de execução durante a Revolução Federalista; construção no sentido de bem cultural, patrimônio histórico tombado em 1938 pelo Iphan, restaurada a partir de 1970, mantida pela Universidade Federal de Santa Catarina desde 1979.

Em outra medida, os saberes sobre da fortaleza também são uma construção, sejam os saberes históricos, acadêmicos, a produção de autores catarinenses, sejam os saberes das gentes que vivem no entorno deste lugar. Os valores, os sentidos e os significados dados a este lugar pelas mais variadas gentes, sujeitos, e grupos também são construções, passíveis de serem derribadas. Afirmo isso como quem experienciou este processo de derribação, interiormente, durante a trajetória de pesquisa que resultou nesta dissertação.

O projeto de pesquisa partiu de minhas inquietações quanto à relação entre as fortalezas catarinenses e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Por que a UFSC assumiu a tutela da Fortaleza de Anhatomirim, e, posteriormente, das fortalezas de Ratonés e Ponta

Grossa? O que levou à assinatura do Convênio entre a UFSC, o Iphan e a Marinha? Queria saber como tinha sido tomada a decisão de restaurar as fortalezas, se havia algum projeto que previa como seriam executadas as obras, e se haviam propostas de usos para estes bens culturais. Algumas destas questões foram respondidas; porém, outras questões foram surgindo, a medida que avançava na pesquisa, a partir das pistas que as fontes me indicavam, e através do que as referências me levavam a perceber. Nesta jornada, outras questões foram completamente reformuladas, e assumiram outros aspectos a medida que minhas próprias concepções se transformavam.

A partir das narrativas de alguns dos agentes envolvidos neste processo, presentes no CD-Rom Fortalezas Multimídia, “descobri” que as obras de restauro na Fortaleza de Anhatomirim eram anteriores à participação da universidade neste processo; Armando Gonzaga era apontado como o responsável por este processo, tanto por ele mesmo como por outros agentes: Cyro Lyra, Dalmo Vieira Filho, Rodolfo Pinto da Luz, Roberto Toner. Este era um dos elementos comuns na fala destas personagens. Entretanto, as narrativas apresentavam discrepâncias que, à primeira vista, me pareciam inconciliáveis. Que fazer? Como construir uma narrativa que contemplasse os elementos apontados por cada um destes sujeitos, em seus depoimentos?

Eis que o professor-orientador Elison Paim me chamou a atenção para a condição subjetiva da memória. Como poderia eu demandar objetividade de um discurso que é, essencialmente, subjetivo? A partir deste exercício, me chamou a atenção também para outros elementos que são possíveis de trabalhar com o discurso mnemônico; ao

mesmo tempo, as referências bibliográficas indicadas me levaram a problematizar as noções de patrimônio que via nas fortalezas catarinenses.

Destas jornadas, cheguei à conclusão que as fortalezas não eram patrimônio *desde sempre*; que a patrimonialidade de um bem cultural é um valor construído, e não algo intrínseco ao bem em questão; que a patrimonialidade é resultado de disputas de poder, que são, também, disputas que se dão em instâncias políticas, culturais, econômicas, sociais, entre outras. São disputas que envolvem ideias, concepções, perspectivas que são articuladas por sujeitos, grupos, entidades, sociedades. Tidas estas disputas se dão *no e pelo* bem cultural.

A Fortaleza de Anhatomirim foi tombada em 1938, na vigência da concepção de patrimônio que privilegiava a proteção legal de bens isolados, edifícios do século XVIII que evocassem uma memória portuguesa da colonização do Brasil, de acordo com uma dada concepção de História. É significativo que os primeiros bens culturais catarinenses a serem selecionados para integrar o rol de monumentos representantes da memória e identidade nacional sejam fortificações militares do século XVIII, abordadas em uma dada concepção historiográfica catarinense que as elenca à grandes eventos militar e político desta fase da história do país, tais como a Revolução Federalista, sua reativação como unidade militar durante as duas grandes guerras mundiais (1914 – 1918; 1937 – 1945). É a partir desta historiografia que se constrói o *valor histórico* desta e das demais fortificações catarinenses, valor que é evocado para justificar a preservação destes bens.

A Fortaleza de Anhatomirim foi restaurada, entre as décadas de 1970 e 1980, de acordo com a perspectiva de preservação do patrimônio vigente naquele contexto, isto é, no limiar entre a preservação dos “valores tradicionais” e o rápido desenvolvimento econômico do país nos anos 1970. A partir da década e 1970, o turismo, como prática socioeconômica, passa a ser levado em consideração como atividade rentável, prevista na política econômica adotada no período; daí então, se constitui como uma via de desenvolvimento para algumas regiões do Brasil. Em Santa Catarina, projeto de modernização vê na prática do turismo uma maneira de explorar o potencial oferecido pelo litoral catarinense, transformando um cenário de belas praias e paisagens naturais em atrativos turísticos. As cidades históricas também ofereciam outro tipo de potencial a ser explorado pelo turismo, vide exemplo de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. A Fortaleza de Anhatomirim se constituía como um destino ímpar ao reunir, em um só lugar, atrativos naturais (praia) e atrativos culturais (histórico).

O restauro da Fortaleza de Anhatomirim atende às demandas de conciliação entre os valores econômicos e valores culturais, o que fica expresso nos critérios adotados para restaurar as edificações que compõe a fortaleza, e nos usos propostos para o monumento. Preservar o patrimônio implicava em dar um sentido ao mesmo, sentido este que é sobretudo determinado pelos usos que se fariam deste bem cultural, o que tem relação direta com o seu restauro.

Haviam duas propostas principais de uso para este monumento: a instalação de um centro de pesquisa de biologia marinha na Ilha de Anhatomirim, e o turismo. Ambos usos são contemplados no Convênio

firmado entre a Marinha do Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a UFSC. A proposta de transformar a Fortaleza de Anhatomirim em um centro de pesquisas biológicas ecoa a ideia de Luis Saia, a quem Armando Gonzaga se refere quando procura, em sua narrativa, um referencial que mostra, ao mesmo tempo, as redes de sociabilidade em torno do patrimônio e o capital social implicado nestas práticas discursivas. O turismo também figura na fala deste e outros agentes em torno do processo de patrimonialização de Anhatomirim, com mais ganhos – em termos financeiros – envolvidos do que estes sujeitos se recordam, como é o caso de Armando Gonzaga. As singularidades do exercício mnemônico.

O processo de restauro desta fortaleza relaciona-se com o campo do patrimônio no Brasil também pelo envolvimento de agentes ligados à diferentes instituições brasileiras, assim como a parceria estabelecida com outras entidades públicas e privadas catarinenses e brasileiras.

A *ARESTA – Arquitetura e Restauro*, firma de restauro do arquiteto Cyro Lyra, foi responsável pelo projeto e pela execução das obras de restauro na Fortaleza de Anhatomirim, entre 1970 e 1984. Cyro Lyra alega ter tido conhecimento da Fortaleza de Anhatomirim durante a restauração do Forte Santana, do qual a *ARESTA* também fora contratada para restaurar, durante a década de 1960; Cyro Lyra cita Armando Gonzaga como o responsável por tê-lo apresentado esta fortaleza, nos anos de 1970. À época, Armando Gonzaga era diretor do Departamento Autônomo de Turismo do Estado de Santa Catarina (DEATUR), uma das instituições que estiveram envolvidas com a

Operação Anhatomirim, na qual se realizaram os primeiros trabalhos de limpeza na Fortaleza de Anhatomirim. Estiveram envolvidas nesta operação, também, a Marinha do Brasil, o Exército, a Polícia Militar de Santa Catarina, e as prefeituras de Florianópolis e Biguaçu, e o Governo do Estado de Santa Catarina, através do Escritório Catarinense de Planejamento Integrado (ESPLAN).

As obras de restauro na Fortaleza de Anhatomirim seguiram em ritmo lento durante os anos 1970, sobretudo devido à falta de recursos financeiros para execução dos trabalhos. A falta de recursos afetava não apenas o andamento das obras, mas a vida dos operários contratados para este serviço, como Irineu da Silva, que recorreu ao Iphan, cobrando salários atrasados pelas obras de construção e restauro na Fortaleza de Anhatomirim, em 1975. Sujeitos como este foram invisibilizados ao longo do processo de patrimonialização – tanto a sua participação na construção e restauro deste bem cultural, como os valores, significados e sentidos dados à fortaleza pelas gentes mais simples que viviam nas imediações das fortalezas, na Ilha de Santa Catarina e continente.

Os *valores históricos* materializados na fortaleza, a partir dos critérios adotados no restauro, são aqueles que evocam a memória do poder: o poder português, durante o período colonial, a partir da estética barroca do século XVIII – o critério de *originalidade*; o poder das elites catarinenses, cujas *memórias difíceis* selecionadas são o massacre de partidários da monarquia e revoltosos contra o governo de Floriano Peixoto, executados no final do século XIX durante a Revolução Federalista, com a intervenção de Moreira César.

Estes elementos constituem um discurso sobre o patrimônio, a

partir da arquitetura – discurso que é *didatizado* através da visitação turística à Fortaleza de Anhatomirim. Neste sentido, os jornais catarinenses, nas décadas de 1980 e 1990, construíram a imagem da Fortaleza de Anhatomirim e das demais fortalezas catarinenses como ponto turístico, vendendo-as como produto a ser desfrutado pelo que oferece: o lazer, voltado à temporada de verão no litoral catarinense, e a cultura, tomando o *valor histórico* como elemento que agregasse valor de “exoticidade” ao lugar.

É neste sentido que aponto para a relação entre os *usos do patrimônio* e o *consumo do patrimônio*, na articulação entre *bem cultural* e *bem de consumo*. São dimensões indissociáveis, quando se trata do caso da Fortaleza de Anhatomirim: a fortaleza é preservada como bem cultural porque tomada como bem de consumo, de acordo com uma dada concepção de turismo, voltada aos interesses de mercado e inserida no projeto de modernização de Florianópolis e de Santa Catarina nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

A trajetória do patrimônio é marcada por disputas e resistências, tanto no passado como no presente. No passado, a luta pela preservação do patrimônio era travada contra a especulação financeira, contra aqueles que desdenhavam do antigo, do histórico, das “velharias” em nome progresso; apesar de que as transformações no campo do patrimônio no Brasil deram conta de algumas destas confrontações, ainda hoje podemos encontrar algumas destas mentalidades binárias. Porém no presente há um tipo diferente de luta sendo travada, quando se trata de preservação: a especulação hoje abraçou a causa do patrimônio apenas para transformá-lo em mais um produto a ser vendido sob o

rótulo de “produto típico”, “exótico”, etc., dentro de uma dada perspectiva de desenvolvimento – outro nome para o velho e conhecido *progresso*.

Não é possível haver preservação de um bem cultural sem que haja efetiva valorização do mesmo. O patrimônio não existe como um *fim em si mesmo*; é preciso levar em consideração o fator humano, isto é, pessoas que atribuem sentido para a patrimonialidade de um bem cultural. No caso da Fortaleza de Anhatomirim, por detrás da “pedra e cal” existem pessoas que atribuem diferentes sentido e significado a este monumento, a partir das múltiplas experiências e das relações que estabelecem com o bem cultural em suas vivências. Emprego *valorização* no sentido de levar em consideração a dimensão imaterial do patrimônio; valorização no sentido de dar visibilidade a outros valores que não os consagrados pela historiografia tradicional, ligados à memória do poder, mas também aos saberes, práticas, sentidos e significados lidos e conferidos a um bem cultural pelos diferentes grupos e sujeitos que compõe a nossa sociedade. Somente o reconhecimento a pluralidade de sentidos e saberes garantem a real valorização do patrimônio cultural.

Derribar significa também abrir espaço para outras possibilidades. Novas abordagens para o tema das fortalezas catarinenses, para além do que já foi trabalhado pela historiografia catarinense e brasileira, ou as contribuições de autores e pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Significa construir conhecimento na direção da interdisciplinaridade, no diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e entre diferentes sujeitos, grupos, instituições; construir

conhecimento que reconheça a pluralidade, que se encaminhe na valorização dos olhares e das memórias sensíveis das gentes; significa superar o dualismo e ir ao encontro da articulação entre os diversos saberes e sentidos. Esta é uma relação possível, tanto quanto necessária.

O trabalho de derribação ao longo desta pesquisa me chamou a atenção para algumas destas possibilidades, que não foram esgotadas nesta dissertação. A dimensão imaterial das fortalezas como patrimônio – que, até então, é “valorizada” apenas como “lendas”, “causos”, “estórias” – precisa ser investigada com uma abordagem que respeite as memórias e experiências das gentes catarinenses que viveram e vivem diferentes relações com a fortaleza. A relação entre o uso e consumo do patrimônio também é uma faceta que merece ser melhor explorada, apontando para outras dimensões possíveis do turismo, como prática social e cultural. Analisar a gestão da Universidade Federal de Santa Catarina sobre as fortalezas catarinenses levando em consideração não apenas as narrativas dos reitores, pró-reitores e demais responsáveis pelo trâmite institucional da adoção das fortalezas, mas, também, valorizando a memória dos professores, técnicos e outros funcionários desta universidade.

A valorização dos moradores do entorno das fortalezas vai além de tomar suas memórias como fonte de pesquisa; é preciso valorizar estes sujeitos como agentes gestores das fortalezas, como bens patrimonializados. Acredito que deve ser mantida a tutela das fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa pela Universidade Federal de Santa Catarina; porém, a gestão precisa ser repensada: criar meios de diálogo entre a universidade e as comunidades estabelecidas no entorno

destes bens culturais, para que a população local possa participar da gestão das fortalezas. Estabelecer parcerias tanto com outras instituições, como as mencionadas ao longo deste trabalho, quanto com a população local, parceria esta que poderia render, inclusive, outras ações voltadas para o ensino e extensão, como cursos de capacitação que proporcionariam a articulação entre os saberes acadêmicos e os saberes populares.¹⁵⁷ Em outras palavras, aposto na necessidade de revisitar o Convênio assinado em 1979, e atualizar as propostas de uso e gestão para as fortalezas de Anhatomirim, Ratonés e Ponta Grossa.

O trabalho de derribação é pesado demais para ser feito sozinho. É preciso de colaboração; é preciso estabelecer parcerias entre pesquisadores, de diferentes áreas do conhecimento, utilizando como ferramentas para a derribação os conceitos e contribuições teóricas da História, da Arquitetura, da Educação, do Patrimônio, e outras mais. É um trabalho de dois turnos: desconstruir, e construir, e, por isso mesmo, sempre atual, na perspectiva benjaminiana de conceber outro porvir.

Tempos obscuros, tempos de luta

Vivemos em tempos obscuros, no Brasil. Tempos de retrocesso, sintetizamos na “ponte para o futuro” que mais parece uma “pinguela para o passado”.¹⁵⁸ Enquanto escrever as últimas linhas desta

¹⁵⁷ Isso seria uma maneira de colocar em prática a perspectiva de *universidade aberta* defendida por Edward Palmer Thompson.

¹⁵⁸ A expressão não é original minha; tem sido usada por políticos, cartunistas (como Latuff), blogueiros e se disseminado em postagens e *memes* no Facebook e outras redes sociais. Sou apenas mais um a usar esta expressão.

dissertação, corria o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Com a posse do vice-presidente Michel Temer, em 12 de maio de 2016, fomos surpreendidos com a nomeação da equipe montada pelo presidente interino, não apenas pelo assombro que alguns nomes inspiram, como, também, pelos significativos cortes, afetando, significativamente, as áreas da cultura, da educação, e dos programas sociais. As conquistas sociais políticas e sociais de mais de uma década foram desmontadas em questão de dias.

Sob o argumento de “limitar gastos públicos” e “enxugar as contas públicas”, o “novo” projeto econômico para retomada do crescimento, os programas e projetos voltados para a educação e a cultura foram os primeiros a serem *descartados* – inclusive, com a extinção do Ministério da Cultura, transformado em secretaria do Ministério da Educação chefiado por Mendonça Filho. A decisão foi, posteriormente, revogada pelo governo provisório, graças à pressão popular expressa na internet, nas redes sociais, nas ocupações dos prédios do MinC e outros. A sociedade não se calou.

Mais uma vez afirmo o caráter político da discussão sobre patrimônio e cultura em que este trabalho se insere. É um gesto político trabalhar com um tema que enfrenta a indiferença de uns e a ignorância de outros. Em tempos em que as pessoas acreditam que o Ministério da Cultura seria apenas um espaço aparelhado por “intelectuais parasitas” para se aproveitarem dos recursos públicos, e que investimentos para com a cultura seriam um “gasto supérfluo” do Estado, a discussão sobre a formação e a trajetória do Iphan e do campo do patrimônio no Brasil torna-se cada vez mais pertinente. Analisar os investimentos feitos nas

décadas de 1970 e 1980 para restaurar um conjunto de edificações fortificadas tombadas como monumento pelo seu valor histórico e artístico – ainda que problematizemos o *como*, o *por que* e o *para quem* – é uma forma de protesto contra os chavões moralistas rasos que enchem o peito para falar de corrupção de maneira genérica, como se todo investimento em e por instituições públicas, estatais, fosse pretexto para desvio de dinheiro público.

Falar sobre políticas culturais é uma forma de afirmar da importância destes temas não apenas como temas de pesquisa, mas como pontos de discussão política. Em tempos como o que estamos vivendo, é preciso deixar claro que política não se resume a partidarismos, e está além dos mecanismos da *politicagem* – as trocas de favores (“toma lá dá cá”), as negociações eleitorais e o exercício da cidadania restrito ao voto. Esta é uma dimensão também política, a medida que representa uma parcela da população brasileira a quem Walter Benjamin chamaria de “vencedores” ou “dominadores”. Porém, resumir a política apenas a esta dimensão significa negar todos os movimentos sociais, todos os coletivos, entidades e organizações que abraçam a democracia como espaço de discussão, de disputas, de luta.

O meu compromisso não é com os *vencedores*, como procurei expressar ao longo desta dissertação. Compromisso é uma questão de escolhas: nos posicionamos ao lado de quem nos identificamos. Minha empatia é com os *vencidos*, com aqueles que, apesar de estarem, agora, prostrados no chão, não se conformam com esta posição. Resistem. Lutam. Com todas as armas e em todos os espaços em que podem fazê-lo. Esta dissertação intenta ser um destes espaços, a medida que as

discussões aqui contempladas têm relação com a nosso momento atual.

Problematizar o processo de patrimonialização desta fortaleza nas décadas de 1970 a 1980, 1990 implica em atentar para as relações de poder em torno do patrimônio cultural, hoje. Pensar em para quem a Fortaleza de Anhatomirim foi restaurada implica em pensar quem se beneficia deste bem cultural, hoje. Analisar quais critérios foram utilizados para o restauro destas edificações, identificando qual discurso e quais memórias são materializadas na arquitetura, implica em instigar a reflexão sobre quem se identifica com estas memórias, hoje; implica em questionar qual público tem empatia com este patrimônio. Analisar o jogo institucional e as disputas de poder entre estas instituições nos leva a refletir sobre as políticas públicas para com o patrimônio e a cultura, hoje. Apontar para as memórias invisibilizadas e os valores não consagrados pela historiografia, assim como os sujeitos detentores destas memórias e experiências neste processo, é uma forma de chamar a atenção para a exclusão social e a inclusão socioeconômica através da cultura.

Aqui também cabe falar em derrição: derrubar muros e cercas em torno do que “*sempre foi assim*”; derribar obstáculos que se levantam nas consciências, nas práticas, nas instituições, para construir novas formas, novas relações entre sujeitos, grupos, sociedade. Afirmo aqui também a necessidade de estabelecer parcerias, de trabalhar de forma cooperativa, para superar o atual estado de coisas. A tarefa é urgente. Cabe-nos, diante do horizonte que se avizinha, “despertar no passado as centelhas da esperança”, pois cada vez mais faz sentido o diagnóstico de Walter Benjamin: o inimigo não tem cessado de vencer.

REFERÊNCIAS

A UNIÃO faz o forte. **O Estado**. Florianópolis, 11 maio 1989. [s.p.]. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

AS FORTALEZAS da Ilha. **A Notícia**. Joinville. 17 jan 1990, p. 22. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 81.

ABAIXO a farofa. **O Estado**. Florianópolis, 14 dez 1989, p. 12. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

ANHATOMIRIM reúne ciência e turismo num plano pioneiro. **Correio do Povo**. Jaraguá do Sul, 28 ago 1981, [s.p.]. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 74.

ANHATOMIRIM abre temporada. **Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, 12 dez 1989, p. 09. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

BANCO de Dados Mundial Sobre Fortificações. Disponível em: <<http://fortalezas.org>>. Acesso em: jul. 2015.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v.1)

BÍBLIA Sagrada com reflexões de Lutero. Trad. João Ferreira de Almeida Revista e Atualizada, 1993. São Paulo: Sociedade Bíblia do Brasil, 2012.

BOITEUX, Lucas Alexandre. As fortificações de Santa Catarina: ligeiro histórico. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 17/03/1957, p. 3; 31/03/1957, p. 3; 19/05/1957, p. 2.

BOITEUX, Lucas Alexandre. As fortificações de Santa Catarina: Forte de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba. **A Gazeta**. Florianópolis, Ano XXV, 22/08/1958, p. 1; 26/08/1958, p. 1; 27/08/1958 p. 5; 28/08/1958, p.1.

BOITEUX, Lucas Alexandre. As fortificações de Santa Catarina. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**. Vol. 27-nº 40, jul-dez/1961.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **A marinha Imperial na Revolução Farrroupilha**. Rio de Janeiro: Imp. Naval, 1935.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Ephemerides catharinenses** (1500-1910). Florianópolis: Typographia da Escola de Artifices, 1921.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Notas para a história catharinense**. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912.

BROGGIATO, Heloísa. Um balanço do PAC das Cidades Históricas. **História Viva**, 13 de abril de 2011, [online]. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/um_balanco_do_pac_da_s_cidades_historicas.html>>. Acesso em: jul 2016.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa catarina**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1968.

CAROLA, Carlos Renato; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes. A historiografia de Santa Catarina: olhares sobre os últimos 50 anos. In.: GLEZER, Raquel et al. **Do passado para o futuro**: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011.

Carta de Armando Luiz Gonzaga a Luis Saia. Florianópolis, 18 de outubro de 1974. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 83.

Carta de Cyro Lyra a Luiz Saia. Curitiba, 22 de setembro de 1969. Acervo do IPHAN, pasta 75.

Carta de Irineu da Silva a Luis Saia, de 13 de janeiro de 1975. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 75.

Carta de Luiz Felipe Gama D'Eça a Luis Saia. 18 de fevereiro de 1970. Acervo do IPHAN, pasta 75.

Carta de Walter Piazza a Luis Saia, Florianópolis, 13 de junho de 196. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 83.

CÂMERAS que capturam História. **O Estado**. Florianópolis, 19 jun 1990, p. 12. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Museologia**, Lisboa, v. 19, n. 19, p. 43-81, 2002.

COMEÇA a temporada de verão em Anhatomirim. **A Notícia**. Joinville, 8 dez 1989, p. 18. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

Comunicado Interno 070/84, de 03 de agosto de 1984. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 75.

CONCLUÍDA recuperação da fortaleza de Anhatomirim. Com a inauguração da Casa do Atracadouro a UFSC conclui as obras na Ilha Anhatomirim. **Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, 06 mar 1990, p. 14. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

CORREA, Carlos Humberto Pederneiras. **História de Florianópolis ilustrada**: Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis: Insular, 2004.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editoria UFRJ, 2009.

DELGADO, Andréa Ferreira. Configurações do campo do patrimônio no Brasil. in: BARRETO, Euder et al (Orgs.). **Patrimônio Cultural & Educação Patrimonial**. Goiânia: Secretaria de Educação, 2008.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2013, <http://www.priberam.pt>. Acesso em: jan 2016.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; CONCEIÇÃO, Adriana Angelita. **Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina: 1777**. Florianópolis Editora da UFSC, 2004.

FORTES vão ser recuperados. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 04 abr 1989 [s.p.]. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

Fundação Nacional Pró-Memória, ANHATOMIRIM. Acervo do Iphan SC (Florianópolis), Pasta 73

Fundação Nacional Pró-Memória. Ficha Resumo do Orçamento - Doc. 72. FORTALEZA DE SANHA CRUZ DE ANHATOMIRIM. Florianópolis - SC. Julho/1984. Acervo do Iphan (Florianópolis – SC), Pasta 75.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração:** ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

Informação Nº 009/84. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 75.

INICIA temporada em Anhatomirim. **Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, 5 dez 1989, p. 9. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

ILHA inicia a temporada. **A Notícia**. Joinville, 12 dez 1989, p. 07. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

KAMMERS, Elizabeth Ghedin. **Pinturas que fazem história:** arte, transformações urbanas e memórias da Florianópolis na década de 1970 analisadas através de telas de Martinho de Haro. Florianópolis, 2012. 194 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In.: _____. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 525-541.

LOHN, Reginaldo Lindolfo; BRANCHER, Ana Lize (Orgs). **Histórias na ditadura**: Santa Catarina (1964-1985). 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

MACHADO, Diego Finder. Sensibilidades em Confronto: o vandalismo contra o patrimônio cultural em cidades no tempo presente. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2., 2014, Florianópolis. Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis, 2014, p. 1 - 15. Disponível em: <<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/view/157/97>>. Acesso em: jan 2016.

MACHADO, Rosângela Maria de Melo. **Fortalezas da Ilha de Santa Catarina**: um panorama. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

MEC-SPHAN/Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31, 1980.

MOISÉS, Raquel. Porque e como Anhatomirim, ou a “toca pequena do diabo”, foi restaurada. **A Construção**, Região Sul, nº 177, 1983. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 75.

MOSIMANN, João Carlos. **Ilha de Santa Catarina, 1777-1778**: a invasão espanhola. Florianópolis: Ed. do Autor: 2003.

Ofício de Anésio S. Botelho ao Diretor da Divisão do Patrimônio Histórico da União, 10 de junho de 1975. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 75.

Ofício 131/69 de Luiz Saia, chefe do 4º Distrito da SPHAN, a Renato de Azevedo Duarte Soeiro, Diretor da DPHAN, em 23 de setembro de 1969. Acervo do IPHAN, pasta 75.

Ofício 1859 de Renato de Azevedo Duarte Soeiro, Diretor da DPHAN, a Luiz Saia, chefe do 4º Distrito da SPHAN, em 09 de outubro de 1969.

Ofício nº 322/78. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 82.

Ofício nº 152/84-10 DR. Porto Alegre, 23 de julho de 1984. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 75.

Ofício PCH Nº 178/84. Brasília, 06 de agosto de 1984. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 75.

Ofício PCH Nº 197/84, de 05 de agosto de 1984. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 75.

Operação Anhato-Mirim. 11 de fevereiro de 1970. Acervo do IPHAN, Pasta 75.

PAULI, Evaldo. **A fundação de Florianópolis**. 2a ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987

PEREIRA, Júnia Sales. ORÍA, Ricardo. Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio. **RESGATE**, v. 20, n. 23, 2012, p. 161-171.

PEREIRA, Pedro Mülbersted. **“Fortificações mutiladas em último estado de ruína”**: O processo de arruinamento do sistema defensivo da ilha de Santa Catarina (1777-1850). 2013. 136 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ohgljo8>>. Acesso em: jul. 2015.

PIAZZA, Walter Fernando. **A epopeia açorico-madeirense (1747-1756)**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Ed. Lunardelli, 1992

PIAZZA, Walter Fernando. **O Brigadeiro José da Silva Paes**: estruturador do Brasil meridional. Florianópolis: Ed. da FURB; Rio Grande; SC: Ed. da FURB, 1988.

PIAZZA, Walter Fernando; GRILLO, Claudia Araujo; COLAÇO, Thais

Luzia. **Fortaleza de Santa Cruz**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina**: história da gente. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Editora Liberdade, 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A insustentável leveza do tempo: os objetos da sociedade de consumo em aulas de História. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 179-196, 2008.

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina**: permanências e transformações. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

Relatório das obras feitas na Fortaleza de Anhatomirim - Florianópolis, SC. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 75.

RESTAURAÇÃO em Anhatomirim será concluída em 90 dias. Projeto, o maior do País, prevê gastos de Cr\$ 6.947.000,00. **A Notícia**, Joinville, 26 abr 1990, p. 17. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

SALVÀ, Peppe. “Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro”. Entrevista com Giorgio Agamben. Trad. Selvino Assmann. Instituto Humanitas Unisinos, [s.p.]. 30 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>>. Acesso em: set. 2012

SOUZA, Maria de Lourdes de. Abril de 1990. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom Fortalezas Multimídia (TONERA, 2001).

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **Anhatomirim e sua fortaleza**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina**: séculos XVIII e XIX. Florianópolis: IOESC, 1981.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **As fortificações catarinenses**: notas para uma revisão histórica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

TERMINA obra de restauração em Anhatomirim. Fortaleza de Santa Cruz levou 10 anos para ser recuperada pelos técnicos. **O Estado**. Florianópolis, 12 ago 1990. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

THOMPSON, Edward Palmer. Educação e experiência. In.: _____. **Os românticos**: A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TONERA, Roberto. O Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina – Brasil: Criação, Abandono e Recuperação. SEMINARIO REGIONAL DE CIUDADES FORTIFICADAS, I, 2005, Montevideo. Atas Virtuais, p. 2. Disponível em: <<http://tinyurl.com/beaoldg>>. Acesso em: nov. 2012.

TONERA, Roberto. **Fortalezas Multimídia**: Anhatomirim e mais centenas de fortificações no Brasil e no mundo. Florianópolis: UFSC, FAPEU, 2001. [CD-ROM]

TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

UCHOA, Carlos Eduardo; MACEDO, Josiane Therezinha. **Fortalezas catarinenses**: a estória contada pelo povo. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

ÚLTIMO telegrafista dos 250 anos da Ilha de Anhatomirim. Manoel Domingos tem como o grande desejo voltar a Ilha que hoje está restaurada totalmente pela UFSC. **O Estado**. Florianópolis, 5 ago 1989, p. 28. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

UMA boa opção é ir a Anhatomirim. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 10. 11 jan. 1990. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 81.

UNIVERSIDADE irá recuperar fortalezas em Anhatomirim: Através de convênio a UFSC irá recuperar quatro fortalezas em Florianópolis.

Jornal de Santa Catarina. Blumenau, p. 15. 05 jan. 1990. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 81.

VEIGA, Eliane Veras da. **As fortificações catarinenses no Brasil colonial**: introdução ao seu estudo. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: memória urbana. Florianópolis: UFSC, 1993.

VERÃO chega antes em Anhatomirim. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 03 dez 1990, p. 03. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

